



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MANUELLA ARAGÃO PINHEIRO

**A FUNCIONALIDADE DO TRABALHO IMPRODUTIVO PARA A REPRODUÇÃO DO
SISTEMA CAPITALISTA**

**Maceió-AL
2014**

MANUELLA ARAGÃO PINHEIRO

**A FUNCIONALIDADE DO TRABALHO IMPRODUTIVO PARA A REPRODUÇÃO DO
SISTEMA CAPITALISTA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Reivan Marinho de Souza

**Maceió-AL
2014**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Maria Auxiliadora G. da Cunha

P654f Pinheiro, Manuella Aragão.
A funcionalidade do trabalho improdutivo para a reprodução do sistema capitalista / Manuella Aragão Pinheiro. – 2014.
147 f.

Orientador: Reivan Marinho de Souza.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 145-147.

1. Trabalho . 2. Trabalho improdutivo. 3. Controle capitalista.
4. Capitalismo. I. Título.

CDU: 364.23



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Manuella Aragão Pinheiro**, intitulada “**A Funcionalidade do Trabalho Improdutivo para a Reprodução do Sistema Capitalista**”, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 20 de dezembro de 2013, às 10h, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinador

Reivan Marinho de Souza

Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)
CPF: 411790724-72

Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda

Profa. Dra. Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda
Examinadora interna (PPGSS- FSSO - UFAL)
CPF: 071484294-04

Maria Adriana da Silva Torres

Profa. Dra. Maria Adriana da Silva Torres
Examinadora externa (UFAL)
CPF: 739920464-00

À minha mãe e a pequena Luanda, que me mostram todos os dias o significado do “amor incondicional”.

À gordinha, minha vó, quantas saudades!

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo amor e carinho dedicados a mim. Em especial, a minha mãe, pelo apoio e incentivo e por acreditar que eu poderia ir mais longe do que imaginava ser capaz.

Aos professores e técnico-administrativos da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas pela seriedade e dedicação que conduzem o curso de Pós-graduação, especialmente ao Ivo Tonet pela amizade que construímos nesses anos de convivência.

A professora Dra. Norma Alcântara, que contribuiu diretamente para a escolha desse tema por meio das suas aulas e discussões e pelas contribuições valorosas na minha qualificação. A professora Dra. Adriana Torres por ter aceitado participar da banca.

A Reivinha, minha orientadora, referência essencial nessa pesquisa. Obrigada por encarar esse desafio (e muitas risadas) comigo. Seu compromisso, seriedade e conhecimento são admiráveis. Espero que nossa convivência continue por muitos anos.

Aos meus colegas de mestrado, em especial ao Fernando e a Larissinha pela amizade e companheirismo compartilhados durante essa caminhada.

As companheiras da gestão “Ousar para Mudar” do CRESS/AI, especialmente a Jaqueline, Lyliá e Marciângela que entre tantas reuniões e compromissos sempre se preocupavam com o andamento da minha pesquisa.

Ao Flávio, Pedro, Núbia, Sibebe, Amanda, Cielle e Alyne, pelos anos de amizade e pelo apoio constante.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração desse trabalho.

O que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o *salário*; e a seda, o ouro, o palácio, reduzem-se para ele a uma determinada quantidade de meios de vida, talvez a uma camisola de algodão, a uns cobres, a um quarto numa cave. E o operário, que, durante doze horas, tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e a transporta, etc., — valerão para ele essas doze horas de tecelagem, de fiação, de trabalho com o berbequim ou com o torno, de pedreiro, cavador ou canteiro, como manifestação da sua vida, como vida? Bem pelo contrário. Para ele, quando termina essa actividade é que começa a sua vida, à mesa, na taberna, na cama. As doze horas de trabalho não têm de modo algum para ele o sentido de tecer, de fiar, de perfurar, etc., mas representam unicamente o meio de *ganhar* o dinheiro que lhe permitirá sentar-se à mesa, ir à taberna, deitar-se na cama. Se o bicho-da-seda fiasse para manter a sua existência de lagarta, seria então um autêntico operário assalariado.

Karl Marx

RESUMO

Esta dissertação trata da funcionalidade do trabalho improdutivo para a reprodução do capital. Com o propósito de explicitar a gênese e a expansão das atividades improdutivas dentro e fora do espaço fabril, bem como de que modo elas contribuem, funcionalmente, para a dinâmica socio-reprodutiva do capital recorreu-se a pesquisa bibliográfica, mediante resgate histórico das primeiras formas capitalistas de organização do processo produtivo até as mais contemporâneas. Nesse trajeto, o fundamento teórico que orientou a pesquisa foram as análises presididas por Karl Marx, a partir da sua crítica à economia política na sociedade capitalista, e por autores marxistas que têm se debruçado sobre o trabalho improdutivo. Apreende-se o trabalho como categoria central no processo de autoconstrução do gênero humano e condição ineliminável de existência de toda e qualquer formação social. E que, sob o domínio do capital, esse trabalho é subsumido ao trabalho abstrato, alienado. Assim, com base em Marx, entende-se que o trabalho abstrato materializa-se em trabalho produtivo, aquele cuja função precípua é a produção de mais-valia; e o trabalho improdutivo, que não produz-valia. De posse dessa constatação ontológica, demonstra-se com o estudo realizado que o trabalho improdutivo surge do caráter explorador peculiar à produção capitalista e da necessidade de um controle que garanta essa exploração, num contexto marcado, fundamentalmente, pela oposição, “como inimigos”, entre trabalho manual e trabalho intelectual. Verifica-se que essa função controle é transferida a um grupo de trabalhadores tão logo a produção torna-se verdadeiramente capitalista. Constata-se, ao mesmo tempo, que os chamados trabalhadores improdutivos são aqueles cuja função, determinada pelo processo produtivo, será a de controlar o trabalho manual, assumindo diferentes expressões e contornos ao longo do desenvolvimento capitalista.

Palavras-Chave: Trabalho. Trabalho improdutivo. Controle. trabalho produtivo. Capitalismo.

ABSTRACT

This dissertation is about the functionality of unproductive labor leading to the capital reproduction. The purpose is to explain the genesis and the expansion of unproductive activities in and outside the factory space, as well as how the functionality contributes to the social reproduction dynamics of capital. The bibliography research was resorted through historical rescue of the first capitalist form of organization of production process until the most contemporary. In this way, the theoretical foundation that guided the study were analyzes chaired by Karl Marx, from his critique to the political economy in capitalist society, and Marxist authors who have leaned over the unproductive labor. Work is understood as a central category in the mankind process of self-construction and ineradicable condition of existence of any social formation process. Under the rule of capital, this work is subsumed to abstract alienated labor, which does not produce surplus value. Armed with this ontological conclusion, it is demonstrated with the study that productive labor arises from the explorer peculiar character to the capitalism production and the need for a control to ensure that exploration in a context, mainly marked by opposition ,“as enemies”, between manual and intellectual labor. It is noticed that this control function is transferred to a group of workers as soon as the production becomes truly capitalist. It appears at the same time, the so-called unproductive workers are those whose function, determined by the production process, will be to control the manual labor, assuming different expressions and contours during the capitalism development.

Keywords: Labor. Unproductive labor. Control. Productive labor. Capitalism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A PARTICULARIDADE DO TRABALHO ABSTRATO – PRODUTIVO E IMPRODUTIVO.....	15
2.1	O trabalho como categoria fundante do ser social.....	15
2.2	As bases sócio históricas do modo de produção capitalista.....	22
2.3	A particularidade do trabalho abstrato.....	31
2.4	Considerações sobre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo.....	36
3	EXPRESSÕES ORIGINÁRIAS E A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO IMPRODUTIVO NO CAPITALISMO CONTEMPORANEO.....	59
3.1	Bases históricas do trabalho improdutivo nas formas originárias da produção capitalista.....	60
3.2	Produção taylorista/fordista, consolidação da divisão social do trabalho e do trabalho improdutivo.....	79
3.3	Reestruturação capitalista atual e a expansão dos trabalhos improdutivos.....	92
4	TRABALHO IMPRODUTIVO E O SETOR SERVIÇOS NA DINAMICA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PÓS ANOS 1980.....	111
4.1	Diversidade das expressões do trabalho improdutivo no setor serviços.....	111
4.2	Debate na produção acadêmica sobre trabalho improdutivo- atualidade do pensamento marxiano.....	124
4.3	Limites estruturais do trabalho improdutivo e sua positividade à reprodução do capital.....	133
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS.....	145

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “A funcionalidade do trabalho improdutivo para a reprodução do sistema capitalista” tem como objetivo geral apreender no desenvolvimento capitalista as determinações e a funcionalidade do trabalho improdutivo para a manutenção e reprodução da sociabilidade burguesa. Para isso, buscaremos desvelar as categorias marxistas do trabalho e do trabalho abstrato (produtivo e improdutivo), bem como suas diferentes funções sociais; investigar a gênese, o crescimento e a hipertrofia do setor improdutivo; caracterizar a expansão do setor terciário (ou setor de serviços), fenômeno típico do capitalismo dos monopólios e investigar a configuração do trabalho improdutivo como forma de controle do capital sobre o trabalho.

Nas últimas décadas do século XX, assistimos a uma verdadeira epidemia de teorias que promulgam o fim da centralidade do trabalho e do proletariado no mundo dos homens. Seja pela alegação de que a produção flexível em substituição ao fordismo deixou para trás o trabalho maçante, monótono e a desqualificação dos operários, abrindo espaço para a requalificação do trabalho pela fusão entre o trabalho manual e o intelectual para o mais flexível, com fábricas enxutas, poucos operários e a expansão do setor de serviços. Ou ainda pela afirmação de que as tecnologias informacionais impulsionariam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Tais teóricos, como Schaff (2007) e Masuda (1980) apontados por Lessa (2011) e Barros (2009) afirmam que as transformações advindas do campo produtivo, com o desenvolvimento da tecnologia computadorizada, e com a ampliação de conhecimentos, alçariam a sociedade a uma nova forma organizacional.

Em decorrência dessas teorias, a partir de 1960, coloca-se a necessidade de investigação das teses acerca do futuro do trabalho, se estaria ou não o próprio trabalho e o proletariado desaparecendo; se as transformações técnicas significariam uma alteração ontológica entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e entre trabalho produtivo e improdutivo, ou mesmo se a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não seria mais relevante; se haveria uma modificação nas relações entre as classes sociais, se a pequena burguesia e o proletariado estariam se homogeneizando ou esse teria deixado de ser a classe

revolucionária, e ainda se as classes sociais estariam desaparecendo, dando origem a uma sociedade não capitalista (Lessa, 2011). Sobre a investigação e o debate em torno do trabalho, Lessa (2011, p.34) destaca que: “nesse meio século de debate, talvez não seja um exagero afirmar que conhecemos dois adeuses ao proletariado”.

O primeiro adeus teve como pano de fundo o fordismo, com o consumo em massa, presente nos países imperialistas, as transformações nos processos de trabalho e a ascensão e crise do Estado de Bem Estar. O segundo foi caracterizado pelos impactos da crise do capitalismo de 1970 e pelo processo de reestruturação produtiva. Assim, as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva promovem a elaboração das teses do segundo adeus ao proletariado. Muitos autores convergem em afirmar que as transformações nas relações de produção, decorrentes das mudanças técnicas, e as novas formas de gestão estariam modificando a relação entre as classes sociais, sendo, portanto, necessárias reformulações nas categorias marxistas. Para o objeto em questão, a problemática torna-se mais complexa a partir da fase monopolista do capital, quando a contradição entre o trabalho produtivo e o improdutivo assume contornos mais definidos, com destaque para a ampliação das atividades improdutivas.

Diferente das postulações que afirmam o fim da centralidade do trabalho, entendemos que apenas o trabalho é capaz de produzir o conteúdo material da riqueza social (produção dos bens de consumo e dos bens de produção), por isso presente em qualquer forma de sociabilidade e imprescindível para o mundo dos homens. Esse trabalho de converter a natureza em meios de produção e subsistência é realizado pelo proletário. Mas, sob a regência do capital, praticamente a totalidade dos atos de trabalho é subsumida ao trabalho abstrato, propriedade que adquire o trabalho humano quando destinado à produção de mercadoria.

O trabalho abstrato divide-se, portanto, em trabalho produtivo, produtor de mais-valia, e em trabalho improdutivo, não produtor de mais-valia. Esses demais assalariados não proletários, produzindo ou não mais-valia, não geram nenhuma nova riqueza e por isso tal como a burguesia, exploram (por mediações diferentes) o trabalho proletário. Por isso, apenas o proletariado reúne as condições históricas para se converter no sujeito revolucionário (LESSA, 2008).

Portanto, trabalho produtivo e improdutivo corresponde a uma distinção específica da sociedade burguesa. O trabalho improdutivo se expressa ao longo do desenvolvimento capitalista, assumindo formas e funções peculiares e necessárias ao funcionamento do capitalismo. Assim, defendemos o argumento que a expansão de atividades improdutivas dentro e fora do espaço fabril responde a determinações do processo de reprodução do capital

Nesse sentido, nosso estudo inicia-se pela análise do trabalho em seu sentido ontológico, tão qual foi posto por Marx. Apresentamos o trabalho como a categoria basilar, protoforma originária do ser social e por isso presente em todas as formações sociais, pois, mediante essa relação entre o homem e a natureza, são gerados os meios de produção e de subsistência imprescindíveis para cada sociedade, ou seja, como produtor de valor de uso, o trabalho concreto será uma necessidade eterna da humanidade. Mas, a partir das sociedades de classe, especialmente no capitalismo, esse trabalho assume um caráter alienador, materializando-se em trabalho abstrato, que representa a redução da capacidade produtiva humana, a força de trabalho, a uma mercadoria, cujo preço é o salário. E, atualmente, como praticamente todas as atividades humanas estão subordinadas às relações capitalistas e ao processo de valorização do capital, há uma profunda generalização do trabalho abstrato. Dessa forma, o trabalho concreto também assume a forma abstrata advinda de sua subordinação ao capital. Entretanto, isso não dilui as diferenças essenciais entre eles.

O trabalho abstrato materializa-se em trabalho produtivo e improdutivo. Ambos funcionais, necessários e imprescindíveis à reprodução ampliada do capital, mas distintos ontologicamente; a esfera produtiva produz mais-valia e a esfera improdutiva, não a produz. Como demonstraremos, a finalidade última da produção capitalista é a mais-valia, logo, aparentemente seria um “paradoxo” a existência de um trabalho que não a produzisse. Entretanto, tentando apreender a essência dos fenômenos sociais, pautada na análise e investigação crítica da realidade, nosso intuito nesse trabalho é desvelar esse suposto “paradoxo”.

Considerando a relevância que o tema desta pesquisa adquiriu no século XX, e em nossos dias atuais, propomos, durante o processo investigativo, responder às seguintes perguntas: Quais os fundamentos ontológicos do trabalho e do trabalho

abstrato? Como se configuram o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo no capitalismo? Qual a funcionalidade dos trabalhos improdutivos para a reprodução e manutenção do sistema capitalista? Por que no contexto contemporâneo do capital ocorre uma expansão de atividades improdutivas dentro e fora do espaço fabril?

Em termos de procedimentos metodológicos a investigação foi realizada mediante leituras orientadas, fichamentos, sínteses e produção de textos. As reflexões desenvolvidas neste trabalho baseiam-se especialmente no pensamento marxiano, a partir das obras *O Capital* (1983, 1985, 1988) e o *Capítulo VI Inédito de O Capital* (1969). Desse referencial, buscamos extrair os fundamentos balizadores da sociabilidade burguesa e apreender o trabalho concreto e o trabalho abstrato-produtivo e improdutivo. Não obstante, para a discussão da funcionalidade do trabalho improdutivo no capitalismo, utilizamos, dentre outros autores: Tavares (2004); Lessa (2011); Braverman (1981); Gorz (1996); Bernardo (2004); Antunes (2002); Mészáros (2011), por considerarmos as contribuições relevantes desses estudos para o objeto aqui em análise. Cumpre enfatizar, nessas linhas introdutórias, que esta não é uma leitura consensual e hoje nem mesmo prevalecte. Por isso, a discussão realizada por esses autores que aqui nos aproximamos – no que concerne aos fundamentos ontológicos do trabalho – é indispensável para o debate em exposição.

Para expor os resultados da pesquisa realizada, o estudo estrutura-se em três capítulos. O primeiro, como sinalizamos, desvela os fundamentos ontológicos do trabalho em seu sentido concreto. Em seguida, é destacada a base material do desenvolvimento capitalista, na transição do feudalismo para o capitalismo, para explicitar o trabalho abstrato e seu desdobramento entre trabalho produtivo e improdutivo. Por último, é feita uma detalhada exposição sobre essas expressões do trabalho abstrato. Ressaltamos que a discussão entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é complexa, contraditória e perpassada por grandes polêmicas entre os próprios marxistas. Mas, mesmo que de forma introdutória, seria impossível não apresentá-las diante dos nossos objetivos nesse trabalho.

No segundo capítulo, faremos um percurso histórico pelas formas de organização da produção capitalista: manufatura, grande indústria, fordismo e toyotismo a fim de explicitar a configuração do trabalho improdutivo e sua

funcionalidade para a reprodução do capital. Destaca-se, portanto, a função de controle realizada pelo trabalhador improdutivo que se realiza consoante às determinações mais internas do sistema capitalista. Deixemos claro que não restringimos o trabalho improdutivo e seu trabalhador à realização da função de controle. Este é apenas objeto do nosso trabalho, as atividades e os trabalhadores improdutivos que exercem tal função. Ainda neste capítulo, evidenciaremos que quanto mais aprofundada a dissociação entre o trabalho manual e o intelectual, mais se amplia e se expande as atividades de natureza improdutiva, principalmente a partir da fase contemporânea do capital.

No último capítulo é discutida a ampliação do setor serviços (ou setor terciário), que abrange atividades improdutivas, bem como o debate em torno dessa expansão. Essa expansão é vista como uma determinação do próprio desenvolvimento do capital, mas para alguns autores como Braverman (1981), isso representa a imbricação entre o trabalho produtivo e o improdutivo e o consequente cancelamento da distinção entre eles. Por fim, destacaremos os próprios limites estruturais do trabalho improdutivo e sua positividade à reprodução do capital.

Tendo em vista as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nas formas de exploração e do controle do capital sobre o trabalho e os impactos da reestruturação capitalista sobre as condições de trabalho e reprodução da classe trabalhadora, evidencia-se a importância da investigação aqui proposta para o Serviço Social, já que é neste universo, permeado por contradições, que se inscreve a pesquisa e a intervenção do assistente social na realidade. Nesse sentido, torna-se fundamental apreender as particularidades da sociabilidade burguesa, cuja base é a exploração do trabalhador assalariado, condição compartilhada pelos assistentes sociais. Além disso, tendo no Estado seu principal empregador, o assistente social tem sua atividade vinculada aos serviços sociais, exercendo funções de controle sobre outros trabalhadores. Portanto, nessas condições é um trabalhador improdutivo.

Logo, investigar e compreender as categorias do trabalho, à luz do pensamento de Karl Marx, de outros autores clássicos e de autores contemporâneos, é imprescindível para desvendar o nexos entre o trabalho produtivo, o trabalho improdutivo e a funcionalidade de ambos à reprodução do sistema capitalista. Faz-se necessário apreender as mediações que constituem a essência

do trabalho na sociedade tal como é fundamentado por Marx, o que permitirá identificar os fios que tecem a exploração do trabalho, presentes na dinâmica capitalista atual.

2 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A PARTICULARIDADE DO TRABALHO ABSTRATO - PRODUTIVO E IMPRODUTIVO

Neste capítulo serão apresentados os fundamentos ontológicos do trabalho como categoria basilar do ser social e presente em qualquer formação sócio-histórica. Com referência nas obras de Karl Marx e Georg Lúkacs, a análise reúne os argumentos destes autores na afirmação da categoria trabalho como atividade fundante e ineliminável do ser social. E a partir dela, explicita-se a origem e o processo de desenvolvimento do ser social.

Em seguida, é abordada a gênese e consolidação do desenvolvimento da sociabilidade capitalista para desvelar a peculiaridade do trabalho abstrato nessa sociedade. Entende-se, dessa forma, que o trabalho abstrato como categoria constitutiva da produção capitalista tem por finalidade atender às necessidades de reprodução do capital, mediante produção de mais-valia, pois esta é a propriedade que adquire o trabalho humano quando destinado à produção de mercadorias. Destaca-se que, no capitalismo, apesar do trabalho estar subsumido ao trabalho abstrato, não há eliminação da sua condição de categoria fundante do ser social.

Assim, a partir da reflexão das categorias centrais do trabalho, expressas neste capítulo, é possível desvendar a funcionalidade do trabalho abstrato que se materializa em trabalho produtivo, aquele que produz mais-valia, e improdutivo, o que não produz mais-valia; e a relação que ambos estabelecem com a reprodução do capital e com as classes sociais. O último item será dedicado à reflexão dessas categorias trabalho produtivo e trabalho improdutivo, apontando suas diferenças fundamentais.

2.1 O trabalho como categoria fundante do ser social

Antes de iniciar a análise da funcionalidade do trabalho improdutivo à reprodução do capitalismo, é fundamental um exame, com referência na perspectiva marxiana da categoria trabalho, em sua dimensão concreta e universal, comum a todas as formações sociais e a sua particularidade no capitalismo, o trabalho

abstrato, que se concretiza em trabalho produtivo e trabalho improdutivo, ambos absolutamente imprescindíveis à reprodução do capital.

O trabalho, conforme expõe Marx, é a categoria fundante do mundo dos homens, constituindo o elemento decisivo e determinante na passagem da esfera orgânica para o ser social¹. É, pois, através dele que o homem se distingue da natureza. Mediante o intercâmbio com a natureza, o homem produz os meios de produção e de subsistência fundamentais para a reprodução da vida social, garantindo a existência social, sendo uma eterna necessidade do mundo dos homens. De acordo com este pressuposto, Marx e Engels (2009, p.40-41) afirmam que:

[...] temos de começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos.

Essas necessidades, tais como beber, comer e vestir-se, mesmo que ainda conectem o homem ao seu biológico, já se apresentam para o ser humano como

¹ A passagem da esfera inorgânica para a orgânica representa um salto ontológico, em relação à esfera anterior, na medida em que surge algo inteiramente novo, a reprodução biológica. Sem a reprodução biológica dos indivíduos não há possibilidade de existência da sociedade. O ser vivo compõe um novo tipo de ser, capaz de reproduzir a si mesmo e essa característica o distingue do ser inorgânico. É do surgimento da vida que aparece a reprodução biológica como uma categoria nova e, de modo análogo, a formação do ser social corresponde ao aparecimento de uma categoria radicalmente nova, a reprodução social, que não pode ser derivada diretamente da natureza. Aparece, nesse sentido, um tipo de ser radicalmente novo e distinto da natureza: o ser social. A reprodução do ser social tem de um lado, como fundamento ineliminável, o próprio homem com a sua constituição física, com a sua reprodução biológica, e por outro lado, o ambiente cujo se desenvolve essa reprodução que tem como base a natureza. A passagem da esfera inorgânica para a orgânica e desta para a esfera social implica salto ontológico de um nível de ser para outro, qualitativamente distinto. O salto representa o momento negativo de ruptura e negação da esfera anterior. Apesar do caráter de salto, a transformação é um processo longo e lento de desenvolvimento do novo ser, com as suas categorias, legalidades e novas relações. Todo o processo é formado pela positividade, com a consubstanciação do novo ser e o contraste com a negatividade do salto. Entre o salto e o novo ser que se desenvolve a partir dele se estabelece uma relação fundamental, pois sem o salto o novo ser não pode se consolidar. “Todavia, o salto não esgota, em si próprio, o novo ser; este apenas pode se explicitar através de uma processualidade evolutiva que, por sua essência, está para além do salto enquanto tal” (LESSA, 2007, p.17).

necessidades de caráter social, não sendo mais atos puramente biológicos². Ao produzir objetos e meios que possibilitam a sobrevivência humana e sua reprodução, o trabalho representa a protoforma do ser social, pois sem a transformação da natureza não seria possível existir a sociedade. Logo, “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza [...]” (MARX, 1983, p.50).

Como produtor de valores de uso, o trabalho possui um caráter universal e por isso presente em qualquer tipo de sociabilidade. Entretanto, afirmar que a categoria trabalho é a protoforma do agir humano, gênese do ser social, não implica afirmar que a totalidade da reprodução social seja resumida ao trabalho. Tanto para Marx como para Lukács, a reprodução social³ é composta por outros tipos de ação que não se reduzem ao trabalho, embora, dependam dele para existir.

Na esteira dessas afirmações, a reprodução social é apreendida como um contraditório e complexo fundado pelo trabalho que termina dando origem a novas relações entre os homens. A partir das novas necessidades e possibilidades determinadas pelo trabalho originam-se novas relações sociais que se organizam sob a forma de complexos sociais, que objetivam ordenar e regular as relações entre os homens, como os complexos da fala, do Direito e do Estado.

² “A fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diferente daquela que devora carne crua, se ajudando com as mãos, unhas e dentes” (MARX apud LUKÁCS, 1981, p.12). Assim, a fome, mesmo como uma necessidade primária apresenta na sua satisfação elementos de determinação econômico-social.

³ “Em suma: todo ato de trabalho resulta em conseqüências que não se limitam à sua finalidade imediata. Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa. É este rico, contraditório e complexo processo que, fundado pelo trabalho termina dando origem a relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, que é denominado de reprodução social. Na esfera da reprodução social, as novas necessidades e possibilidades geradas pelo trabalho vão dar origem a novas relações sociais que se organizam sob a forma de complexos sociais. A fala, o Direito, o Estado, a ideologia (com suas formas específicas, como a filosofia, a arte, a religião, a política, etc.), os costumes, etc., etc., são complexos sociais que surgem para atender às novas necessidades e possibilidades, postas pelo trabalho, para o desenvolvimento dos homens. Estes novos complexos sociais não se confundem com o trabalho, embora com ele se relacionem constantemente. Enquanto o trabalho visa a transformação da realidade para a produção dos bens necessários à reprodução material da sociedade, os outros complexos sociais buscam ordenar as relações entre os homens. Nisto eles são radicalmente diferentes” (LESSA, 1999, p.6).

Retomando a questão do trabalho sobre as suas determinações mais gerais, Marx (1983) descreve em “O Capital” o trabalho como:

[...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media “sic”, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p.149).

Nessa afirmação, Marx delinea o trabalho como a categoria que medeia a relação entre o homem e a natureza, concretizando-se necessariamente como trabalho manual, visto que o trabalhador usa sua própria “corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (MARX, 1983, p.149). Nesse processo, o sujeito converte a matéria e controla a ação, portanto, é uma relação comandada necessariamente pelo homem. Para essa conversão, o homem utiliza a cabeça para planejar e controlar a ação e com suas mãos, braços e pernas executá-la. De acordo com essa constatação de Marx, o trabalho em seu sentido originário e mais restrito é um processo entre a atividade humana e a natureza que resulta na transformação de objetos naturais em valores de uso, o que o distingue das formas subsequentes e mais evoluídas da práxis social, nas quais se destaca mais acentuadamente a ação sobre outros homens.

Como a categoria trabalho está presente, apenas no mundo dos homens Lukács (1981) destaca o mérito de Friedrich Engels em ter, primeiramente, apontado o trabalho como central no processo de humanização do homem. Desse modo, há uma diferença ontológica entre a atividade animal, regida por leis exclusivamente biológicas onde predomina o caráter instintivo das ações diante da necessidade de adaptação a determinado ambiente, e a atividade humana. Na relação estabelecida com a natureza, o homem, o ser social, atua sobre a matéria a ser transformada, dirigido por uma finalidade, qual seja, a de produzir valor de uso e introduz um novo elemento: a ação consciente. Essa ação só existe no mundo dos homens. Assim, Marx (1983, p.149-150) pressupõe o trabalho:

[...] numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade.

A essência da categoria trabalho está na relação dialética entre teleologia e causalidade. A teleologia, como primeiro elemento que compõe o complexo do trabalho, é o momento em que o sujeito projeta de forma ideal e prévia a finalidade de uma ação. O ato de trabalho é teleologicamente posto, orientado por uma finalidade e atende as necessidades e possibilidades históricas de cada momento. Para produzir o objeto, o homem, inicialmente, prefigura em sua mente o que deseja tornar real. Isso quer dizer que ele planeja a ação antes de por em prática o objeto, ou seja, sua atividade é conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Esse momento que antecede e dirige a ação é denominado por Lukács (1981) de prévia-ideação. Nele, os resultados e as consequências esperadas da ação são projetados primeiro na consciência antes da ação ser posta em prática⁴. Esta atividade teleológica está articulada ao conhecimento e domínio do homem sobre a natureza.

A ação do homem no processo de trabalho, através do meio de trabalho⁵, resulta no objeto. A partir daí, “o processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado [...]” (MARX, 1983, p. 151). Deste modo:

é anunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo

⁴ Ressaltando que as consequências por vezes são inesperadas, uma vez que a história não é teleologia, mas sim causalidade posta pelos homens a partir de situações objetivamente determinadas.

⁵ “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza suas propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo” (MARX, 1983, p.150).

de toda práxis social, na qual, com efeito- mesmo que através de mediações às vezes muito complexas- sempre são transformadas em realidade posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais (LUKÁCS, 1981, p.4).

Assim, o homem insere na realidade material algo novo que nela não existia anteriormente. Através do trabalho, o homem pela sua ação, cria algo qualitativo e radicalmente novo ao colocar no mesmo processo o pôr teleológico e a causalidade. A teleologia e a causalidade, dentro da ontologia marxiana e lukacsiana, formam uma unidade no interior do complexo do trabalho, embora sejam momentos distintos e heterogêneos. O trabalho coloca em movimento uma atividade antes inexistente, regida por uma finalidade, dessa forma, Lukács define o resultado final do trabalho como uma “causalidade posta”. Lukács (1981, p.5) diz:

[...] a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato consciente, a teleologia, ao contrário, por sua própria natureza, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim. Por, neste caso, não significa simplesmente assumir conscientemente, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de por, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico.

Essa relação dialética entre teleologia e causalidade se desenvolve na práxis humana. Ambas compõem um processo único, o trabalho. Lukács, apoiado na afirmação de Marx, argumenta que fora do trabalho, da práxis humana, não existe qualquer teleologia. O trabalho é o “único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro por teleológico como momento efetivo da realidade material” (LUKÁCS, 1981, p.6). É no processo do trabalho que as posições teleológicas põem em movimento os nexos causais alterando a causalidade natural em causalidade posta, colocada em movimento pela mediação de um fim idealizado e concretizado. Pela sua ação, através do trabalho, o homem insere algo totalmente novo na realidade material e altera o existente. Ao fazer isso, surgem consequências e resultados inesperados que ocasionam novas necessidades e novas possibilidades para atender a estas necessidades surgidas.

Em resumo, o trabalho apresenta a determinação ontológica decisiva do ser social, pois ao modificar o mundo natural, os homens transformam a si mesmos,

resultando na criação contínua de novas possibilidades e necessidades, até aquele momento desconhecidas e, com elas, novas maneiras de satisfazê-las. Além disso, o trabalho como complexo que atua na autoconstrução do ser social oferece ao homem a possibilidade de afastamento das barreiras naturais intrínsecas ao reino animal. Conforme afirma Lukács (1981), todos os atos de trabalho remetem para além de si mesmos, tornando possível o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas e das relações sociais. O trabalho teleologicamente e conscientemente posto traz sempre a possibilidade de produzir mais que o necessário para a simples reprodução daquele que o realizou⁶.

Essas afirmações referem-se ao trabalho em seu sentido universal, ontológico, como intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza. No entanto, essas afirmações universais não explicam o trabalho em cada formação social, pois essa categoria apresenta configurações/ formas distintas. Assim, para apreender a particularidade do trabalho na sociabilidade burguesa é preciso entender o trabalho abstrato.

Entre o trabalho e o trabalho abstrato há uma crucial distinção. Enquanto o trabalho é, nos ditos de Marx (1983, p.50), “[...] criador de valores de uso, condição de existência do homem”; o trabalho abstrato é aquele que, sob a dinâmica da reprodução do capital, destina-se à produção de mercadorias, sendo então particular ao modo de produção capitalista. Nessa direção, ressalta Lessa (2011, p. 195) que “entre o trabalho, categoria fundante, condição ‘universal’ e ‘eterna’ do ser social, e o trabalho abstrato, peculiar à regência do capital, se desdobra uma complexa relação”. Sobre estes elementos nos debruçaremos mais adiante.

As considerações apresentadas sobre o trabalho confirmam o pressuposto marxiano de que através da sua análise como ato primário é possível apreender as características gerais, essenciais do ser social, permitindo conhecer a realidade em sua totalidade e entender que este ser é radicalmente histórico. Dando continuidade a exposição, será discutida no próximo item as raízes histórico-sociais da sociedade

⁶ “Esta capacidade do trabalho de ir com seus resultados além da reprodução do seu executor cria a base objetiva da escravidão [...]. Daqui o caminho leva, através de várias etapas, ao capitalismo, onde este valor de uso da força de trabalho se torna a base de todo o sistema. [...] também o reino da liberdade no socialismo, a possibilidade de uma época sensatamente livre, também repousa sobre esta peculiaridade fundamental do trabalho de produzir mais do que seja necessário para a reprodução do trabalhador” (LUKÁCS, 1981, p. 2).

capitalista, o solo em que se constitui e se generaliza o trabalho abstrato, que materializa o trabalho produtivo e improdutivo.

2.2 As bases sócio-históricas do modo de produção capitalista

A partir da análise ontológica das sociedades precedentes, Marx desvela as bases materiais do capitalismo em sua generalidade, especificidades e contradições, explicitando o processo de constituição do capital que se gesta no período de decadência do feudalismo. Importante destacar que nas sociedades precedentes ao capitalismo tratar de trabalho produtivo ou improdutivo seria irrelevante, pois nessas sociedades, resguardadas as suas diferenças, o trabalho estava praticamente restrito à produção de valores de uso. Isso se deve especialmente pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas nessas sociedades. Esse precário desenvolvimento fazia com que a humanidade dependesse bastante dos eventos da natureza para a produção dos bens indispensáveis à reprodução social.

É com a expansão das relações mercantis, na transição do feudalismo ao capitalismo, que se tem a gênese de um tipo de trabalho abstrato/assalariado que produz mais-valia e outro tipo que não a produz, o trabalho improdutivo. Por isso que o estudo da particularidade do trabalho abstrato é imprescindível nesta dissertação e pressupõe uma análise ainda que sumária da gênese e desenvolvimento do capitalismo, ordem social que o generaliza historicamente. Este momento de transição constitui-se com a formação das manufaturas, momento em que a divisão técnica do trabalho entre trabalho manual e intelectual explicita, inicialmente, a funcionalidade da dimensão improdutiva à reprodução do capital.

É a partir do surgimento do excedente econômico⁷ que as relações sociais se transformaram radicalmente, abrindo espaço para a exploração e escravização dos

⁷ De acordo com Tonet e Lessa (2008), os primeiros grupos humanos que habitaram na terra viviam sob o regime social denominado comunidade primitiva. A principal atividade era a coleta do que a natureza oferecia, sendo essa uma atividade muito pouco produtiva. Viviam em pequenos bandos, predominava o nomadismo e não existiam classes sociais. Mesmo nesse ambiente primitivo, o trabalho e suas consequências já se faziam presentes, pois através da coleta dos alimentos, os membros da comunidade iam adquirindo mais conhecimento sobre a realidade, e esse era repassado a todos os outros membros do grupo. Assim, foram capazes de produzir ferramentas mais desenvolvidas e conhecer melhor o ambiente em que habitavam, possibilitando a domesticação de animais, o surgimento da agricultura e a conseqüente produção do excedente da riqueza. Essas transformações propiciaram a produção de bens que superou as necessidades mais imediatas de

homens e, com isso, o surgimento de classes sociais antagônicas. A sociedade escravista, que antecede ao feudalismo, foi dividida em dois grandes polos: uma minoria, proprietários de terras e de escravos que, mediante o uso da força e da violência, dominava e ampliava o contingente de escravos; e outra parte composta por esses escravos não tinham controle nem sobre suas próprias vidas. O escravismo, ao introduzir a propriedade privada dos meios fundamentais e a exploração do homem pelo homem, possibilitou a diversificação da produção de bens, incrementou a produção mercantil, estimulando o comércio.

Nessa direção, o progresso da produção, significou um avanço para a história da humanidade, mas por outro lado, representou um retrocesso para a condição da maioria da população. Como o trabalho era realizado sob coerção, mediante violência real, foi necessário o surgimento das primeiras formas de poder político, materializadas no Estado⁸ e de outros complexos sociais como o direito para possibilitar a exploração dos escravos pela classe dominante. Para existir o poder do Estado é preciso que haja um conjunto de instrumentos repressivos o apoiando, como o exército, a polícia e o funcionalismo público (TONET e LESSA, 2008). Desse grupo de trabalhadores, surgem os primeiros funcionários públicos com o intuito de controlar os escravos, criando as condições necessárias à exploração da maioria dos indivíduos. Importante salientar, que essa atividade exercida por esses trabalhadores possui uma natureza semelhante à atividade improdutiva exercida por parte da classe trabalhadora no capitalismo, como veremos adiante.

Após um período de transição⁹ e de acirramento de suas contradições fundamentais¹⁰, o escravismo foi destruído, emergindo o modo de produção feudal

sobrevivência dos seus membros. Surge, então, pela primeira vez o excedente econômico, momento em que os homens produziram mais do que o necessário para o seu consumo imediato.

⁸ Em relação ao Estado, Engels (1997, p. 191) destaca: “É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado”.

⁹ “O que caracterizou este processo de transição foi, em primeiro lugar, o fato de nele não atuar uma classe revolucionária. Os escravos não se constituíam enquanto tal porque não tinham condições históricas de levar à prática um projeto alternativo de sociedade. Naquela situação histórica, o desenvolvimento das forças produtivas ainda não atingira o patamar que possibilitasse aos homens o conhecimento indispensável ao surgimento de uma classe revolucionária para liderar a transição da

(ou feudalismo), composto por unidades econômico-sociais designadas de feudos. O fundamento da sua estrutura social era a terra, o feudo, pertencente ao senhor, que dominava os produtores diretos, sendo que parte dessa terra era ocupada pelos servos em troca de tributos e prestações.

O excedente econômico produzido pelos servos foi expropriado por meio da violência pelos senhores tal como no escravismo, mas a condição dos mesmos se distinguia a dos escravos, pois esses tinham controle sobre seus instrumentos de trabalho e garantiam seu sustento através de uma parte do que produziam. A relação que estabeleciam com os senhores caracterizava-se por uma série de compromissos para ambos, como a prestação de serviços pelos servos e a proteção da vida do servo pelo senhor. Diante desse contexto, como os servos ficavam com parte da produção, interessava a eles mesmos aumentá-la. Logo, novas técnicas, ferramentas e instrumentos foram desenvolvidos e aperfeiçoados. Com o aumento da produção e uma melhor alimentação, a população cresceu.

Entretanto, o aumento da produção e da população acabou ocasionando uma crise no feudalismo, pois os feudos passaram a ter mais servos do que precisavam e o consumo não acompanhou a produção. Em resposta a essa situação, os senhores feudais acabam por expulsar das terras os servos que estavam sobrando, rompendo com o compromisso que tinham entre si. Mas, como nesse período a produção cresceu, todos tinham o que trocar o que favorece e estimula o comércio.

O desenvolvimento do comércio, com as feiras de mercadores, estimulou o consumo de mercadorias trocadas por dinheiro, e o surgimento das cidades, tornaram os centros das rotas comerciais, levando ao crescimento populacional das cidades. Além disso, essa expansão comercial proporcionou mais trabalho para um

velha sociedade para uma nova. Com isso, a transição foi caótica, fragmentada, lenta e o novo modo de produção, o feudalismo, se estruturou de modo muito diferenciado de lugar para lugar” (LESSA e TONET, 2008, p. 63).

¹⁰ De acordo com Tonet e Lessa (2008, p.62): “no escravismo, para enriquecerem cada vez mais, os senhores tinham que aumentar o número de escravos que possuíam. Com isso a quantidade de escravos aumentou tanto que eles tiveram que criar mecanismos de repressão especiais para se protegerem das revoltas dos escravos: o exército, a burocracia (os funcionários públicos) e o Direito. Este conjunto é conhecido como Estado. O crescimento do número de escravos fez com que as despesas para manter o exército e o Estado aumentassem tanto que, a partir de certo ponto, o lucro dos senhores não era mais suficiente para pagá-los. Sem recursos, os soldados e funcionários públicos aos poucos deixaram de defender os senhores, e com isso, o escravismo entrou na crise que levou ao seu desaparecimento”.

maior número de pessoas. “A intensificação do comércio, em troca, reage com as transações financeiras. [...] a economia natural do feudo auto-suficiente do início da Idade Média se transformou em economia de dinheiro, num mundo de comércio em expansão” (HUBERMAN, 1986, p.24).

Na esteira dessas afirmações, podemos mencionar que de início, a vida econômica da sociedade feudal decorria sem muita utilização de capital, pois havia uma economia de consumo em cada feudo que o tornava praticamente autossuficiente, mas, mesmo que de forma pequena, já havia um intercâmbio de mercadorias. Nas sociedades escravocrata e feudal, no que diz respeito à relação entre produção material e seu controle, as formas de metabolismo social eram caracterizadas por um alto grau de auto-suficiência” (MÉSZÁROS, 2011).

Com o tempo, o comércio cresceu e se expandiu através das feiras. Pelo seu tamanho e extensão, havia guardas, policiais e tribunais próprios. Nesse sentido, existia um corpo de funcionários que trabalhava para garantir o bom funcionamento dessas, e que não estava ligado diretamente a produção das mercadorias, assemelhando-se novamente a atividades improdutivas presentes no capitalismo. Além desses, havia os trocadores de dinheiro, que por representarem parte importante da feira, eram dedicados dias apenas para os negócios em dinheiro. Por isso, a importância das feiras, afora o comércio, efetuavam-se transações financeiras.

Em meio a esse cenário de mudanças a classe dos comerciantes/mercadores ganhou importância. “Agora, um novo grupo surgia - a classe média, vivendo de uma forma diferente, da compra e da venda. [...] Agora, a posse do dinheiro, uma nova fonte de riqueza, trouxera consigo a partilha no governo, para a nascente classe média” (HUBERMAN, 1986, p. 33). Logo, reforça o autor: “A expansão do mercado [...] é uma chave importante para a compreensão das forças que produziram a indústria capitalista [...]”. Essa expansão do comércio, do mercado que ultrapassou o âmbito de uma cidade, criou a atividade do intermediário, cuja função era fazer com que as mercadorias chegassem aos seus consumidores mesmo que estivessem distantes dos trabalhadores que a produziram. O intermediário não está diretamente vinculado ao processo de produção das mercadorias, entretanto sem a sua atividade essas não seriam consumidas,

inviabilizando o ciclo do processo produtivo (produção-circulação-consumo). Isso demonstra que é na transição do feudalismo para o capitalismo, que atividades dessa natureza se tornam funcionais ao desenvolvimento da nova sociedade, apesar de não estarem vinculadas de forma direta à produção. Com essa expansão e a formação de novos mercados, a atividade do produtor individual - os artesãos locais - não mais atendeu a demanda crescente. Com isso:

Entra em cena o intermediário, e as cinco funções do mestre-artesão se reduziram a três – trabalhador, empregador, capataz. Os ofícios de mercador e comerciante deixaram de ser atribuição sua. O intermediário lhe entrega a matéria-prima e recebe o produto acabado. O intermediário coloca-se entre ele e o comprador. A tarefa do mestre artesão passou a ser simplesmente produzir mercadorias acabadas tão logo recebe a matéria-prima (HUBERMAN, 1986, p.100).

Aliado ao desenvolvimento do comércio e das cidades que impulsionou o surgimento de duas novas classes sociais, os artesãos e os comerciantes, chamados também de burgueses ocorre a expansão das relações mercantis, e por outro lado o desgaste das terras produtivas, os limites técnicos da manufatura e a Peste Negra, que extinguiu parte da população europeia. Esses constituem os elementos decisivos para o fim do feudalismo e para a ascensão da sociedade capitalista.

Antes de explicitar as bases materiais da sociabilidade burguesa, algumas questões merecem ser destacadas. Tanto a mercadoria como os valores de troca são anteriores ao capitalismo, pois, existiam nas sociedades precedentes (escravismo e feudalismo), entretanto não exerciam o papel central na regulação das relações sociais. Nessas sociedades, que já conheciam a divisão entre classes sociais, há sempre uma classe dominante, parasitária e uma classe produtora. A primeira classe controla a segunda, forçando-a a trabalhar e produzir bens materiais para sustentar toda a sociedade. Nessas formações pré-capitalistas a riqueza da sociedade advinha da produção dos escravos e dos servos. Os auxiliares da classe dominante tal como o exército, a Igreja e os capatazes apareciam como custos de produção. Por isso que, “mesmo quando assalariados (os soldados em Roma, por exemplo), a reprodução social se dava de tal modo que não velava o fato de que seus salários saíam da riqueza dos membros da classe dominante, os quais a obtinham da exploração dos servos e dos escravos” (LESSA, 2011, p.164).

Consequentemente o imperativo do controle faz-se presente a partir da divisão da sociedade em classes antagônicas e irreconciliáveis. Os auxiliares da classe dominante no escravismo e feudalismo representam e cumprem funções similares aos trabalhadores improdutivos no capitalismo, só não é em essência, porque a força de trabalho só se transforma em mercadoria, na transição para a manufatura, quando então o trabalho abstrato se generaliza e o salário do trabalhador improdutivo surge da produção. Dessa forma, há um agravamento dessas contradições no capitalismo, pois a própria força de trabalho do trabalhador é vendida, pela mediação do salário, para gerar riqueza para sua classe opressora, encobrindo e velando ainda mais o processo de exploração ao qual é submetido. Para esclarecer essas afirmações, recorreremos a Lessa (2012, p.29):

Tal como ocorre com as sociedades contemporâneas, nelas temos a exploração do homem pelo homem por meio da apropriação do trabalho excedente pela classe dominante. Aqui, todavia, termina qualquer semelhança com o mundo do capital. Neste, diferente do que ocorria antes, as mediações extra-econômicas não mais exercem qualquer efeito na determinação da taxa de exploração nem na determinação do valor de troca (sem que isso signifique descolar a economia do restante da sociabilidade). E isso é possível, fundamentalmente, porque apenas sob o capital a força de trabalho pode ser plenamente convertida em mercadoria pela universalização do trabalho assalariado (em Roma, por exemplo, o trabalho assalariado se limitava ao exército, etc.). Ainda que a mercadoria (e, portanto, o valor de troca) seja anterior ao capital, sua função social nas sociedades pré-capitalistas é ontologicamente distinta de sua função no mundo em que vivemos [...].

Reafirmamos, assim que toda e qualquer formação social necessita produzir valor de uso, condições materiais de existência através da transformação da natureza. A particularidade e distinção do capitalismo é que a produção de valor de troca torna-se o objetivo fundamental, e dessa forma, “o capital não trata valor de uso (o qual corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca como estando separados, mas de um modo que subordina radicalmente o primeiro ao último” (MÉSZÁROS, 2011, p.17).

Retomando as considerações gerais do modo de produção capitalista, seu processo de constituição tem como ponto de partida uma “acumulação primitiva”, a

gênese da acumulação capitalista, a qual “pressupõe a mais-valia¹¹, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias” (MARX, 1985, p. 261). A acumulação primitiva representa o processo histórico de constituição das classes fundamentais do capitalismo. A Inglaterra como exemplo clássico desse processo, conforme destaca Marx (1985), realizou de forma violenta e cruel a expropriação dos meios de produção dos servos, dos camponeses - classe que produzia a riqueza social - e a expulsão da sua base fundiária feudal, transformando-os numa massa de “proletários livres como os pássaros”, servindo de “alavanca para à classe capitalista em formação”. Por outro lado, a burguesia detentora dos meios de produção, da propriedade privada e da produção da riqueza social se consolida enquanto classe dominante. Dessa forma:

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1985, p.262).

É com a separação do homem de seus instrumentos de trabalho e da base fundiária que ele é obrigado a transformar-se em trabalhador “livre” e, com isso as condições para a existência de duas classes fundamentais e para serem estabelecidas as primeiras formas de assalariamento. De um lado, tem-se a emergência de uma classe que apenas possui sua própria força de trabalho¹² para vender como mercadoria – o proletariado - e, de outro, uma classe possuidora de recursos/ dinheiro para comprar/pagar essa força de trabalho – a burguesia; as

¹¹ A mais-valia é o excedente econômico apropriado pelo capitalista, fonte de seu lucro. A mais-valia irá decidir à produção do lucro.

¹² “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1983, p. 139).

quais expressam, em suas relações concretas, o antagonismo estrutural¹³ existente entre trabalho e capital. Dessa forma, a relação capital e trabalho, personificada nas classes capitalista e proletariado, consiste na expropriação do excedente produzido pelo trabalhador (produtor direto). É dessa relação contraditória e inconciliável entre classes antagônicas que expressa a “lei geral da acumulação capitalista”, segundo Marx (1985).

Para Marx é a partir da composição orgânica do capital (a relação entre capital constante - meios de produção e capital variável - força de trabalho) e de suas transformações no curso do processo de acumulação que se verifica o crescimento do capital e o controle coercitivo que exerce sobre a classe trabalhadora, esta função de controle expressa a peculiaridade do trabalho improdutivo na reprodução capitalista.

O que especifica a produção capitalista é o fato dela se fundar sobre o trabalho assalariado. É, portanto, nesse modo de produção que se universaliza a lógica mercantil, onde as relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas, o conhecido fenômeno da reificação. E a mercadoria assume o caráter predominante, determinante da relação de produção. A mercadoria é o ponto de partida da sociabilidade burguesa, a qual pelas suas propriedades atende as necessidades humanas de qualquer espécie. A mercadoria é portadora de valor de uso, que representa a forma social do conteúdo material da riqueza ao passo que, na sociabilidade burguesa, também é portadora de valor de troca. Primeiramente, a mercadoria é um objeto externo, cujas propriedades satisfazem necessidades humanas de qualquer espécie, sejam elas originadas do “estômago ou da fantasia”. Sua utilidade faz dela um valor de uso, que se realiza no uso ou no consumo e constitui o conteúdo material da riqueza em qualquer forma de sociabilidade.

É na sociedade capitalista que a força de trabalho é transformada em mercadoria, comprada por meio do salário. A partir disso, as relações sociais estão

¹³ “A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. [...] A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência” (Marx, 1985, p.277).

condicionadas a esse elemento de compra e venda, nele tudo passa a se constituir em mercadorias; as relações sociais são convertidas em relações mercantis. Marx (1983, p.45) inicia o capítulo da mercadoria afirmando: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar”.

Marx (1983, p.47) ressalta que: “Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho”. O trabalho é a substância social presente em todas as mercadorias e, por isso, expressa as proporções em que as mercadorias podem ser trocadas umas pelas outras. É no processo de troca que se igualam as mercadorias. “O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano” (MARX, 1983, p.47). E é pela quantidade de trabalho objetivado, materializado que se determina a grandeza do valor da mercadoria¹⁴.

Sendo assim, o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade de trabalho necessário para a sua produção. Tal qual o de qualquer outra mercadoria, o valor da força de trabalho é calculado pelos valores das mercadorias indispensáveis a sua subsistência. Por intermédio do salário, o homem deve sustentar-se, procriar e criar filhos (assegurando a continuidade da força de trabalho) e, de acordo com a exigência, desenvolver e aperfeiçoar habilidades. Mas, a força de trabalho possui um componente que lhe é próprio: é a única mercadoria que ao fim do processo de trabalho cria um novo valor.

É o tempo de trabalho, que se divide entre trabalho necessário e trabalho excedente, e esse trabalho excedente por sua vez resulta da exploração da mais-

¹⁴ “Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil seja um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessita para terminá-la. O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1983, p.47-48).

valia, que define a produção da riqueza capitalista – o valor das mercadorias e, essa medida, será utilizada para determinar o salário do trabalhador pela mercadoria força de trabalho. O salário, pois, só representa uma parte do valor que o trabalhador produziu durante sua jornada de trabalho. Assim, o valor da força de trabalho é proporcional a quantidade de trabalho necessário para produzir o salário e não todo o valor que o trabalhador é capaz de produzir numa dada jornada de trabalho. Do processo de trabalho resulta o processo de criação de valor, que acontece no tempo de trabalho necessário (trabalho pago) e, o processo de valorização do capital, através do trabalho excedente (trabalho não pago). É justamente o processo de valorização do capital que produz a mais-valia, o excedente, fonte do lucro e finalidade última do capitalista.

Desta relação desigual historicamente determinada destaca-se o trabalho abstrato como elemento necessário para a reprodução desta sociedade capitalista, aqui, explicada em seus fundamentos ontológicos.

2.3 A particularidade do trabalho abstrato

Sob a regência do capital, a transformação da natureza, o trabalho concreto cuja função é o atendimento de necessidades humanas através da produção de valores de uso, presente em toda formação social, é subsumido¹⁵ ao trabalho abstrato, forma específica que tem por finalidade atender a reprodução do capital, a produção de mais-valia. Tal como qualquer outra mercadoria, o trabalho, no capitalismo, se apresenta como uma mercadoria. Ressalte-se, contudo, que o trabalho concreto é portador do trabalho abstrato. Ou seja, a produção de um valor de troca sobrepõe a necessidade e utilidade desse objeto para os indivíduos e para a sociedade, portando, o seu valor de uso. Para a lógica burguesa, não interessa somente a produção de valor de uso, mas sim os lucros que podem advir dessa produção. Portanto, a reprodução do capital só é possível pela produção de valores de troca. Sobre isso, Marx (1983, p.155) diz:

O produto - a propriedade do capitalista - é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas.

¹⁵ Essa posição não elimina a sua condição de categoria fundante do ser social.

O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*¹⁶. Produz-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.

Na sociedade capitalista, regida pelo trabalho abstrato, a exploração do trabalho não se dá só no âmbito da produção da riqueza material (trabalho concreto), ou seja, nas posições teleológicas primárias, mas também nas posições teleológicas secundárias¹⁷. No capitalismo, a reprodução do capital se dá imediatamente pela apropriação da mais-valia. O que move o capitalismo é a produção do valor de troca, da mais-valia. Desta relação, Marx (1969, p.42-43, grifo do autor) explicita: “A *função* verdadeira, função específica do capital é pois a *produção de valor excedentário* [...], *produção de sobretrabalho, apropriação* - no decurso do processo de produção real - *de trabalho não pago*, que se apresenta à vista e se objetiva como *mais-valia*”.

Essa é a grande novidade histórica trazida pelo capitalismo quando comparada com os outros modos de produção. De acordo com Lessa (2011), o fato de o capitalista poder extrair a mais-valia não apenas da transformação da natureza, trabalho concreto, mas também dos serviços (como saúde, educação, lazer). E ainda: “como, para o capital, toda fonte de lucro não passa de fonte de lucro, ele reduz a esse denominador comum todas as atividades humanas, sejam elas ou não intercâmbio orgânico com a natureza, sejam elas ou não trabalho” (LESSA, 2008, p. 7). Dessa forma, a sociedade capitalista apresenta uma especificidade de crucial importância:

¹⁶ Que se ama por si mesma.

¹⁷ Além das posições teleológicas primárias os homens produzem posições teleológicas secundárias, conforme explicitadas no primeiro item deste trabalho, que derivam do próprio ato de trabalho, em qualquer formação social, sem, contudo se confundirem com as posições do trabalho. As posições teleológicas secundárias são o conjunto das práxis sociais que não operam a transformação material da natureza.

Nesta, há uma massa de assalariados que recebem, sob a forma de dinheiro, uma parte da riqueza produzida pelo proletariado para conseguirem no mercado o necessário à sua subsistência. Graças a essa massa de dinheiro disponível na sociedade, diferente do passado, o capitalista pode se enriquecer tanto ao explorar o proletário como também ao explorar os demais assalariados, muitos destes (tal como nas sociedades pré-capitalistas), auxiliares na afirmação cotidiana do poder da classe dominante em todas as esferas sociais, mas fundamentalmente na produção (exército, Direito, “intendentes”, etc.). A riqueza pessoal de um dado capitalista pode ter sua origem na exploração do trabalho proletário que transforma a natureza numa “fábrica de salsichas”, como também na exploração do professor em uma “fábrica de ensinar”. (LESSA, 2011, p.164).

Para o capital o que interessa é o lucro, por isso ele reduz as atividades humanas a esta relação mercantil. Assim, “[...] o processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valorização, processo que, por sua vez, enquanto tal, é essencialmente *produção de mais-valia* [...]” (MARX, 1969, p. 57, grifo do autor). O trabalho abstrato representa justamente a redução da atividade produtiva do homem a uma mercadoria, a força de trabalho comprada pelo salário pago ao trabalhador. Sendo assim, o trabalho abstrato abrange todas as atividades humanas assalariadas. Nestes termos:

O trabalho abstrato é precisamente isso: o processo social pelo qual o capital, em sua auto-valorização, desconsidera as diferenças ontológicas entre as diferentes práxis sociais reduzindo-as, todas, àquilo que, para ele, é essencial: as suas diferentes capacidades de produzir mais-valia. (LESSA, 2008, p.7-8, grifo do autor).

No modo de produção capitalista, o trabalho torna-se uma mera mercadoria, fazendo com que o trabalhador se distancie cada vez mais do resultado de seu trabalho. Tal ato resulta da contradição entre capital e trabalho assalariado. O trabalhador se converte em instrumento e mercadoria, deixando de lado suas necessidades para a realização das necessidades de outros. Isto quer dizer que, no capitalismo, está posta a regência do trabalho abstrato, do trabalho alienado¹⁸, configurado como trabalho assalariado, já que implica a subordinação forçada do trabalhador às necessidades da reprodução contínua do capital.

No capitalismo, o proprietário da força de trabalho, controla o trabalhador. A finalidade e o produto do trabalho já não pertencem mais ao trabalhador, estes são,

¹⁸ Entendemos trabalho abstrato e trabalho alienado como sinônimos.

portanto, propriedades do capitalista e por isso o trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho, atendendo uma necessidade do capitalista. Essa relação de exploração é garantida pelo fato do trabalhador não possuir meios de produção e de subsistência, sendo obrigado a vender sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário. Sua condição de assalariamento o faz exercer atividades sobre as quais não tem nenhum domínio e apenas executar um por teleológico que não é dele. Nessas condições, “o trabalho deixa de ser a manifestação das forças vitais do próprio trabalhador para se converter na potência da classe dominante sobre o trabalhador explorado” (LESSA, 2011, p.156). Os produtos originados desse trabalho alienado ao invés de expressarem as necessidades e escolhas do trabalhador, aparecem estranhos e sobrepostos a ele. Este é o fenômeno da alienação¹⁹, caracterizado por essa inversão.

No resultado da produção capitalista, o operário, produtor e fonte da riqueza material é impossibilitado de tornar sua a riqueza por ele mesmo produzida, ao contrário, essa riqueza serve apenas ao processo de valorização do capital. Ao mesmo tempo em que o operário produz a riqueza que lhe é expropriada, produz no mesmo processo sua miséria. Segundo Marx (1985, p. 210): “A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. O trabalho, no capitalismo, não se constitui para a realização de necessidades humanas plenas, ele aparece apenas como meio de sobrevivência, ou seja, como algo que satisfaz necessidades imediatas, e para isto o homem é obrigado a exercê-lo para manter sua reprodução.

¹⁹ Para Lukács (1981), a alienação é um fenômeno histórico-social que tem fundamento socioeconômico. A essência da alienação está fundada no fato de que o desenvolvimento das forças produtivas é diretamente e necessariamente proporcional ao desenvolvimento das capacidades humanas, entretanto esse crescimento das capacidades humanas não conduz obrigatoriamente ao desenvolvimento da personalidade humana. Pois, a potencialização das capacidades dos indivíduos pode deformar a personalidade do homem. De um lado o desenvolvimento das forças produtivas lança tanto a humanidade quanto os indivíduos a novos patamares, de outro potencializa a capacidade dos homens para produzirem desumanidades. A partir de um determinado desenvolvimento alcançado com a sociedade de classes o fenômeno da alienação se apresenta e assume na história formas sempre diferentes, portanto, cada período histórico produz novas formas de alienação, o que explicita que sua constituição não possui um caráter de condição universal da humanidade.

Dessa forma, a alienação revela-se nos mais imediatos atos de trabalho, inclusive nas relações dos operários com os produtos de seu trabalho e com sua própria capacidade de trabalho, pois esses aparecem estranhos aos seus produtores, “assume uma existência *externa*, mas que existe independentemente, *fora dele* e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica” (MARX, 2006, p.112, grifo do autor). Além disso:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua proporção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2006, p.111, grifo do autor).

Sintetizando essas colocações:

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro (MARX, 2006, p.114, grifo do autor).

Nessa direção, o trabalho abstrato corresponde ao imperativo do capitalismo de transformar a força de trabalho numa mercadoria e o trabalhador num assalariado, pago para produzir mercadorias. Essa condição obriga o trabalhador a realizar uma atividade que ele não tem domínio, cujo intuito é a potencialização da sua própria exploração, visto que fornece sempre um valor adicional ao capitalista que comprou sua força de trabalho. Sob essa lógica burguesa, o trabalho abstrato

se materializa em trabalho produtivo e trabalho improdutivo, ou seja, ambos são particularizações/expressões do trabalho abstrato. Pois, a reprodução do capital demanda a existência de um trabalhador que produz mais-valia e de outro que não produz, à medida que ambos são imprescindíveis a consumação da mais-valia e a organização da reprodução social. É a partir da mais-valia, finalidade última da produção capitalista, que se pode definir o trabalho produtivo como aquele que produz mais-valia e o improdutivo, o que não a produz.

Somente a partir da análise da constituição do modo de produção capitalista e da particularidade que, nesse momento histórico, o trabalho assume, consubstanciando-se em trabalho abstrato, é possível investigar as categorias trabalho produtivo e improdutivo, consideradas “uma das mais polêmicas nos debates da Economia Política” (NETTO; BRAZ, 2009, p.114). A reflexão dessas categorias será aprofundada no próximo item.

2.4 Considerações sobre o trabalho produtivo e trabalho improdutivo

As categorias trabalho produtivo e trabalho improdutivo são apresentadas por Marx, considerando o modo de produção capitalista. Elege-se, neste item, os argumentos do autor com referência em duas obras fundamentais: o chamado “Capítulo VI Inédito” de “O Capital”, nas páginas dedicadas tão somente a essas categorias e em “O Capital” livro I, nos capítulos V e XIV, nos quais Marx trata do trabalho produtivo considerando o trabalho concreto (aquele que atende a eterna necessidade da humanidade de converter a natureza em bens indispensáveis à reprodução social) como também o trabalho produtivo sob o capital, àquele que necessariamente produz mais-valia. Além dessas obras, expõe-se os argumentos de autores contemporâneos, como Napoleoni (1981) e Lessa (2011).

Analisa-se primeiramente o texto que compõe o segmento dos manuscritos de 1863-1865, que estruturado como capítulo VI do livro I de O Capital foi, pelo próprio Marx, excluído²⁰ da edição de 1867, sendo publicado apenas em 1933, nomeado de “Capítulo VI (Inédito)”, pelo Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou.

²⁰ Segundo Maffi (1968, p. 15, grifo do autor): É ocioso, neste momento, interrogarmo-nos sobre o motivo por que Marx acaba por decidir não retomar, reelaborar de forma definitiva e publicar o seu caderno, ou perdemos-nos em conjecturas sobre possíveis mudanças de planos que o tivessem

No Capítulo VI (Inédito) de O Capital Marx, no item “Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo”, discute a constituição de ambos na produção especificadamente capitalista e é exatamente sobre esse item que circunscreve uma parte do estudo nesta dissertação. Marx (1969) inicia dizendo que a produção da mais-valia é a finalidade da produção capitalista, e que só é produtivo o trabalho “consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital”. É trabalhador produtivo aquele possuidor da capacidade de trabalho que diretamente produz mais-valia.

Essa afirmação refere-se à particularidade do processo de trabalho na produção capitalista - o trabalho abstrato – que se diferencia inteiramente do processo de trabalho em geral, útil concreto, cujo trabalho produtivo é aquele que se realiza num produto. As determinações mais gerais do processo de trabalho não são anuladas na produção capitalista, pois, conforme destaca Marx (1969) o trabalho produtivo continua a se materializar em mercadorias portadoras de valor de uso e de troca. Enquanto valor de uso as mercadorias são produtos do trabalho útil concreto e atendem as necessidades do homem; como valor de troca respondem ao processo de valorização do capital, produzindo mais-valia.

Somente por intermédio do trabalho produtivo se gera mais-valia, produto específico do processo capitalista de produção e, por isso sua determinação não está relacionada com a utilidade do produto, com o valor de uso ou com o seu conteúdo. “O processo capitalista de produção não é meramente produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago” (MARX, 1969, p. 115).

Na produção capitalista, o processo de trabalho torna-se apenas um meio de valorização do capital. Portanto:

Só (é produtivo) o trabalhador que põe o capital variável - e, por conseguinte, o capital total - como $C + \Delta C = C + \Delta v$. Trata-se,

levado a preferir remetê-lo para outros *Livros*, como seção adicional ou como parte de outra seção; bem como será ocioso levantar a questão de saber se Engels deliberou não ter em linha de conta este sexto capítulo por ter já saído o *Livro I* – e como bloco único este não tolerar acrescentos – ou porque saberia de Marx que a idéia de o publicar tinha sido abandonada no quadro geral da obra completa, ou se, o que é muito improvável, ele escapou pura e simplesmente ao seu olhar vigilante na ponderosa fadiga da delimitação e reorganização dos manuscritos com vista à edição dos *Livros II e III* e ao projeto de edição do *Livro VI*.

portanto, de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento (*agency*. Ing.) da sua *autovalorização*, como meio para a produção de mais-valia (MARX, 1969, p. 109, grifo do autor).

Para Marx, apenas a burguesia por considerar como natural a forma de produção capitalista pode confundir, do ponto de vista do capital, a questão do trabalho produtivo em geral com aquele trabalho peculiar a produção capitalista, o trabalho produtor de mais-valia. É produtivo somente o operário cujo processo de trabalho que está inserido seja equivalente ao processo de consumo produtivo de sua capacidade de trabalho por parte do capital ou do capitalista. Para o operário, o trabalho produtivo é um mecanismo de reprodução de seus meios de subsistência, sendo para o capitalista tão somente uma forma de obter dinheiro, produzindo mais-valia.

A partir dessa exposição inicial, Marx atenta para duas importantes conclusões. A primeira conclusão é que a partir da produção especificadamente capitalista, com a subsunção real do trabalho ao capital²¹ que:

[...] não é o operário individual que se converte no *agente* (*Funktionar*. Al.) *real* do processo de trabalho no seu conjunto mas sim uma *capacidade de trabalho socialmente combinada*; e, como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos – um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor (*manager*. Ing.), engenheiro (*engineer*. Ing.), técnico etc., aquele como capataz (*overlooker*. Ing.), aqueloutro como operário manual ou até como simples servente – temos que são cada vez em maior número as *funções da capacidade de trabalho* incluídas no conceito imediato de *trabalho produtivo*, diretamente exploradas pelo capital e *subordinados* em geral ao seu processo de valorização e de produção (MARX, 1969, p.110, grifo do autor).

Como a atividade combinada do trabalhador coletivo²² realiza-se num produto total, é indiferente a função de cada trabalhador tomado individualmente, ou seja, se

²¹ Sobre a subsunção formal e real do trabalho ao capital trataremos no capítulo seguinte.

²² “Vale lembrar que, se é função social do trabalhador coletivo enquanto totalidade o trabalho que converte a natureza nos valores de uso, o inverso não é necessariamente verdadeiro. Pois nem toda transformação da natureza em valores de uso é organizada sob a forma de cooperação que marca o trabalhador coletivo, como ocorre com frequência entre os camponeses ou com os artesãos. Ainda que estes setores tendam a perder sua importância com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas, ainda assim não há uma absoluta identidade entre trabalhador coletivo e transformação da natureza” (LESSA, 2011, p.151).

essa função se encontra mais próxima ou distante do trabalho manual. “[...] a atividade desta capacidade de trabalho coletiva é o seu *consumo direto pelo capital*, ou por outra, o processo de autovalorização do capital, a produção direta de mais-valia [...]” (MARX, 1969, p.110, grifo do autor).

A segunda conclusão apresentada por Marx evidencia que as determinações do trabalho produtivo emanam dos traços que caracterizam o próprio processo capitalista de produção, quais sejam: o possuidor da força de trabalho confronta-se com o capital como “vendedor do trabalho vivo”, portanto, é um trabalhador assalariado. Além disso, em relação à circulação, a capacidade de trabalho e o trabalho são incorporados e convertidos em componentes como fatores vivos no processo de produção do capital, “e, precisamente, a sua componente *variável* que, não só em parte conserva e em parte reproduz os valores de capital adiantados, mas que simultaneamente os *umenta* e, por conseguinte, ao criar a mais-valia, os transforma em valores que a si mesmos se valorizam, em capital” (MARX, 1969, p. 111).

Nessa direção, no processo produtivo de trabalho, a condição de ser trabalhador assalariado não determina a condição de ser um trabalhador produtivo. Pois, todo o trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo. O trabalhador produtivo além de assalariado cumpre a função social de produzir mais-valia. Para Marx, quando se compra o trabalho com a finalidade específica de consumi-lo como serviço, pelo seu valor de uso, “[...] não para colocar como *fator vivo* no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo (...)”. Nessa condição, o trabalhador assalariado não é um trabalhador produtivo, na medida em que seu trabalho não gera valor de troca, e é consumido tão somente pelo seu valor de uso, “é consumido improdutivamente”. Assim, Marx chega à definição de trabalho improdutivo, cujo “[...] consumo desse trabalho não equivale a D-M-D’, mas a M-D-M (a última é o *trabalho*, ou por outra o próprio *serviço*). O dinheiro funciona aqui unicamente como meio de circulação, não como capital” (Marx, 1969, p. 111, grifo do autor).

Dessa forma, Marx explica que as mercadorias usadas para consumo ou mesmo os serviços que se compra (seja de livre vontade ou forçadamente) ao

Estado para consumo pelo seu valor de uso não se convertem em fatores do capital e, por isso, não são consumidas produtivamente, não sendo considerados trabalhos produtivos, e, portanto quem os exerce não são trabalhadores produtivos.

Como a produção capitalista é marcada pela absolutização da forma de trabalho assalariado e da produção de mercadorias, ao longo do seu desenvolvimento, diversas atividades e funções antes consideradas como fins em si mesmas, por isso, não remuneradas ou apenas de forma indireta (como médicos e advogados), por um lado são convertidas em atividades remuneradas e seus executores em trabalhadores assalariados, “por mais diferente que seja o seu conteúdo e o seu *pagamento*, por outro lado, caem – a sua avaliação, o *preço* dessas diversas atividades, desde a prostituta ao rei – *sob a alçada das leis que regulam o preço do trabalho assalariado*” (MARX, 1969, p. 112, grifo do autor).

A transformação dos serviços em trabalhos assalariados e, por conseguinte dos seus executores em trabalhadores assalariados é própria do desenvolvimento da produção capitalista, equiparando-os, nessa característica, aos trabalhadores produtivos. Marx argumenta que essa condição de assalariamento em comum traz uma série de confusões e equívocos, servindo como pretexto para alguns apologistas “[...] converterem o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assalariado, num trabalhador que apenas troca os seus *serviços* (quer dizer, o seu trabalho enquanto valor de uso) por *dinheiro*” (MARX, 1969, p.112, grifo do autor). No caso dos serviços, esses representam o valor de uso particular do trabalho, entrando nos custos de consumo das mercadorias. “Nesta *compra de serviços* não está de maneira nenhuma contida a relação entre o trabalho e o capital - ou se acha inteiramente desfigurada, ou não existe mesmo [...]” (MARX, 1969, p.118, grifo do autor).

Essa afirmação desconsidera a diferença própria do trabalhador produtivo, qual seja a produção de mais-valia com a finalidade de autovalorizar o capital, “[...] cujo único instrumento (*agency*, Ing.), nele incorporado, é o trabalho vivo. Um soldado é um trabalhador assalariado, recebe um soldo, mas não é por isso trabalhador produtivo” (MARX, 1969, p.113). Essa característica em comum com o trabalhador produtivo produz uma confusão, advinda de duas fontes, própria do modo de produção capitalista.

A primeira fonte de erro demonstrada por Marx é a existência de certas atividades produtoras de mercadorias presentes nos modos de produção precedentes em que a relação entre capital e trabalho assalariado ainda não existe de fato. Para essas atividades, as categorias trabalho produtivo e improdutivo não são aplicáveis. Vejamos o exemplo do trabalhador independente: “[...] é o seu próprio assalariado, os seus próprios meios de produção defrontam-se-lhe na sua imaginação como capital. Na sua condição de capitalista de si mesmo, auto-emprega-se como assalariado” (MARX, 1969, p.113).

A segunda, apresentada por Marx (1969), é o fato de certos trabalhos improdutivos estarem vinculados “incidentalmente” ao processo de produção e seus preços entrarem no “*preço das mercadorias*, ou seja, que o dinheiro gasto neles até certo ponto (*so far*. Ing.) forme uma parte do *capital adiantado*, e, por conseguinte, que o seu trabalho apareça como trabalho que não se troca por *rendimento*, mas sim diretamente por capital”.

A última situação destacada pelo autor são os impostos e os preços dos serviços estatais considerados como os falsos custos de produção, uma forma acidental do processo de produção capitalista “[...] e de nenhum modo um aspecto *condicionado* por ele e que lhe é imanente ou necessário” (MARX, 1969, p. 113, grifo do autor). Outros exemplos são dados como os processos judiciais e as escrituras notariais que se relacionam com os contratos entre os adquirentes e os vendedores das mercadorias, não tendo nada a ver com a relação entre capital e o trabalho. “Desta maneira, os funcionários podem converter-se em assalariados do capital, mas não é por isso que se transformam em trabalhadores produtivos” (MARX, 1969, p.114).

Nessa direção, temos que um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo e Marx utiliza os clássicos exemplos da cantora e do mestre-escola para esclarecer a questão:

Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário (*entrepeneur*. Fr.) que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois *produz* diretamente capital. Um mestre-escola que ensina outras pessoas

não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento (*Knowlegde mongering institution. Ing*) é um trabalhador produtivo (MARX, 1969, p.115, grifo do autor).

Ainda sobre isso, o autor continua:

O mesmo trabalho - por exemplo jardinagem, alfaiataria (*gardening, tailoring. Ing*) etc. - pode ser realizado pelo mesmo trabalhador (*workingman. Ing*) ao serviço de um capitalista industrial ou ao de um consumidor direto. Em ambos os casos estamos perante um assalariado ou um jornaleiro, porém num caso trata-se de um *trabalhador produtivo* e no outro de um *trabalhador improdutivo*, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e, no outro, não: porque num caso o seu trabalho constitui um elemento do processo de autovalorização do capital, e no outro, não é assim (MARX, 1969, p.116).

Nessa direção, Marx destaca que ocorre constantemente a mania de definir o trabalho produtivo e o improdutivo por seu conteúdo material, e isso deriva de três fontes.

1) Da concepção fetichista, que é peculiar do modo de produção capitalista e deriva da essência do mesmo, segundo a qual há determinações econômicas formais, como, por exemplo, *mercadoria, trabalho produtivo* etc., que constituem uma qualidade inerente em si e para si aos depositários materiais destas determinações formais ou categoriais.

2) Do fato de que, se se considerar o processo de trabalho enquanto tal, só é *produtivo* o trabalho que desemboca num *produto* (produto material, já que aqui se trata apenas da riqueza material);

3) Que no processo *real* da reprodução - considerando os seus *verdadeiros elementos* - com respeito à formação etc., da riqueza, existe uma grande diferença entre o trabalho que se manifesta em artigos reprodutivos e o que se manifesta em meros artigos suntuários (*luxuries. Ing.*). (MARX, 1969, p. 117-118, grifo do autor).

A determinação do trabalho produtivo e o improdutivo, no entanto, relaciona-se tão somente a produção ou não de mais-valia, onde se funda a produção do sistema capitalista. A distinção entre ambos reside no fato de o que o trabalho se troca por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital. No que concerne à acumulação, a distinção é fundamental: só a troca por trabalho produtivo estabelece uma das condições de reconversão da mais-valia em capital.

Em torno dessa discussão sobre o trabalho produtivo e trabalho improdutivo apresentada por Marx no “Capítulo VI Inédito”, Claudio Napoleoni, em seu livro “Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx” apresenta algumas considerações importantes em torno dessa problemática. Sua análise inicia-se pelo esclarecimento de que os termos trabalho produtivo e improdutivo não são originários de Marx, mas advindos primeiramente da fisiocracia e, em seguida, da economia política clássica. A economia política clássica, a respeito dessas categorias, postulava as seguintes afirmações:

Adam Smith define o trabalho produtivo como sendo o trabalho que, ao produzir, além de reconstituir sua própria subsistência, produz também algo mais, que é apropriado – na situação dada, na situação capitalista que, aliás, constitui para A. Smith uma situação natural - por outra classe. Esse conceito se reencontra na definição bastante explícita de Malthus, que chama de trabalho produtivo o trabalho que, além de produzir o próprio salário, produz também um lucro para o patrão (NAPOLEONI, 1981, p. 96).

Se de um lado existe trabalho produtivo para a economia política clássica, existe, por outro, o trabalho improdutivo, que não produz um lucro, a exemplo do trabalho de um servidor, que produz um serviço consumido imediatamente por quem pagou por esse trabalho. Esses conceitos, na época, representavam um posicionamento majoritário frente à outra definição, desenvolvida mais na França, que se contrapunha a usada pela economia política clássica. Segundo essa outra definição majoritária: “[...] trabalho produtivo é o trabalho que, ao produzir, gera algo útil, produz um valor-de-uso; seria improdutivo, ao contrário, o trabalho que produz coisas inúteis” (NAPOLEONI, 1981, p. 97). A distinção entre ambos encontra-se tão somente no fato do trabalho produtivo produzir coisas úteis e o improdutivo, não produzir valores de uso.

Napoleoni (1981) expõe que Marx investiga o trabalho situado numa formação histórico-social determinada e por isso sua investigação circunscreve-se ao trabalho que atende e responde aos interesses do capital. Em função disso, o trabalho produtivo, é definido pela produção da mais-valia, do lucro. Somente é produtivo, no capitalismo, o trabalho que produz o produto específico da produção e reprodução capitalista. Sobre isso, destaca Napoleoni (1981):

Há um trabalho que produz coisas úteis? Certamente; mas as coisas úteis não contam enquanto tais nessa situação, pois a situação

capitalista é precisamente a situação na qual o valor-de-uso é um simples suporte material do valor-de-troca, e não tem sentido em si mesmo, só tem sentido mediatamente. Portanto, dizer que é produtivo um trabalho que produz coisas úteis é tão absurdo quanto dizer que é produtivo um trabalho que não produz nada, já que o valor-de-uso, considerado em si, não é nada na situação capitalista. Se, em troca, o valor-de-uso é suporte real de uma mais-valia, então efetivamente o trabalho produz. Mas, nesse caso, o critério da produtividade não é o valor-de-uso, é a mais-valia. É por isso que a definição clássica é a certa, enquanto a outra é um *flatus vocis* (NAPOLEONI, 1981, p.99).

Neste sentido, o trabalho está sendo considerado como meio para o processo de valorização do capital, por isso o produto é a mais-valia, e uma parte desse trabalho não é pago. “Se há mais-valia, diremos que há produto; se não há mais-valia, diremos que não há produto, ou seja, que o trabalho não foi produtivo” (NAPOLEONI, 19814, p.100). Para Napoleoni, o trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia, ou seja, que gera um produto sob a perspectiva do capital.

Portanto, Napoleoni esclarece que a subsunção real do trabalho ao capital extingue a falsa relação de identidade entre o trabalho produtivo, no capitalismo, e trabalho que produz valor de uso e produtos.

Enquanto o trabalho é apenas formalmente subsumido ao capital, podemos falar já de sua produtividade em sentido capitalista, como trabalho produtivo de mais-valia; todavia, é sempre possível uma confusão a esse respeito, já que o trabalhador singular, na situação suposta, produz algo útil, tal como fazia antes de ter o capital se assenhoreado do processo de trabalho, e, portanto, pode sempre surgir a impressão de que sua produtividade consista nessa produção de coisas úteis. Quando chegamos à subsunção real, também a base real dessa ilusão se desfaz, já que com a subsunção real do trabalho ao capital - os trabalhadores singulares já não produzem mais nada útil, pois sua própria produtividade material, ou seja, a possibilidade para eles de confeccionarem um produto, depende do fato de estarem inseridos numa espécie de trabalhador coletivo, constituído precisamente pela fábrica (NAPOLEONI, 1981, p.102).

Cristina Dias (2006), em sua reflexão do “Capítulo VI Inédito”²³, expõe que Marx ao analisar a produção capitalista salienta que a especificidade desta decorre da extração da mais-valia que se expressa no trabalho produtivo. O trabalho produtivo no capitalismo reforça a autora, é o que produz mais-valia. Considerar o

²³ Análise presente na tese de doutorado Cristina Maria Nogueira Parahyba Dias “Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: de Marx à polêmica marxista (Napoleoni, Rubin e Mandel)” apresentada em 2006, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

trabalho produtivo sob a ótica do capital é entendê-lo como o trabalho que valoriza o capital, que gera diretamente mais-valia. É pensar a mercadoria pelo seu duplo caráter: como valor de uso; como trabalho concreto, objetivado em valores de uso; e como valor de troca; como trabalho abstrato, dispêndio somente de força humana de trabalho. Além do duplo caráter da mercadoria força de trabalho: comprada por seu valor de troca, refere-se ao tempo necessário à sua produção e reprodução; empregada por seu valor de uso é trabalho vivo que tem a capacidade de transferir valor, gerar valor novo e acrescentar mais valor do que custa. Para o capital, a força de trabalho tem seu caráter útil na capacidade de produzir mais-valia e valorizar capital e não pelos valores de uso que esta produz.

Em seu texto, Dias ressalta duas considerações apontadas por Marx: uma diz respeito à afirmação de que com a subsunção real do trabalho ao capital, ou seja, quando o modo de produção especificadamente capitalista se desenvolve, incorpora ao processo de trabalho não apenas uma capacidade de trabalho individual, mas uma capacidade de trabalho socialmente combinada, explorada pelo capital, traz consigo a figura do trabalhador coletivo. Nessa passagem do texto, a discussão de Marx não se limita mais somente ao trabalho na oficina que produz mercadorias, mas amplia o espaço da discussão. Se antes, na subsunção formal do trabalho ao capital, o trabalho produtivo era do operário singular, cujo processo de trabalho era equivalente ao consumo produtivo de sua capacidade de trabalho pelo capital:

[...] quando da subsunção real importa considerar a "capacidade de trabalho socialmente combinada", isto é, o trabalhador coletivo. A partir de então, a relação direta entre trabalhador manual direto e trabalhador produtivo desaparece: "é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador produtivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto". Com o desenvolvimento da divisão do trabalho no interior de um mesmo processo produtivo, com a separação entre concepção e execução, com a parcelarização (e a conseqüente) especialização do trabalho, "temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e de produção" (DIAS, 2006, p.97-98).

Assim, as funções que incidem sob o conceito de trabalho produtivo são as que estão integradas na atividade combinada do trabalhador coletivo, resultando num produto, num volume total de mercadorias. Torna-se, dessa maneira,

indiferente a função individual do trabalhador – se mais próxima ou distante do trabalho manual direto -, elo do trabalhador coletivo. São trabalhadores produtivos, “[...] independentemente da função que desempenham (trabalhem mais com as mãos, ou mais com a cabeça) integram a capacidade de trabalho socialmente combinada, integram o trabalhador coletivo – cuja atividade se realiza materialmente e de maneira direta em um volume total de mercadorias” (DIAS, 2006, p. 98-99). Para Dias (2006), o texto leva a supor que não é todo trabalhador fabril que integra o trabalhador coletivo, mas apenas aqueles que de maneira direta participam do processo imediato de formação da mercadoria.

Outro aspecto do texto destacado por Dias (2006) é o assalariamento dos trabalhadores no capitalismo. Tal condição apesar de necessária, não é suficiente enquanto critério para definir trabalho e trabalhador produtivo. Marx cita como exemplo o trabalho que se compra para ser consumido como serviço, pelo seu valor de uso, que mesmo sendo assalariado, não é produtivo. A partir daí, o texto centra-se em torno do trabalho assalariado. O problema consiste em desvelar qual trabalhador assalariado é produtivo e qual não é, por isso a discussão extrapola o limite da fábrica, já que a produção capitalista transforma um leque de atividades em assalariadas, o que não implica que sejam todas produtivas.

Essa extensão da forma de produção capitalista ao conjunto de atividades que se exerciam gratuitamente, ou que se pagavam indiretamente – extensão que as transforma em trabalhos assalariados, transforma seus executantes em assalariados, e submete sua avaliação (seu preço) às leis que regulam o preço do trabalho assalariado (isto é, transforma essas atividades em mercadorias e seus executantes em assalariados) – engendra uma *primeira confusão*: a identidade entre trabalhador assalariado e trabalhador produtivo. Parece-nos que essa primeira tese que Marx refuta – e o faz, a priori. Não há identidade necessária entre trabalho assalariado e trabalho produtivo, e os serviços constituem-se em um exemplo, exemplo privilegiado: os serviços são transformados em trabalho assalariado, seus executantes, em trabalhadores assalariados; mas nem aqueles são trabalho produtivo, nem esses, trabalhadores produtivos (DIAS, 2006, p.104, grifo da autora).

Marx (1969) diferencia o trabalho assalariado que se troca por dinheiro como capital, o qual denomina de trabalho produtivo. Já o trabalho assalariado que se troca por dinheiro enquanto dinheiro denomina-se de trabalho improdutivo. Em relação ao trabalho improdutivo, Dias (2006) expõe que há, no entanto, "outras

formas de trabalho", que, a despeito de implicar em troca de trabalho por dinheiro (ou seja, apesar de assalariadas), não são trabalho produtivo, elucidando os serviços e os serviços pessoais. No que se refere aos serviços, afirma que:

Quando o dinheiro se troca diretamente por trabalho, sem produzir capital e sem ser, portanto, *produtivo*, compra-se o trabalho como *serviço*, o que de modo geral não passa de uma expressão para o valor de uso especial que o trabalho proporciona como qualquer outra mercadoria; mas expressão específica para o valor de uso particular do trabalho, no sentido de este prestar serviços não na forma de *coisa* e sim na de *atividade*, o que, entretanto, de modo nenhum o distingue, digamos, de uma máquina, um relógio. [...] Naquela compra de *serviços* não se contém a relação específica entre trabalho e capital, de todo apagada ou mesmo inexistente [...] (MARX, 1987 apud DIAS, 2006, p.74).

Continua explicando que:

Ainda que se trate de trabalho assalariado, ainda que o valor dos serviços seja determinado e regulado pelas leis do salário, trata-se de troca de trabalho por dinheiro enquanto dinheiro (meio de circulação) e não de troca de trabalho por dinheiro enquanto capital: neste caso, a troca (entre trabalho e dinheiro) não passa de "dispêndio de renda". Trata-se, enfim, de trabalho que não cumpre sua "destinação social específica" sob o capital – trabalho improdutivo, portanto (DIAS, 2006, p.74-75).

Por fim, tal como Marx no "Capítulo VI Inédito", a autora apresenta a distinção fundamental, para se explicar a acumulação do capital, entre o trabalho produtivo e improdutivo: de um lado um trabalho produtor de mais-valia; de outro um trabalho que não produz mais-valia.

Diferente do "Capítulo VI Inédito", em que Marx elabora um item exclusivo para tratar a categoria trabalho produtivo (e por consequência trabalho improdutivo), em "O capital" não há nenhum capítulo específico à formulação teórica da categoria trabalho produtivo e improdutivo. Entretanto, no Capital há indicações/ reflexões fundamentais para o debate acerca das categorias trabalho produtivo e improdutivo.

Lessa (2011), no prefácio do seu livro "Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo", apresenta uma série de questões sobre a necessidade e prioridade da leitura de O capital, em especial o Livro I, frente a outras obras de Marx. Esse

argumento ganha substância, pois, foi obra publicada por Marx, devendo ser o referencial principal da leitura e interpretações de todos os outros textos.

A história de *O Capital* se inicia já em 1844 quando Marx assinou um contrato com o editor Leske de Darmstadt para a publicação, em dois volumes, de uma “Crítica da Economia Política”. Em 1851, Marx volta a procurar um novo editor para uma obra semelhante. Apenas em 1857, contudo, com a “Introdução de 1857”, temos um texto que pode ser organicamente associado ao esforço teórico que resultará, em linha de continuidade, na publicação do Livro I de *O Capital* em 1867 (LESSA, 2011, p.21)

Outra questão trazida por Lessa refere-se à prioridade dada por diversos autores ao “Capítulo VI Inédito” frente ao *Capital*, um dos textos mais citados e estudados no debate contemporâneo. Para ele, entre as duas obras há discrepâncias e contradições, o que reafirma a necessidade de se conceber prioridade a leitura de *O capital*. Para o autor:

Afirmar a prioridade exegética do texto publicado de *O capital* frente aos manuscritos é da maior importância para o debate em curso. As questões envolvendo o trabalho produtivo e improdutivo, trabalho “imaterial”, a classe trabalhadora, o proletariado, entre outras, podem ser referidas aos mais diversos textos marxianos e de tantas maneiras que uma interpretação menos rigorosa pode nos levar à falsa conclusão de que, com citações de Marx, tal como ocorre com a Bíblia, podemos comprovar rigorosamente qualquer tese por antinômicas que seja (LESSA, 2011, p.28).

Em *O Capital*, para analisar a subsunção do trabalho ao trabalho abstrato, Marx (1985) aponta que é preciso ir além da apreensão da categoria trabalho em sentido universal. Dessa forma, inicia o capítulo XIV da sua obra afirmando:

O processo de trabalho foi considerado primeiramente em abstrato [...], independente de suas formas históricas, como processo entre o homem e Natureza. Disse-se aí: “Considerando-se o processo inteiro de trabalho do ponto de vista de seu resultado, então aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo”. E na nota 7 foi complementado: “Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista”. Isso é para ser mais desenvolvido aqui (MARX, 1985, p. 105).

Considerando apenas o processo simples de trabalho, bastava ao trabalhador ser capaz de produzir um produto, valor de uso, que atendesse as necessidades humanas, para ser trabalhador produtivo. Para a produção capitalista, isso não é suficiente. A produção de valor de uso continua necessária, mas o que é determinante e preponderante é a produção de valor de troca. Nesse sentido, ser

trabalhador produtivo é aquele que produz mais-valia para o capital. Marx (1985, p.105) explica que:

[...] o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.

O que antes estava relacionada a uma atividade e seu produto útil, hoje isso implica exclusivamente produção de mais-valia e o trabalhador produtivo será ao máximo explorado em função dessa produção. Dessa forma, Marx (1985, p. 106) afirma: “Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar”.

Para isso ter se tornado possível foi necessária a consolidação da divisão social do trabalho que culminou com a separação e oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Essa separação é peculiar às sociedades de classes, mas cada momento histórico apresenta sua particularidade. No capitalismo, principalmente, a partir da grande indústria²⁴, o trabalho manual e o trabalho intelectual não serão mais desempenhados pelo mesmo trabalhador. De um lado, teremos trabalhadores que apenas executam o trabalho (sendo em sua maioria atividades simplificadas, fragmentadas, realizadas de forma repetitiva, as quais contribuem para o desgaste contínuo do trabalhador) e de outro, trabalhadores que atuam na gerência e no planejamento, por exemplo. Nesse contexto histórico, o trabalho não representa a realização e a manifestação das forças vitais do próprio trabalhador, servindo apenas como trabalho explorado pela classe dominante, provocando a necessidade de um controle e a conseqüente divisão entre trabalho manual e intelectual. Esse “passa a ser a direção e o controle que se impõe do exterior do trabalho sobre os trabalhadores” (LESSA, 2011, p.156), fundamental para o processo de extração da mais-valia. Sobre a atividade de controle Marx (1983, p.263-264, grifo do autor) diz que:

²⁴ No capítulo seguinte será discutido esse assunto.

Como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima, com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigente, *managers*) e suboficiais (*capatazes, foremen, overlookers, contre-maîtres*) durante que o processo de trabalho comandam em nome do capital. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva²⁵.

Essa espécie particular de trabalhadores assalariados tem a função de controle dos trabalhadores no processo produtivo, sendo a expressão da oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual. Implicam na personificação do capital no processo de trabalho e não faz parte do trabalhador coletivo (LESSA, 2011). Para explicitar a distinção entre o trabalho manual e o intelectual, Marx (1985, p. 105) afirma que:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos.

Dando continuidade à argumentação acima, Marx (1985, p.105) explica a categoria trabalhador coletivo quando diz que:

O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho

²⁵ No segundo capítulo retorna-se essa citação.

produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções. A determinação original, acima, de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente.

As condições históricas da sociedade burguesa madura, a partir de uma dada divisão do trabalho, separam como inimigos o trabalho manual do intelectual e da formação do trabalhador coletivo, composto por um conjunto de trabalhadores que enquanto totalidade exerce a função de transformar a natureza nos meios de produção e de subsistência, ou seja, são trabalhadores manuais que modificam diretamente a natureza, assim, afirmamos que o trabalho intelectual dentro do processo produtivo cumpre a função de controle e não participa do trabalhador coletivo, sendo, portanto, um trabalho improdutivo. Pois, para que essa forma de cooperação entre os trabalhadores, seja possível é necessária à ação de controle sobre esses trabalhadores, exercida pelo trabalho intelectual/ improdutivo.

É, nesse contexto, que a função do controle é materializada no trabalho intelectual/ improdutivo. Esses grupos de trabalhadores, apesar de estarem indiretamente vinculados a produção, vão realizar a função de controlar o trabalho manual, tornando-se essencial para a produção e acumulação do capital, pois é preciso que os trabalhadores inseridos diretamente na produção sejam submetidos a essa lógica. Assim, a função do trabalho intelectual é contribuir para a exploração capitalista dos trabalhadores.

Na época de Marx, o mecânico e o marceneiro, juntos com o engenheiro não faziam parte dos “operários de fábrica”. E a razão disto é que, se o engenheiro se insere na estrutura produtiva de forma diferenciada do proletariado porque realizava as ações de “controle” que exigem uma “formação científica”, algo análogo ocorria no século XIX com o marceneiro e o mecânico, todavia por uma razão inteiramente diversa: suas atividades eram ainda “em parte artesanal”. O engenheiro, por sua função de controle e formação científica, o marceneiro e o mecânico, por seu caráter artesanal, estão fora do “círculo” dos “operários de fábrica”. O desenvolvimento do capitalismo terminou removendo a posição “mais elevada” do mecânico e do marceneiro. Mas não removeu desta posição superior o engenheiro, que continua a exercer a função de “controle”, de “superintendência” (para recuperar a expressão de Marx) (LESSA, 2011, p. 189-190).

Destarte, após a Revolução Industrial, no curso do desenvolvimento capitalista, é função do trabalhador coletivo, como totalidade, realizar o intercâmbio orgânico do homem com a natureza convertendo-a nos meios de produção e de subsistência necessários à vida humana e a reprodução social. Predominantemente, o trabalho (transformação da natureza em valores de uso) é realizado pelo trabalhador coletivo, embora essa afirmação só tenha validade quando considerado em sua totalidade, mas não quando tomados isoladamente seus membros²⁶. O trabalhador coletivo é composto por trabalhadores produtivos, que produzem mais-valia, e atende a função social de realizar o trabalho. Porém, nem todo trabalhador produtivo é trabalhador coletivo, vejamos o exemplo dado por Marx (1985, p. 105-106):

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação.

Isso significa que, mesmo fora da esfera do intercâmbio orgânico com a natureza e do trabalhador coletivo, existe trabalho produtivo. No próprio universo dos trabalhadores produtivos há os que não realizam o trabalho e há os que não pertencem ao trabalhador coletivo. Mas, sob a ótica do capital e do capitalista, o que menos importa é de onde veio à produção da mais-valia, se da realização do próprio trabalho ou de qualquer outra atividade.

Afirmamos, anteriormente, que o trabalho abstrato é composto pelo trabalho produtivo e pelo trabalho improdutivo. Ou seja, se para o capital o que interessa é a produção de mais-valia, o lucro; encontramos-nos em um impasse, pois deduziríamos, de imediato, que uma forma de trabalho que não seja produtivo é desnecessária para o desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, Tavares (2004, p.88) faz uma importante ressalva: “na verdade, há uma coexistência necessária entre trabalho produtivo e improdutivo”.

Segundo Tavares (2004, p.153), “o trabalho improdutivo é aquele empregado na realização do valor. A força de trabalho nele empregada se troca por dinheiro

²⁶ “O que significa que há ‘subfunções’ do trabalho coletivo e que algumas delas não transformam a natureza” (LESSA, 2011, p.154-155).

como dinheiro, e não como capital [...]”, portanto, não produz mais-valia como assim afirma Marx. O trabalho de seus trabalhadores é trocado diretamente por renda, ou seja, o dinheiro passa de uma pessoa para outra. O trabalho que uma empregada doméstica presta a uma família é trabalho improdutivo, pois o trabalho é consumido como valor de uso e seu salário é pago pelo rendimento do seu patrão.

Ocorre entre o trabalho produtivo e o improdutivo duas semelhanças, ou seja, a força de trabalho entre ambos é uma mercadoria, e esta é vendida ao capitalista por um determinado valor, que é o salário; e o valor da força de trabalho, tanto de um como do outro, é determinado de modo semelhante”: pelo que custa para sustentá-lo e pela necessidade do trabalhador para reproduzir a sua força de trabalho. Entretanto, o que os distingue é a função social que cada um exerce: o trabalho produtivo produz mais-valia e o improdutivo não produz.

Ambos compõem o trabalho abstrato que possui uma intrínseca relação com o trabalho assalariado, condição fundamental que garante ao capitalista extrair mais-valia e serve como mecanismo de exploração do trabalhador. Apesar de o trabalho estar subsumido ao trabalho abstrato, não há uma relação de identidade entre eles, apenas uma relação de alienação. O trabalho tem como função social transformar a natureza em valores de uso, condição que garante a sobrevivência e reprodução do homem e da sociedade. O trabalho abstrato, por sua vez, é tão somente uma particularidade do trabalho próprio do capitalismo, cuja finalidade é a produção de mais-valia em detrimento das necessidades humanas. Nessa direção, Lessa (2007, p.195) aponta:

Esta submissão das necessidades humanas às necessidades da reprodução do capital é, todavia, apenas a expressão condensada das alienações típicas do capital, e não cancela o fato ontológico de que sem a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência sequer o capital poderia existir. O fato de cada capitalista buscar o maior lucro possível, não importando se obtém sua propriedade privada no intercâmbio orgânico com a natureza ou em outros negócios, é apenas a expressão alienada da vida sob o capital, vida alienada que tende a velar que sem o trabalho proletário nenhuma riqueza burguesa seria possível.

Nas condições históricas do capitalismo, o trabalho do proletário, trabalho manual²⁷, que realiza o intercâmbio orgânico com a natureza é o único que produz e valoriza o capital, cumprindo ambas as funções. Ao final do trabalho proletário, a sociedade possui um novo *quantum* de riqueza na forma de meios de subsistência ou de produção, ou seja, um produto que continua a existir mesmo findado o processo de trabalho que o produziu. Esse produto, que é natureza transformada, está materializado em carros, roupas, edifícios, por exemplo.

O proletário para transformar a natureza utiliza ferramentas, máquinas. Apenas no processo de transformação da natureza estão presentes os objetos de trabalho, matéria-prima e um produto final. O trabalho do proletário resulta em um produto que atende a duas funções: valorizar e produzir o capital e, por isso, serve de meio para a sua acumulação. Por tais características, a práxis do proletariado exibe características próprias que a diferencia por completo das outras práxis sociais. O proletariado é a classe revolucionária por excelência, é a única classe que vive exclusivamente do que produz, não explorando nenhuma outra classe social²⁸.

A riqueza produzida pelo trabalho proletário é distribuída sob a forma de mais valia por toda a classe capitalista. Além disso, todos os salários pagos as classes não proletárias advêm da riqueza do trabalho proletário, e, nessa direção, todas as outras classes sociais vivem da exploração desse trabalho, “seja diretamente sob a forma de mais-valia, como faz a burguesia, seja indiretamente através de salários pagos pelo Estado ou pelos capitalistas ou, ainda, seja através da renda da terra” (LESSA, 2011, p.179).

A distribuição da mais-valia para a classe capitalista exige outras formas de trabalho assalariado que não apenas o do proletariado. Nessa direção, Lessa (2007,

²⁷ “Mas assim como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma ‘criação da mão humana’ para consumir produtivamente forças da Natureza” (MARX, 1985, p.17).

²⁸ “As classes sociais se diferenciam e se determinam mutuamente pelas respectivas inserções na estrutura produtiva. Contudo, a relação entre esta determinação e a atuação das classes nos processos sociais é mediada, necessariamente, pela consciência dos indivíduos que as compõem. Neste sentido e medida, toda e qualquer determinação oriunda da base produtiva recebe uma resposta por parte dos indivíduos - e das classes que eles formam – que tem na consciência e, portanto, no fator ideológico, uma mediação ineliminável. O ser histórico das classes, portanto, nem é apenas decorrente do lugar que ocupam na estrutura produtiva das sociedades, nem é apenas uma consequência da esfera ideológica. É uma síntese muito complexa das determinações econômicas e ideológicas que consubstancia a ação real, efetiva, das classes sociais a partir das possibilidades e limites de cada momento da história” (LESSA, 2011, p.178).

p. 170) afirma que requer uma divisão social do trabalho entre o comércio e o banco, entre o latifúndio e o serviço. E cada um deles apenas pode existir pela exploração do respectivo trabalho assalariado: o bancário, o comerciário, etc.

Compondo essas outras formas de trabalho assalariado, encontramos os trabalhadores produtivos que não fazem parte do trabalhador coletivo²⁹ e que atendem exclusivamente a função de valorizar o capital. Esses trabalhadores não produzem o conteúdo material da riqueza, apenas produzem mais-valia. Continuando com o exemplo de Marx do professor na fábrica de ensinar, percebemos que ao final de seu trabalho a sociedade não conta com nenhum produto. Ao fim da aula, esta já foi consumida, não restando nada para ser somado ao conteúdo material da riqueza já existente. O capitalista enriqueceu ao acumular capital sem, contudo, haver produção de um novo meio de subsistência ou de produção.

Além dos trabalhos produtivos, há atividades que compõem o trabalho improdutivo e que não geram mais-valia para o capital, mas são necessárias ao funcionamento da produção capitalista, auxiliando indiretamente o processo de produção da mais-valia. Entre esses trabalhadores estão os funcionários públicos e os professores nas escolas públicas.

Como afirmamos, a relação entre o trabalho e o trabalho abstrato é rica e complexa e dela origina-se a contradição entre os assalariados e o proletariado. A condição de assalariamento dos trabalhadores em geral não implica que a exploração exercida sobre eles pela burguesia seja igual, ou mesmo que representem uma relação homogênea entre si. Como cabe ao proletariado a transformação da natureza, a produção fundante do capital, tendo, portanto, a função social de produzir o conteúdo material da riqueza social, é a única classe que vive do que produz, apesar de assalariada. Os outros trabalhadores, assalariados tal como os proletários, se ocupam das funções de controle das pessoas e dos processos produtivos. Integram, nesse sentido, o trabalho intelectual oposto, inimigo do trabalho manual.

²⁹ O trabalhador coletivo é composto por trabalhadores produtivos, que produzem mais-valia, e atende a função social de realizar o trabalho. Mas, podemos encontrar trabalho produtivo fora do trabalhador coletivo.

Todos os trabalhadores assalariados, pertencentes as “classes de transição”³⁰, têm seus salários pagos, seja pela burguesia ou pelo Estado, através da exploração do proletariado, pelo capital produzido por ele. Tais “classes de transição” exploram o proletariado de forma indireta, todavia isso não cancela o fato de viverem da produção do proletariado e por isso, ao lado da burguesia compõem o setor parasitário da sociedade. Entretanto, entre esses trabalhadores assalariados não proletários e a burguesia existem contradições, pois ao economizar no pagamento dos salários desses trabalhadores, reduzem-se os custos da produção e amplia-se mais-valia. Assim, há a “[...] possibilidade histórica do proletariado atrair ao projeto comunista camadas importantes destas ‘classes’”³¹ (LESSA, 2011, p.198).

Nesse sentido, os trabalhadores são unificados pela condição de assalariamento, pertencendo à classe que vende sua força de trabalho por não ser proprietária dos meios de produção. O fato de todos serem assalariados não significa que exercem a mesma função social. O proletário é aquele que produz a riqueza material, através do seu trabalho, dota a sociedade de uma nova riqueza, e isso o distingue dos demais trabalhadores e por isso a sua condição de assalariado condiciona o assalariamento dos outros trabalhadores. No capitalismo, essa nova riqueza é a base para a produção da mais-valia. Logo, dentre esses trabalhadores há os que produzem mais-valia e os que não a produzem, ambos funcionais a manutenção/ reprodução do capitalismo.

Para os trabalhadores produtivos, a condição de assalariamento serve para camuflar a relação que se dá no processo de trabalho, no qual a jornada de trabalho é dividida entre trabalho pago e o trabalho não pago, convertido em mais-valia, que garante o lucro para o capitalista. Para os improdutivos, o assalariamento também esconde a relação de exploração a que estão submetidos, pois, embora, exercendo uma função de controle (que os distingue dos outros trabalhadores), sua condição de assalariado é a mesma, o que modifica é a função social que exerce.

³⁰ Nomeada assim por Marx no *18 Brumário de Luis Bonaparte*. As classes de transição são aqueles trabalhadores assalariados, mas não proletários. São também explorados pelo capital, mas não produzem o conteúdo material da riqueza social (função social do proletariado).

³¹ “Para que isto ocorra, todavia, é preciso que o proletariado se converta em uma força revolucionária efetiva em uma crise de fato revolucionária” (LESSA, 2011, p.198).

É fundamental estabelecer as diferenças entre o proletariado e os trabalhadores em geral, entendendo ainda a distinção entre o trabalho manual e o intelectual. O fato de o trabalho intelectual ter ganhado destaque no modelo de produção atual do capitalismo a partir do processo de reestruturação³² e do trabalho manual ter diminuído em consequência da introdução de inovações tecnológicas que permitiram a sua menor utilização, não implica o cancelamento do lugar determinante que o trabalho manual ocupa na história da humanidade. Pois o trabalho manual atende a necessidade fundante de toda forma de sociabilidade ao converter a natureza em meios de produção e de subsistência fundamentais para a reprodução da vida social.

Ao fim desse item, reafirma-se que mesmo sendo a produção da mais-valia a finalidade e o objetivo principal da produção capitalista, o trabalho improdutivo e, por conseguinte, o trabalhador improdutivo, embora não gerem mais-valia, são indispensáveis e funcionais a manutenção e reprodução do sistema, auxiliando indiretamente a produção da mais-valia e exercendo a função de controle, própria do modo de produção capitalista.

Dessa maneira, os próximos capítulos serão dedicados à discussão da funcionalidade do trabalho improdutivo para a reprodução do capital, visto que esse trabalho abarca as mais diversas práxis sociais, imprescindíveis ao modo de produção capitalista.

No segundo capítulo, aborda-se em especial a configuração do trabalho improdutivo no capitalismo contemporâneo. Esse caminho requer a retomada do processo histórico das fases de desenvolvimento da produção capitalista com suas respectivas expressões do controle do capital sobre o trabalho até a fase atual, capitalismo dos monopólios, momento em que o trabalho improdutivo – expressivo em sua dimensão e heterogeneidade – se apresenta como imprescindível para a manutenção, o funcionamento e a reprodução da sociabilidade burguesa.

³² Esse assunto será abordado com maiores detalhes nos capítulos seguintes.

3 EXPRESSÕES ORIGINÁRIAS E A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO IMPRODUTIVO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo são abordadas as bases históricas do trabalho improdutivo nas formas originárias (manufatura, grande indústria) e contemporâneas (taylorismo-fordismo e produção flexível) da produção capitalista. Além disso, serão explicitados os elementos que peculiarizam o trabalho improdutivo, demarcando suas alterações com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e a função de controle que lhe é inerente.

Originalmente, o controle emerge da necessidade de garantir a apropriação do trabalho excedente através da exploração da força de trabalho como afirma Souza (2011) e por isso os capitalistas precisam impor ao trabalhador a condição de assalariamento. Para expor a função controle como inerente à lógica reprodutiva do capital é preciso abordar a forma específica da produção capitalista, com base no trabalho cooperado. Nessa direção, explica-se porque a contradição entre o trabalho produtivo e o improdutivo é própria do antagonismo entre capital e trabalho e, portanto, insuperável, pois emerge do caráter explorador do processo de trabalho capitalista e da necessidade de um controle adequado ao seu desenvolvimento. Problematiza-se porque tão logo o capitalista é libertado do trabalho manual quando a produção torna-se verdadeiramente capitalista, e ele transfere a função de supervisionar/ vigiar/ gerir para um grupo especial de trabalhadores, que passam a exercer o controle sobre outros trabalhadores. Essa função, conforme explorado adiante, compõe o que denominamos de trabalho improdutivo, o qual não produz diretamente mais-valia.

Ao longo da história do capitalismo, seja nas suas formas iniciais - cooperação, manufatura e grande indústria ou na contemporaneidade, na fase monopolista, o controle se apresenta como indispensável para garantir a manutenção e o desenvolvimento da ordem burguesa, assumindo formas e características diferentes na história, mas sem perder o caráter/ a função social que exerce. Assim, neste segundo capítulo, são analisadas essas fases históricas da produção capitalista para explicitar porque o trabalho improdutivo ao realizar a função controle, contribui decisivamente para a reprodução do capital.

3.1 Bases históricas do trabalho improdutivo nas formas originárias da produção capitalista

O processo de trabalho peculiar ao modo de produção capitalista caracteriza-se enquanto processo de valorização do capital, cujo elemento essencial é a separação entre controle e produção, evidenciando a essência coercitiva do controle capitalista. Marx (1983) denomina o processo de trabalho no capitalismo de “processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista” e diz que:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija (MARX, 1983 p. 154).

Tanto o produto produzido pelo trabalhador como o seu próprio trabalho pertence ao capitalista, que ao comprar força de trabalho detém todos os elementos da produção. O processo de trabalho capitalista tem por finalidade imediata a produção de mais-valia, através da expropriação do trabalho excedente pela exploração do trabalhador. Ao capitalista interessa tão somente que o trabalhador receba apenas o necessário a sua reprodução.

Assim, para se desenvolver inicialmente, esse controle precisou submeter o trabalhador à condição de assalariado, ou seja, a partir do momento que desprovido dos meios de produção, o trabalhador passa a vender no mercado sua força de trabalho, igual a qualquer outra mercadoria, como algo independente dele mesmo. Como apenas esse trabalho vivo produz valor e riqueza social, o capital, expropriando a mais-valia do trabalhador através do trabalho excedente, passa a deter o controle sobre o trabalho e a produção da riqueza, mistificando essa relação de exploração. Nesse sentido, o capital adquire a função de controle das relações capitalistas, tendo no trabalho vivo o componente basilar para seu desenvolvimento e expansão. É justamente em função da necessidade de garantir a apropriação do trabalho excedente, pela exploração da força de trabalho, que o controle se origina. Portanto, “nessa esfera da economia, o capital intervém para garantir o controle da reprodução dos seus ciclos em movimento, tendo em vista intensificar a acumulação e controlar as crises resultantes desse movimento” (SOUZA, 2011, p. 29-30).

O domínio do capital sobre o trabalho é inseparável das relações capitalistas de produção, e se inicia pelo controle do processo de trabalho na sociedade, o qual atinge as diversas esferas da produção e da reprodução social. Historicamente constituídas, as formas de controle aludem às condições reais de organizar o processo produtivo capitalista, configurando-se como uma determinação própria à lógica reprodutiva do capital.

Diferente das formas de controle subjetivo que se manifestaram nos processos de servidão precedentes como a vassalagem, as formas patriarcais e a escravidão, o domínio do capital sobre o trabalho requer a subordinação econômica do trabalho assalariado livre. Conforme Souza (2011, p. 39):

O controle sobre o processo de trabalho incide sobre objetos específicos e implica formas de disciplinamento da força de trabalho, de fragmentação do saber operário, de desqualificação profissional e de expansão da alienação. Essas implicações ou objetos do controle atingem, materialmente, as condições da produção capitalista, da reprodução da força de trabalho e, subjetivamente, as relações sociais que resultam do processo de trabalho. A extensão do controle do capital, em diferentes processos produtivos, abarca o universo da produção e reprodução das relações capitalistas, o que, por conseguinte, confirma o argumento de que o capital, em si, só pode se constituir e reproduzir de forma generalizada.

Nessa direção, concorda-se com o pressuposto de que o controle do trabalho é inerente à lógica reprodutiva do capital. Desse modo, se faz necessário tratar a forma específica da produção capitalista que se materializa no trabalho cooperado. É justamente do caráter explorador do processo de trabalho capitalista e da necessidade de um controle adequado ao seu desenvolvimento que emerge “*a contradição entre trabalho produtivo e não produtivo [...] inerente ao antagonismo fundamental entre os interesses do capital e os do trabalho e, como tal, insuperável*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 617, grifo nosso). Esse conflito entre o trabalho produtivo e o improdutivo tem origem já nos primeiros estágios de desenvolvimento do capitalismo, no entanto suas expressões mais agudas aparecem na particularidade do capitalismo contemporâneo.

Histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista, de base cooperada, é a atividade simultânea e no mesmo lugar de um número maior de trabalhadores para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do

mesmo capitalista. Ou seja, é a partir dessa forma cooperada de organização produtiva que a produção capitalista se inicia de fato como afirma Marx (1983). Por cooperação, entende-se a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo ou em processos de produção diferentes. Com o desenvolvimento da cooperação funda-se as bases para a organização do trabalho combinado, ou seja, quando um conjunto de trabalhadores assalariados é ordenado sob o comando de um mesmo capital.

A forma cooperada de produção não trata somente de elevar a força produtiva individual, mas leva a criação de uma força produtiva de massas, global, derivada da ação simultânea dos trabalhadores numa mesma operação, cujo resultado é bem maior que a soma da força de trabalho individual. A simples soma das forças de trabalhadores individuais distingue-se por completo da potência social advinda do trabalho realizado quando “muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa” (MARX, 1983, p. 259). Trata-se, portanto, da criação de uma força produtiva, através da cooperação, “que tem de ser, em si e para si, uma força das massas”. Isso decorre do fato do homem ser um animal social e sentir-se estimulado ao estar em contato com os outros, elevando suas capacidades individuais de rendimento.

Através da cooperação, o objeto de trabalho percorre mais rapidamente as fases do processo de trabalho, pois o trabalho individual representa parte desse trabalho global. Ainda pode acontecer, a combinação de trabalho quando determinada atividade é iniciada ao mesmo tempo e de vários lados, ainda que façam o mesmo ou algo da mesma espécie³³. Dessa forma, o capitalista passa a exigir do trabalhador uma qualidade social média de trabalho para atingir a produtividade esperada. E como as diferenças individuais de cada trabalhador (habilidade, força) tendem a se equilibrar em conjunto, passa a importar para o capitalista somente o produzido pelo dia de trabalho combinado, resultante dos esforços individuais e conjunto dos trabalhadores. Assim:

³³ Acentuamos que os muitos que se completam mutuamente fazem o mesmo ou algo da mesma espécie, porque essa forma mais simples de trabalho coletivo desempenha, mesmo na forma mais desenvolvida da cooperação, papel importante. Se o processo de trabalho é complicado, a simples massa dos que trabalham juntos permite distribuir as diferentes operações entre diferentes braços e, portanto, executá-las simultaneamente, e em virtude disso encurtar o tempo de trabalho necessário para fabricar o produto global (MARX, 1983, p.260-261).

Se um trabalhador utilizasse significativamente mais tempo na produção de uma mercadoria do que o socialmente exigido, se o tempo de trabalho individualmente necessário se desviasse significadamente do tempo de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho médio, seu trabalho não contaria como trabalho médio nem sua força de trabalho como força de trabalho média. Esta não se venderia ao todo ou apenas abaixo do valor médio da força de trabalho. [...] Portanto, a lei geral da valorização só se realiza completamente para o produtor individual tão logo ele produza como capitalista, empregue muitos trabalhadores, ao mesmo tempo, pondo assim em movimento, desde o início, trabalho social médio (MARX, 1983, p. 258).

Tão somente no momento em que o capitalista subordina um número de trabalhadores considerável, suas diferenças individuais são compensadas, garantindo, por sua vez a efetivação do lucro para o mesmo. Apesar do modo de produção ser o mesmo, baseado no método artesanal, a cooperação entre os trabalhadores ocasiona uma “revolução nas condições materiais do processo de trabalho”. Isso porque uma parte dos meios de produção, ou capital constante, passa a ser utilizada em conjunto, superando a utilização dispersa e mais custosa dos trabalhadores autônomos, garantindo sua maior economia.

Com isso, ocorre um barateamento das mercadorias e conseqüentemente da força de trabalho e as “condições de trabalho se colocam em face do trabalhador de forma autônoma, o economizá-las apresenta-se também como uma operação particular, que em nada lhe interessa e que por isso se separa dos métodos que elevam sua produtividade pessoal” (MARX, 1983, p. 259). Ademais, quando o capitalista compra força de trabalho ele está pagando pela força de trabalho individual do trabalhador. Com isso, a força produtiva social do trabalho originada da cooperação dos trabalhadores não custa nada ao capital.

A diminuição do valor transferido pelo capital constante a cada produto reduz o preço das mercadorias e diminui o valor da força de trabalho. Além disso, em relação à jornada de trabalho³⁴, Marx (1983) afirma que quando realizada de forma

³⁴ Se, conforme o caso, ela obtém essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho, ou por estender sua escala espacial de ação, ou por estreitar o campo espacial de produção em relação à escala de produção, ou por mobilizar no momento crítico muito trabalho em pouco tempo, ou por provocar a emulação entre os indivíduos e excitar seu espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho de continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho

combinada produz maiores quantidades de valor de uso se comparada com uma soma de jornadas de trabalho isoladas e individuais, acarretando a diminuição do tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil. Mas tais condições de trabalho aparecem como algo independente e estranho ao trabalhador e a economia dos meios de produção não se reverte em benefícios, ao contrário, aparecem opostas ao aumento da produtividade pessoal do seu trabalho.

Nesse sentido, para haver cooperação entre os trabalhadores são necessárias duas condições: a primeira, é que os trabalhadores estejam aglomerados em um mesmo local e segundo, que um único capitalista os empregue simultaneamente, comprando ao mesmo tempo suas forças de trabalho. A quantidade de trabalhadores que cooperam depende inicialmente da grandeza do capital investida pelo capitalista na compra da força de trabalho, “isto é, da medida em que cada capitalista dispõe dos meios de subsistência de muitos trabalhadores” (MARX, 1983, p.262). Isso resulta na concentração de grandes quantidades de meios de produção nas mãos de capitalistas individuais, sendo essa uma condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados. Essa concentração é fundamental para os trabalhadores explorados, logo, a massa de mais-valia produzida por eles, “[...] fosse suficiente para libertar o próprio empregador do trabalho manual, para fazer do pequeno patrão um capitalista e estabelecer assim formalmente o capital como relação” (MARX, 1983, p.262). Eis a base da separação do trabalho manual do trabalho intelectual e a conseqüente generalização do trabalho abstrato, iniciada com a cooperação, e que se caracteriza como uma tendência continua para a reprodução ampliada do capital.

Inicialmente, o comando do capital parecia apenas condicionado pelo fato do trabalhador individual não trabalhar para si, mas para o capitalista e sob seu comando. Entretanto, a partir da cooperação dos trabalhadores assalariados o comando do capital é convertido numa exigência para a execução do processo de trabalho. A função de controle emerge no momento em que a atividade produtiva é concentrada num único comando. “As ordens do capitalista no campo de produção

combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela decorre da própria cooperação. Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie (MARX, 1983, p.262).

tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens do general no campo de batalha” (MARX, 1983, p.263). Pois, todo o trabalho social ou coletivo realizado em maior escala requer uma direção. “Essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo. Como função específica do capital, a função de dirigir assume características específicas” (MARX, 1983, p.263) no capitalismo.

Como a produção capitalista tem por finalidade a maior autovalorização do capital, ou seja, a extração da mais-valia pela exploração do trabalhador e com um número maior de trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce simultaneamente a resistência desses e a pressão do capital para superá-la. Sendo assim, a direção capitalista é uma função específica surgida da natureza da exploração do processo de trabalho. Essa direção é pelo seu conteúdo dúplice, pois, por um lado, é processo de trabalho para a preparação de um produto e, por outro, é processo de valorização do capital. E quanto a sua forma, Marx (1983) a classifica como despótica e afirma que com o desenvolvimento da cooperação, esse despotismo desenvolve suas próprias formas. Inicialmente o domínio do trabalhador era realizado pelo próprio capitalista, posteriormente a função de supervisão é transferida para uma “espécie particular de assalariados” e essa espécie é composta por trabalhadores improdutivos, que passam a exercer a função de controle do capital sobre o trabalho. Evidencia-se, portanto, a oposição entre o trabalho manual e o intelectual³⁵ como inimigos. O trabalhador intelectual se ocupa dessas funções de gerência e supervisão. No entanto, apesar desses trabalhadores também serem assalariados, passam a exercer o controle/ o domínio dos trabalhadores manuais e passam a não se reconhecer como parte da classe trabalhadora. Logo, a divisão entre trabalho manual e intelectual garante ao capitalista uma maior acumulação e para os trabalhadores manuais acarreta um aumento da exploração.

A função de direção atende aos interesses do capital, contrapondo-se as necessidades do trabalhador. Marx (1983) destaca que, na produção de camponeses independentes ou de artífices autônomos na economia das plantações, baseada na escravatura, esse trabalho de superintendência representava um dos falsos custos (*faux frais*) da produção. É possível afirmar, dessa forma, que a função

³⁵ É na grande indústria que essa separação atinge um grau elevado de oposição entre esses trabalhos como veremos logo adiante.

de controle do capital surgiu da necessidade do desenvolvimento capitalista, pois os processos de organização produtiva exigiram do capital um controle especialmente coercitivo.

Quando os trabalhadores/produtores são reunidos num mesmo local, desenvolve-se a função da gerência nas suas formas iniciais, caracterizando uma expressão do trabalho improdutivo. A função da gerência, sob a forma de concepção e coordenação, surgiu pelo próprio exercício cooperado e pelo desenvolvimento e complexificação das atividades dentro da manufatura. Essa função é assumida pelo capitalista em virtude de ter a propriedade dos meios de produção e da força de trabalho. A gerência, inicialmente, “assumiu formas rígidas e despóticas, visto que a criação de uma ‘força de trabalho livre’ exigia métodos coercitivos para habituar os empregados às suas tarefas e mantê-los trabalhando durante dias e anos” (BRAVERMAN, 1981, p. 67).

Como cooperadores, os trabalhadores tornam-se um modo específico de existência do capital. A força produtiva que desenvolvem gratuitamente a partir de determinadas condições impostas pelo capital é força produtiva do próprio capital. Marx cita, para clarificar essa afirmação, que “o efeito da cooperação simples mostra-se colossal nas obras gigantescas dos antigos asiáticos, egípcios, etruscos etc.” (MARX, 1983, p. 265). A própria cooperação é uma forma específica do processo de produção capitalista distinta e contraposta ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou de pequenos mestres. “*É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital*” (MARX, 1983, p. 265, grifo nosso).

Enquanto na organização cooperativa, em geral, o trabalhador e seus meios de produção ainda permaneciam unidos, faltava à base principal da manufatura, qual seja a autonomização dos meios de produção como capital diante do trabalhador. “A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura” (MARX, 1983, p.267). Tal forma característica de produção perdura durante o período manufatureiro, compreendido de meados do século XVI até o último terço do século XVIII.

Cabe destacar que a função controle, expressa na gerência, era inicialmente exercida pelo capitalista. A partir da forma cooperada da produção, essa função passou a ser exercida pelo trabalhador intelectual, assumindo uma dimensão improdutiva. Essa função é consolidada apenas na manufatura, pois nas sociedades de classes precedentes (escravismo e feudalismo), como demonstramos, embora também haja um controle do trabalho, o trabalho não era de base cooperada nem a força de trabalho mercadoria, condições objetivadas somente no capitalismo.

Sobre as origens da manufatura³⁶, Marx (1983) destaca que seu surgimento se deu de dois modos: tanto trabalhadores de diferentes ofícios autônomos, por cujas mãos têm de passar um produto até a sua finalização, são reunidos numa mesma oficina sob o comando de um único capital e nesse sentido cada operação é cristalizada em função exclusiva de um trabalhador e a sua totalidade é efetuada pela união desses trabalhadores parciais; como de outro modo, muitos artífices que fazem o mesmo ou algo da mesma espécie são ocupados pelo mesmo capital simultaneamente na mesma oficina. Nesse caso, temos a cooperação na sua forma mais simples. Entretanto, esses artífices que individualmente (ou somente com alguns ajudantes) produziam e executavam as diferentes operações necessárias para a fabricação de toda a mercadoria, tem decomposta a sua atividade em diferentes operações individuais, isoladas e tornadas autônomas, cada uma delas configurando-se como exclusiva de um trabalhador individual.

³⁶ Além de explicitar a origem das manufaturas, Marx (1983) destaca suas formas fundamentais, quais sejam a manufatura heterogênea e a manufatura orgânica. Apesar de coincidirem eventualmente, ambas compõem formas distintas e desempenham papéis diferentes na transformação da manufatura para a grande indústria. “Esse caráter duplo origina-se da natureza do próprio produto. Este ou se constitui por composição meramente mecânica de produtos parciais autônomos ou deve sua figura acabada a uma seqüência de processos e manipulações conexas” (idem, p. 271). Na primeira forma, a manufatura heterogênea, os diferentes produtos parciais são produzidos individualmente por apenas um trabalhador. A junção desses produtos parciais resulta num produto final acabado, tarefa também realizada nas mãos de um só trabalhador. A segunda forma, a manufatura orgânica, caracteriza-se pela cooperação entre trabalhadores parciais reunidos num mesmo local, e cada artífice sendo responsável por uma parte da produção. Como o trabalho de um complementa o do outro, há necessariamente uma ligação entre as funções individuais, reduzindo-se a separação entre as fases particulares da produção. Entretanto, ocorre um isolamento das diferentes fases da produção, pertencendo a cada trabalhador somente a execução de uma operação reduzida e parcial. Essa reunião dos trabalhadores num mesmo local e a divisão dos seus trabalhos garante ao capitalista um grande aumento na produção em uma escala menor de tempo. Ao trabalhador, resta a dedicação exclusiva a uma mesma atividade. E essa redução permite que o trabalhador execute sua atividade mais eficazmente, com maior habilidade e em menor tempo.

Dessa forma, a manufatura expressa a primeira forma clássica da divisão do trabalho capitalista, de base cooperada, destituindo parcialmente do trabalhador o domínio da atividade produtiva. Seja reunindo os trabalhadores num mesmo local ou optando pela produção dispersa, o controle do trabalho é realizado pelo capitalista com o intuito de aumentar a produção num tempo mais curto. Logo, a ação do trabalhador ficará limitada a uma mesma atividade, realizada eficazmente e com mais habilidade. Esse período assinalado refere-se à subsunção formal do trabalho ao capital. Nessa dominação exercida o capital ainda não utilizava a maquinaria.

A divisão do trabalho na manufatura tem como alicerce uma espécie particular de cooperação, dependente da habilidade, técnica e eficiência do trabalhador individual. Marx (1983) explica que o trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função parcial, transformando sua força de trabalho em um órgão dessa função. Ressalta-se que “[...] antes de mais nada, a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais” (MARX, 1983, p. 268-269).

Assim, a divisão do trabalho introduzida e aperfeiçoada pela manufatura vai se tornar cada vez mais funcional para o desenvolvimento e ampliação da dominação capitalista, visto que essa divisão proporciona a criação de mais excedente e aumenta a escala da produção com a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, cuja consequência imediata é a perda do domínio do processo produtivo pelo trabalhador. E por isso, “qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma- *um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos* (MARX, 1983, p.268, grifo nosso)”.

O período manufatureiro objetivou a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadoria e chegou a desenvolver de forma ainda incipiente a utilização de máquina, mas restrita apenas a processos iniciais que exigiam ser executados massivamente e com grande emprego de força física. A maquinaria específica da produção manufatureira permaneceu sendo o próprio trabalhador coletivo, ou seja, a combinação de muitos trabalhadores parciais. As atividades realizadas pelo trabalhador coletivo são diferenciadas entre si, algumas mais complexas outras mais simples, exigindo diferentes graus de aprendizagem,

formando uma hierarquia nas forças de trabalho proporcionais aos salários. Dentro dessas atividades estão aquelas que demandam uma maior qualificação enquanto algumas não exigem nenhuma habilidade ou qualificação específica, mas são necessárias para o processo de produção e encontram espaço pela máxima divisão do trabalho nesse período. Para essa última, os custos de aprendizagem desaparecem completamente e mesmo para os trabalhadores qualificados os custos são reduzidos, ocasionado em ambos os casos uma desvalorização da força de trabalho na proporção inversa da valorização do capital, “pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho” (MARX, 1983, p.276).

A força produtiva originada da combinação dos trabalhos na manufatura é força produtiva do capital. A manufatura não somente submete o trabalhador ao comando e disciplina do capital, como ainda estabelece entre os próprios trabalhadores uma relação de hierarquia. Pois, dentro dos próprios trabalhadores, alguns iriam exercer o controle e comando sobre os outros, consubstanciando a função de gerência, de direção e supervisão. Destaca-se, nessa direção, a configuração do trabalho improdutivo na sociedade capitalista, momento em que um conjunto de elementos irá peculiarizar a primeira forma capitalista de produzir: a força de trabalho se transforma em mercadoria, a divisão do trabalho e o trabalho coletivo/ combinado se consolidam.

O trabalhador, nesse sentido, pertence tão somente ao capital quando vende sua força de trabalho. No mais, é um produto da divisão manufatureira do trabalho a dissociação das forças intelectuais do processo material da produção, que aparecem alheias aos próprios trabalhadores. Esse processo é iniciado na cooperação, desenvolve-se na manufatura, pela mutilação e conversação do trabalhador em parcial e consolida-se na grande indústria. Pois, “na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais” (MARX, 1983, p.284). Ainda sobre a divisão manufatureira do trabalho, Marx (1983, p.286) destaca que “ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do

trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho”.

Constata-se que por intermédio da divisão do trabalho, o capitalista conseguiu explorar mais o trabalhador, mutilando sua força física, mental e intelectual, transformando-o em um trabalhador parcial, empobrecido materialmente e intelectualmente. Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e simultaneamente do capital, que se apropria da força produtiva originada da combinação dos trabalhos é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais. Algumas manufaturas no século XVIII, exemplifica Marx (1983), empregavam para operações mais simples “indivíduos meio idiotas”. Marx cita Adam Smith quando o mesmo afirma que para evitar a total degeneração da massa do povo advinda da divisão do trabalho é preciso que o Estado ofereça o ensino popular, todavia em “doses prudentemente homeopáticas”.

A divisão entre o trabalho manual e o intelectual trouxe consequências ao trabalhador, degradando-o e o empobrecendo física, material e espiritualmente. O período da produção manufatureira aprofunda “essa divisão social dos ramos de trabalho e, por outro lado, apenas com a sua divisão peculiar alcança o indivíduo em suas raízes vitais, é ele o primeiro a fornecer o material e dar o impulso para a patologia industrial” (MARX, 1983, p.285). Ou seja, o intuito é afastar cada vez mais a possibilidade do trabalhador manual ter conhecimento e domínio sobre o processo produtivo e a função de controlar, fiscalizar, supervisionar esses trabalhadores é realizada pelo trabalho intelectual/ improdutivo, originado da forma cooperada de produção. A fragmentação da atividade produtiva trouxe a necessidade do capital manter sob seu controle o trabalho. Identifica-se na manufatura formas de controle coercitivas sobre os tempos de trabalho, submetendo o trabalhador a usar somente do tempo estabelecido e determinado para executar sua função, garantindo ao capitalista uma regularidade na produção, cujo intuito é permitir à continuidade do trabalho e desenvolver as variações da capacidade de trabalho, objetivando a extração do trabalho excedente e a subordinação do trabalhador as mudanças no processo de produção.

As estratégias de controle presentes na cooperação e na manufatura traduzem a subsunção formal do trabalho ao capital. Tais estratégias se expressam

em objetos específicos, pois como ainda há o predomínio da base artesanal, prevalecendo aspectos do domínio técnico e subjetivo do trabalhador sobre a produção e sobre suas ferramentas e a dependência de sua habilidade e eficiência. Inicia-se o processo de afastamento entre o trabalho manual e o intelectual e ocorre a introdução de supervisores na produção. Mesmo estando à divisão entre trabalho manual e intelectual num estágio inicial, a introdução dos supervisores no processo da produção capitalista expressa o domínio do trabalho intelectual/ improdutivo sobre os trabalhadores que exercem atividades manuais. Os trabalhadores tornam-se divididos e hostis, pois perdem não só o controle do processo de trabalho (concepção, planejamento e supervisão) como deixam de se reconhecer enquanto membros de uma mesma classe. Esse controle apresenta mais explicitamente traços coercitivos e despóticos como afirma Souza (2011). O capitalista consegue, a partir do impulso dado pela produção manufatureira, instaurar uma relação de trabalho que tendencialmente irá complexificar a função de controle do trabalhador improdutivo, principalmente com a subsequente introdução da maquinaria na grande indústria.

A rigor, foi através da criação e contínua sofisticação dos instrumentos de trabalho que o próprio desenvolvimento da manufatura estabeleceu as bases para sua própria superação. Com a criação, o desenvolvimento e a utilização da maquinaria, as barreiras técnicas que ainda limitavam o total domínio do capital sobre o trabalho foram superadas. Nesta dimensão, foram as possibilidades de elevação dos lucros e ganhos que propiciaram as alterações na produção, primeiramente pela divisão do trabalho na manufatura até a introdução das máquinas no período da grande indústria marcando a subsunção real do trabalho ao capital, onde o próprio meio de trabalho é transformado em um elemento estranho e hostil ao trabalhador. De forma a sintetizar essas fases da produção capitalista e a forma de dominação burguesa, Marx diz (1983, p.283-284):

Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila do trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital.

Com a introdução da maquinaria o trabalhador perde o domínio sobre o modo de produzir, na medida em que este passa a ser determinado pela máquina. O objetivo dessa introdução está em diminuir o máximo possível à dependência da habilidade e capacidade do trabalhador, provocando a substituição de trabalho mais qualificado por mais simples. A maquinaria utilizada³⁷ como capital destina-se a baratear mercadorias e diminuir a parte da jornada de trabalho necessária a reprodução do trabalhador, substituindo parte da força de trabalho, proporcionando um aumento da produção de mais-valia extraída pelo capitalista, reforçando as formas de expansão e acumulação de capitais pela intensificação do ritmo de trabalho. Nesse sentido:

Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material (MARX, 1985, p.17).

Tal como as forças naturais e a própria ferramenta, a atuação da maquinaria nada custa ao capital. A maquinaria não cria valor, mas o transfere ao produto, constituindo-se num componente de valor do mesmo e encarece o produto proporcionalmente ao seu próprio valor. Como a maquinaria entra por inteiro no processo de produção e apenas em parte no processo de valorização, acrescenta sempre menos valor do que perde por seu uso. A transferência do valor para o produto depende proporcionalmente da própria grandeza de valor da maquinaria. Assim, “quanto menos trabalho ela mesma contém, tanto menos valor agrega ao produto” (MARX, 1985, p.19). Portanto, sua produtividade é avaliada pelo grau em que substitui a força de trabalho humana.

³⁷ “As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc.” (MARX, 1985, p.56-57).

Ao reaparecer na fábrica automática a divisão do trabalho, essa se caracteriza pela distribuição dos trabalhadores entre as máquinas especializadas e de outros trabalhadores que não formam grupos articulados entre os diversos setores da fábrica, “onde trabalham em máquinas-ferramentas da mesma espécie, enfileiradas umas ao lado das outras, ocorrendo, portanto, apenas cooperação simples entre eles” (MARX, 1985, p.41-42). Substitui-se o grupo articulado da manufatura pela conexão do operário principal com alguns auxiliares e distinguem-se apenas os trabalhadores que se ocupam diretamente com as máquinas-ferramentas e os seus ajudantes.

Somente a partir do entendimento da distribuição dos trabalhadores na grande indústria, é possível apreender quão atual e correta é a formulação marxiana sobre o trabalhador coletivo. Vejamos a questão mais de perto. Com a produção mecanizada, o operário que cumpre a função social de transformar o objeto vai contar com a colaboração de outros trabalhadores e são esses que se encaixam no grupo dos que estão “mais perto ou mais longe do objeto de trabalho”, configurando-se também como trabalhadores produtivos. Dessa forma, Marx (1985, p.42) destaca:

A distinção essencial é entre trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-ferramentas (adicionam-se a estes alguns trabalhadores para vigiar ou então alimentar a máquina-motriz) e meros ajudantes (quase exclusivamente crianças) desses trabalhadores de máquinas. Entre os ajudantes incluem-se mais ou menos todos os *feeders* (que apenas suprem as máquinas com material de trabalho).

E complementa:

Ao lado dessas classes principais, surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc. É uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles. Essa divisão de trabalho é puramente técnica (MARX, 1985, p.42).

Nessas linhas acima, o autor apresenta uma enorme quantidade de informações de densidade e extrema relevância para o estudo aqui proposto. O primeiro aspecto relevante é a descrição dos trabalhadores que manipulam o objeto ocupando-se diretamente com a máquina-ferramenta. Estes, portanto, são os responsáveis por converter a matéria. Outro grupo de trabalhadores tem por tarefa

suprir, alimentar e vigiar a máquina-motriz. Logo, são esses que se encontram mais longe (dentro do espaço físico da fábrica) da manipulação do objeto. Há também os ajudantes e os *feeders* cuja função principal é auxiliar os trabalhadores que manipulam o objeto, suprindo as máquinas-ferramentas com material de trabalho. Essa atividade é realizada com o intuito de não interromper a produção, visto que esses ajudantes ficam incumbidos de trazer para junto da máquina o objeto ou a matéria-prima a ser transformada. Todas essas atividades têm caráter produtivo, sejam mais próximas ou mais distantes do objeto a ser transformado a função operada por esses trabalhadores configura-se como trabalho manual.

Merece um destaque especial o último grupo de trabalhadores citado por Marx, cuja função não é de contribuir com os trabalhadores manuais, mas de controlá-los. São os trabalhadores “externos ao círculo de operários de fábrica”, que mesmo mantendo um vínculo com a produção cumprem determinações e são contratados pelos capitalistas para extrair o máximo de sobretrabalho dos trabalhadores manuais. Concordamos com Barros (2009, p.61) quando este afirma que “trata-se do trabalho intelectual, que está presente no processo de produção”. E acrescentamos que esse trabalho intelectual assume uma dimensão improdutiva, na medida em que demonstra a contradição e o antagonismo para com o trabalho produtivo/manual e a necessidade de um controle apropriado ao caráter explorador do capitalismo.

Dessa forma, podemos apreender que esses trabalhadores intelectuais, improdutivos, se diferenciam dos trabalhadores manuais, mesmo estando ambos envolvidos na produção. Pois, a função que cumprem é colaborar com o capitalista que paga seu salário extraíndo dos trabalhadores manuais o máximo de suas forças, autovalorizando o capital, com uma maior produção de mais-valia. Nesse período de desenvolvimento do capitalismo há um aperfeiçoamento da divisão do trabalho iniciada na manufatura, o que torna a função de supervisão mais evidente e imprescindível, ampliando conseqüentemente o conjunto dos trabalhadores improdutivos que desempenham a função controle. Além dessa função de supervisão, no caso dos engenheiros e mecânicos, continuando com a citação de Marx, que participam da concepção de máquinas e equipamentos, o intuito é

conceber um equipamento capaz de extrair o máximo das forças vivas do trabalho, gerando maior produtividade para o capital.

A rigor, é na grande indústria que o trabalho torna-se completamente subordinado as exigências da produção capitalista. A introdução da maquinaria transformou o trabalhador num mero apêndice da máquina, fiscalizando seu funcionamento e elevando a intensidade do trabalho. Usada como instrumento de trabalho, a maquinaria barateou as mercadorias, diminuiu os poros durante a jornada de trabalho e permitiu a inserção do trabalho feminino e infantil como meio de extração de mais-valia relativa. O trabalhador que antes manejava apenas uma ferramenta parcial especializa-se por toda a sua vida em servir a uma máquina parcial. Assim, “na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo” (MARX, 1985, p.43). Isso acarreta numa destruição maior da capacidade reflexiva do trabalhador.

A grande indústria, ao revolucionar os meios de produção, trouxe consequências imediatas para a vida do trabalhador, exigindo um caráter coercitivo para garantir a crescente exploração do trabalho. Tal controle está explícito, por exemplo, na inserção da força de trabalho de mulheres e crianças, na indústria, força essa suplementar e mais barata ao capital, o que diminuía o valor médio da força de trabalho. Naquela época a capacidade de trabalho de mulheres e crianças era bem mais desqualificada, em decorrência da utilização, sobretudo do trabalho masculino, o que confinava aos homens as habilidades e os conhecimentos necessários ao trabalho desenvolvido.

Há, com a inserção do trabalho feminino e infantil, um rompimento com a exclusividade do trabalho masculino e adulto. Além disso, o controle faz-se presente no prolongamento e intensificação da jornada de trabalho. Mesmo prevalecendo o controle coercitivo, a legislação fabril³⁸, evidencia a necessidade do domínio ideológico do capital. “A legislação fabril embora tenha sido aplicada, inicialmente, sob a forma de coação, funcionalmente, permitiu reproduzir formas persuasivas de

³⁸ Essas medidas são impostas pelo Estado como forma de coação legal à organização capitalista em face da gravidade das condições precárias de trabalho que, naquele momento histórico, ameaçavam a reprodução da sociedade e do capital. Elas permitiam, por um lado, propiciar, aparentemente, a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, mas, por outro, resultavam de uma intervenção do Estado para expandir a grande indústria (SOUZA, 2011, p. 48).

controle que indicam ideologicamente a complexidade do domínio do capital sobre o trabalho” (SOUZA, 2011, p.49).

Em relação à manufatura, há semelhanças e continuidades de alguns aspectos do controle do capital. A hierarquia entre os próprios trabalhadores, a fragmentação e repetição do trabalho são aspectos herdados da produção manufatureira, entretanto na grande indústria ocorrem mudanças substanciais no processo de trabalho, ocorrendo a perda da dimensão subjetiva do trabalho quando a máquina assume este papel. Destacamos que a degradação do trabalho nessa época tanto expressa a exploração física, quanto mental do trabalho. Por isso, a grande indústria representa de acordo com Marx (1985) “a subsunção real do trabalho ao capital”. Nessa fase, o capital necessitou e conseguiu intensificar o controle sobre os trabalhadores, uma vez que o autômato imprimia um ritmo de trabalho e a ameaça de desemprego impelia as reações de resistência do trabalho. Aquele indivíduo que antes produzia através do movimento de seus próprios músculos, controlados pela sua cabeça, é substituído pelo trabalho combinado de vários trabalhadores sobre as máquinas.

Como vimos, parte desses trabalhadores exercem a função de produzir a riqueza material da sociedade, atuando diretamente sobre o objeto ou indiretamente ao exercer atividades que auxiliam esse processo. Ambas configuram-se como atividades produtivas. Outra parte vai controlar esses outros, sendo contratados pelos próprios capitalistas. “O trabalho manual passa a ser executado por um grupo de indivíduos alocados na produção, que Marx denomina de ‘trabalhador coletivo’, outros (trabalhadores intelectuais) realizam essencialmente a função de controle” (BARROS, 2009, p.52-53).

Nesta dimensão, a divisão do trabalho que tem seu início na manufatura impulsiona o processo de separação do trabalho manual do intelectual. A complementação dessa separação ocorre, portanto, na grande indústria. O trabalho manual continuará sendo o responsável por converter a natureza nos bens de subsistência, produzindo a riqueza material, enquanto que o trabalho intelectual ficará responsável principalmente pelo controle dos produtores, ampliando o ritmo da produção e tornando possível a produção maior de mais-valia. É a partir dessas constatações que apreendemos esse trabalho intelectual, como de natureza

improdutiva cuja função explícita é o controle sobre os trabalhadores manuais, que além de produzirem mais-valia também produzem valores de uso.

Consolida-se o desempenho da atividade produtiva em função exclusiva da valorização do valor, evidenciando o caráter econômico das formas de controle materializadas na disciplina rígida do trabalho, na redução da atividade do trabalhador a uma ação repetitiva, acessória da máquina, na destituição do domínio do trabalhador sobre os instrumentos e conhecimentos gerais do processo produtivo, assim, na emergência de trabalhadores intelectuais/improdutivos responsáveis pela vigilância dos que operam a produção. Eis a função importante que esses trabalhadores exercem na organização produtiva. Nessa direção, consolida-se a divisão social e técnica do trabalho e a conseqüente fragmentação do saber operário. A ampliação da produtividade e da acumulação capitalista é alcançada pela intensa exploração da força de trabalho, ou seja, pela exploração predominante da mais-valia relativa. Logo, o aumento da produtividade e a redução do trabalho vivo em substituição a máquina corresponde a uma determinação da lógica de expansão do capital.

O desenvolvimento das forças produtivas assegurou tanto o aumento da produtividade como destruiu em boa parte a habilidade do trabalhador. Na esteira disso, o capital reduz trabalho necessário e estende os domínios do sobretrabalho, num movimento incessante e contínuo, visando o crescimento do capital constante. Assim, generaliza-se a exploração da mais-valia relativa, consolidando a sujeição do trabalhador as determinações do sistema capitalista. Da grande indústria em diante o desenvolvimento capitalista consolida o mercado mundial e as tendências de concentração e centralização de capital, bem como complexificam-se as relações entre as classes sociais antagônicas. O trabalho improdutivo adquire contorno diferenciado em face da dinâmica acelerada de reprodução do capital que o capitalismo concorrencial³⁹ que se desenvolveu/ expandiu na grande indústria. No

³⁹ Esta fase do capitalismo é explicada em função da possibilidade de pequenos e médios capitalistas abrirem seus próprios negócios, dispendo de oportunidades de investimento lucrativo, tendo espaço para a livre concorrência já que as empresas não demandavam grandes massas de capitais para as suas constituições. Apesar disso, durante as crises, as falências e quebras atingiam mais diretamente os pequenos e médios capitais. Nessa fase do capitalismo, acirra-se a luta de classes fundada na contradição entre capital e trabalho. Os primeiros protestos do proletariado caracterizavam-se pela violência, como forma de reagir à exploração marcada principalmente pela extensão da jornada de trabalho. A resposta da burguesia, além da dura repressão, foi a incorporação de novas tecnologias à

entanto, é, principalmente, na fase monopolista do desenvolvimento do capitalismo que a atividade improdutiva se expande e se complexifica, conforme será explorado a seguir.

produção, o que diminuiu o trabalho vivo, e desempregou parte do proletariado. No mais, o Estado atendia quase que exclusivamente aos interesses da burguesia e do capital, restringindo-se as ações de caráter repressivo. A grande concorrência, peculiar a essa fase do capitalismo, concentrou e combinou volumes de capitais nas mãos de poucos capitalistas, e esses grupos nacionais passaram a controlar ramos industriais inteiros, empregando um grande número de trabalhadores e determinando decisivamente as economias nacionais, convergindo para a formação dos monopólios.

3.2 Produção taylorista/fordista, consolidação da divisão social do trabalho e do trabalho improdutivo

Por conseguinte, em relação a problematização do trabalho improdutivo e da função controle na reprodução do capitalismo, abordaremos aqui a estruturação do capitalismo na sua fase monopolista, elencando algumas de suas principais características. Procura-se destacar a expansão do conjunto dos trabalhadores improdutivos, caracterizado pelo aprofundamento da divisão do trabalho no contexto dos monopólios. É discutido o padrão taylorista-fordista de produção, enfatizando o surgimento e a função da gerência científica no que se refere à dissociação entre trabalho manual e intelectual. Em seguida, são apontados os elementos centrais da crise estrutural do capital dos anos de 1970 e as respostas dadas pelo processo de reestruturação produtiva para reverter à queda da taxa de lucro. Com destaque para a implementação do toyotismo cuja inovação é o aprofundamento da exploração da componente intelectual do trabalhador. Nesse contexto, consolida-se e se complexifica a divisão do trabalho, demandando um conjunto de profissões especializadas que conformam o trabalho intelectual e exercem a função de controle sobre outros trabalhadores, havendo, dessa forma, a expansão dos trabalhos improdutivos.

A transição do capitalismo concorrencial para a o capitalismo monopolista⁴⁰ está associada a maior composição orgânica do capital, ou seja, o crescimento do capital constante em relação ao variável e da parte fixa desse capital constante (a exemplo de edifícios e máquinas). O resultado das tendências – concentração⁴¹ e centralização⁴² – foi uma maior escala de produção.

Os principais efeitos da centralização, e em menor grau da concentração, são três. Em primeiro lugar, leva a uma socialização e racionalização do trabalho dentro dos limites do capitalismo; [...]. Em segundo lugar, a centralização, em si mesma consequência da

⁴⁰ Há que considerar, aqui, que essa transição se deu concomitantemente ao processo de organização e mobilização dos trabalhadores. Não é nosso propósito abordar a problemática que se desdobra em torno desse aspecto, pois ultrapassa os limites do nosso estudo, mas tão só destacar sua existência.

⁴¹ “Se os capitalistas individualmente acumulam, de forma a aumentar também a quantidade de capital controlada por eles isoladamente, isso possibilita uma escala de produção maior. Marx denominou esse processo de ‘concentração do capital’ (SWEEZY, 1976, p. 284).

⁴² “[...] O capital cresce num determinado lugar até atingir uma massa imensa, sob o controle único, porque em outro lugar foi perdido por muitos investidores” (MARX *apud* SWEEZY, 1976, p. 285).

modificação técnica e da crescente composição orgânica do capital, age para apressar ainda mais as modificações técnicas. [...] O terceiro efeito, que não interessava a Marx naquela fase de sua exposição onde tratava da centralização, é evidentemente um corolário, ou seja, a substituição progressiva da concorrência entre um grande número de produtores pelo controle monopolista ou semimonopolista dos mercados, por um pequeno número (SWEETZ, 1976, p. 286-287).

Desse modo, o desenvolvimento da fase monopolista aconteceu no interior do capitalismo concorrencial sendo impulsionado pela concentração dos meios de produção, caracterizando o processo de centralização do capital. A partir da alta centralização, formam-se combinações cujo objetivo central era destruir a concorrência. Esse período representa a fase de evolução do monopólio. “A concorrência tende a se transformar numa luta mortal que não beneficia ninguém. Quando isso ocorre, o terreno para o movimento de combinação está preparado” (SWEETZ, 1976, p. 286-287). As combinações monopolistas entre médias e grandes indústrias tinham como característica específica o fato de serem destinadas a aumentar os lucros por meio do controle monopolista dos mercados realizados principalmente através dos cartéis⁴³, trustes⁴⁴ e fusões entre grandes empresas.

Logo, os pequenos negócios ou desapareceram ou se fundiram aos grandes e gradativamente o monopólio substituiu a concorrência, como uma forma mesmo de evolução, emergindo da própria concorrência. Sendo assim, através da fusão, concentração e crescimento formaram-se as grandes indústrias que almejavam o monopólio. O capital, agora nomeado de capital monopolista, passa a comandar toda a economia capitalista, sendo a unidade econômica típica dessa fase a empresa em grande escala, à qual cabe uma parcela significativa da produção de uma indústria, ou mesmo de várias, que controlam além dos seus preços, o volume de sua produção e os tipos de investimentos.

⁴³ “O termo cartel designa uma associação baseada num acordo contratual entre industriais do mesmo ramo que, embora conservando sua independência legal, se associam com o objetivo de exercer uma influência monopolizadora no mercado” (LIEFMANN *apud* HUBERMAN, p.221, 1986).

⁴⁴ “O truste é qualquer forma de organização industrial, na produção e distribuição de qualquer mercadoria, que dispõe de controle bastante da oferta dessa mercadoria para modificar o preço em seu favor” (TARBELL *apud* HUBERMAN, p.220, 1986).

Esse período é assinalado pelo crescimento da industrialização, desenvolvimento das forças produtivas⁴⁵ e aumento da população urbana pela concentração das indústrias nas cidades. Acentua-se a anarquia da produção e a concorrência entre os setores do mercado. É a partir de 1870 que o capitalismo entra na sua fase monopolista, estruturada pela presença da indústria moderna e das finanças internacionais. O objetivo elementar da ordem monopolística foi o “*acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*” (NETTO, 1992, p. 16, grifo do autor).

Concomitante ao surgimento dos monopólios industriais acontece a mudança do papel dos bancos, cuja função principal foi a de controlar grandes massas monetárias, disponibilizadas para empréstimos, que devido à severa concorrência entre os capitalistas industriais levou-os a buscar o crédito bancário para seus investimentos. A fusão dos capitais bancários com os industriais compõe o capital financeiro, que desempenhará papel central no estágio imperialista do capital. As principais características da fase imperialista podem assim ser definidas:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste *capital financeiro*, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN apud NETTO; BRAZ, 2009, p.180).

Com isso, os grandes monopólios ou empresas multinacionais efetivam uma divisão econômica do mundo e os Estados capitalistas mais desenvolvidos realizam uma repartição territorial do mundo. Com a tendência a mundialização do capital, especialmente na fase monopolista, sucede uma divisão internacional do trabalho, com os espaços nacionais especializados em determinados tipos de produção,

⁴⁵ O monopólio incentivou a construção de melhores ferrovias e navios e aperfeiçoou o telegrafo. Transportes mais eficazes aliados aos avanços nos meios de comunicação garantiram de forma econômica a reunião e a concentração numa mesma localidade os elementos necessários à produção. O avanço tecnológico propiciou a produção em massa e a maior divisão do trabalho. Intensificou-se o desenvolvimento das forças produtivas e a capacidade da indústria de produzir mercadoria.

criando uma relação de hierarquia entre os países. Sob o aspecto econômico, os monopólios são um recurso para o capital na constante busca por maiores lucros e para resistir aos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro, através de ações como: “a fixação de um preço superior ao preço do mercado; apropriação de parte da mais-valia de setores não monopolizados pelos monopólios; vantagens de que as empresas monopolistas, dadas as suas dimensões, desfrutam em relação às empresas médias e pequenas e aos setores não monopolizados” (NETTO; BRAZ, 2009, p.188-189).

Ainda sobre o capitalismo monopolista, algumas das principais características dessa fase são: os preços das mercadorias e dos serviços produzidos pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; elevação na taxa de acumulação; taxas de lucros mais altas nos setores monopolizados; economia do trabalho “vivo” em detrimento da introdução de novas tecnologias, o que promove uma maior concorrência entre os trabalhadores; e ampliação do exército industrial de reserva; “os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado- o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (constrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo) afirma Netto (1992, p.17). Outro elemento típico dessa fase relaciona-se ao fenômeno da supercapitalização:

o montante de capital acumulado encontra crescentes dificuldades de valorização; num primeiro momento, ele é utilizado como forma de autofinanciamento dos grupos monopolistas; em seguida, porém, a sua magnitude excede largamente as condições imediatas de valorização, posto que o monopólio restringe, pela sua natureza mesma, o espaço capitalista de inversões. É próprio do capitalismo monopolista o crescimento exponencial desses capitais excedentes, que se tornam tanto mais extraordinários quanto mais se afirma a tendência descendente da taxa média de lucro. As dificuldades progressivas para a valorização são contornadas por inúmeros mecanismos, nenhum dos quais apto para dar uma solução à supercapitalização: de um lado, a emergência da indústria bélica, que se converte em ingrediente central da dinâmica imperialista; de outro, a continua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais; e enfim, a “queima” do excedente em atividades que não criam valor [...].

Por essas características, podemos afirmar que no estágio imperialista há uma acentuação das contradições do capitalismo, como a anarquia da produção, a concorrência generalizada entre os monopólios e principalmente, agora em escala

mundial, a contradição fundamental entre a socialização da riqueza e a apropriação privada. Logo, foi necessário que o Estado assumisse um papel interventor, garantindo as condições gerais da produção e acumulação capitalista exigido pela ordem monopólica. Na economia, esse Estado além de atuar preservando as condições externas, atua diretamente por meio de funções econômicas na produção e acumulação capitalista. Ademais, a distinção desse Estado em relação à fase concorrencial apresenta um outro e novo elemento:

[...] No capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo - ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, *a preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 1992, p.22, grifo do autor).

Nessa direção, o Estado que na fase concorrencial intervia na economia para garantir as condições externas para a dinâmica capitalista, no capitalismo monopolista irá intervir sistematicamente nas condições gerais de produção e acumulação do capital, especialmente a partir da crise de 1929, que trouxe grandes impactos para o capitalismo. O Estado vai assumir a função de preservar e controlar continuamente a força de trabalho, não só via coerção como na fase concorrencial, mas também via consenso, por meio da implantação de políticas públicas para atuar nas expressões da “questão social”, respondendo, em alguma medida, as necessidades de reprodução da força de trabalho e para essa atuação, o Estado requereu um conjunto de profissionais especializados e habilitados. Esses profissionais vão exercer as funções de controle e preservação da classe trabalhadora, compondo o conjunto de atividades improdutivas que surgem nesse período histórico e que estão fora do espaço fabril e industrial.

A intervenção estatal ganha o respaldo teórico necessário nas ideias do intelectual Keynes, o qual afirmava a precisão do Estado atuar regulando os investimentos privados por meio do direcionamento dos seus próprios gastos, atribuindo ao orçamento público desempenho importante como indutor de investimentos. As ideias postas por Keynes tiveram repercussões no período entre o

fim da Segunda Guerra Mundial e a entrada dos anos 1970, fase conhecida como “anos dourados” do capitalismo. Nesse período, o capitalismo alcançou resultados econômicos positivos e exclusivos, tendo a intervenção do Estado papel central na diminuição dos efeitos das crises cíclicas.

Afora as mudanças sociais e econômicas, merece destaque a mudança na organização do trabalho industrial, iniciada na fase “clássica” do imperialismo com a “gerência científica” de Taylor, universalizada nos “anos dourados” e se expandindo como fordismo até os anos 1970, daí a denominação de taylorismo-fordismo. A gerência científica tinha como objetivo “ [...] aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (BRAVERMAN, 1981, p.82), buscando a maneira mais eficaz de controlar a força de trabalho, preparando as tarefas e sua execução. É a partir de Taylor que os métodos científicos são aplicados aos problemas do controle do trabalho nas empresas, tomando o controle uma enorme dimensão, pois Taylor afirma que a gerência precisava impor ao trabalhador de maneira rigorosa a forma como o trabalho devia ser executado.

Logo, é a partir do desenvolvimento do processo de trabalho na produção taylorista que a dissociação entre o trabalho manual e o intelectual se torna mais complexa e aguda. É nesse contexto que se inicia a ampliação do trabalho intelectual, improdutivo, materializado na função da gerência científica, que exerce a função de planejamento, gestão, concepção e de controle sobre os trabalhadores assalariados que executam as atividades manuais dentro da esfera da produção. Emerge, portanto, uma gama de assalariados habilitados, que vai participar do conjunto de atividades improdutivas também dentro da esfera industrial e fabril. Isso é decorrente de duas principais situações: a necessidade do controle e de profissionais que planejem o processo de produção e ao mesmo tempo do próprio aumento dessa produtividade que torna mais imprescindível esses trabalhadores. Isso é possível pelo desenvolvimento científico⁴⁶ alcançado, o que torna esse

⁴⁶ “A ciência é a última – e depois do trabalho a mais importante - propriedade social a converter-se num auxiliar do capital. [...] A princípio a ciência nada custa ao capitalista, visto que ele tão-somente explora o conhecimento acumulado das ciências físicas, mas depois o capitalista organiza sistematicamente e ornamenta a ciência, custeando a educação científica, a pesquisa, os laboratórios etc. com o imenso excedente do produto social que ou pertence diretamente a ele ou que o capitalista

trabalho intelectual uma mediação indispensável para a realização do trabalho sobre o capitalismo.

Taylor afirmava que a gerência precisava efetuar um controle completo sobre a execução do processo de trabalho, desde as atividades mais simples as mais complicadas, abrangendo todas as fases do processo, incluindo o próprio modo de executar a atividade. Nesse sentido, toda a gerência moderna gira em torno do controle do trabalho por intermédio do controle das decisões que são tomadas durante a realização do trabalho.

A gerência insistia nele, só podia ser um empreendimento limitado e frustrado se deixasse ao trabalhador qualquer decisão sobre o trabalho. Seu “sistema” era tão-somente um meio para que a gerência efetuasse o controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, desde a mais simples à mais complicada (BRAVERMAN, 1981, p.86.)

Por essa concepção, Taylor modernizou e aperfeiçoou a divisão entre trabalho manual e intelectual e o controle tornou-se mais rígido e sobre todo o processo de trabalho. Por isso, além de perder o controle sobre os instrumentos de produção, os trabalhadores devem perder o controle tanto do trabalho como do modo que o executa. “Este controle pertence agora àqueles que podem ‘arcar’ com o estudo dele a fim de conhecê-lo melhor do que os próprios trabalhadores conhecem sua atividade viva” (BRAVERMAN, 1981, p.106). Ademais:

[...] Tanto a fim de assegurar o controle pela gerência como baratear o trabalhador, concepção e execução devem tornar-se esferas separadas do trabalho, e para esse fim o estudo dos processos do trabalho devem reservar-se à gerência e obstar aos trabalhadores, a quem seus resultados são comunicados apenas sob a forma de funções simplificadas, orientadas por instruções simplificadas o que é seu dever seguir sem pensar e sem compreender os raciocínios técnicos ou dados subjacentes (BRAVERMAN, 1981, p.107).

Convém salientar que a teoria da administração científica de Taylor tornou-se funcional à reprodução do capital, pois ao dotar a gerência de novos conhecimentos, possibilitou ampliar a produtividade do trabalho. Além disso, essa fase do desenvolvimento capitalista aliada à gerência científica demandou um conjunto de profissões que conformam o trabalho intelectual/ improdutivo e que se inserem na

dispõe como um domínio total na forma de rendas de tributos. Um esforço social antigamente relativamente livre é integrado na produção e no mercado” (BRAVERMAN, 1981, p.138).

esfera da produção, personificando o capital, para realizar atividades de controle como superintendência, planejamento, concepção que exigem uma formação técnica e científica, a exemplo do engenheiro⁴⁷. Decerto, os trabalhadores técnico-científicos personificam a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e o antagonismo entre o trabalho produtivo e improdutivo e realizam a função de controle, exigida pela hierarquia presente na fábrica. Destaca Braverman (1981, p.167-168, grifo do autor): “A capacidade humana para controlar o processo de trabalho mediante maquinaria é dimensionada pelo gerenciamento desde o início do capitalismo como o *meio principal pelo qual a produção pode ser controlada não pelo produtor imediato, mas pelos proprietários e representantes do capital*”.

Logo, a função da gerência surge no contexto da separação entre os que executam e os que planejam o processo de trabalho, exercendo por isso uma função social dentro da organização hierárquica do trabalho de garantir e impulsionar a acumulação do capital. Essa separação, que compõe um dos princípios da teoria da administração científica de Taylor, marca a divisão do trabalho entre diferentes lugares e grupos de trabalhadores, por isso a gerência científica moderniza a divisão entre o trabalho manual e o intelectual, vigorando a tendência à alienação do trabalho, presente na dissociação e oposição entre a mão e o cérebro. De acordo com esse princípio da separação de concepção e execução, Taylor explicita que “todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto...”. Logo, o que ocorre é a desumanização do processo de trabalho:

[...] na qual os trabalhadores ficam reduzidos quase que ao nível de trabalho em sua forma animal, enquanto isento de propósito e não pensável [...]. Porque, se a execução dos trabalhadores é orientada por sua própria concepção, não é possível, como vimos, impor-lhes a eficiência metodológica ou o ritmo de trabalho desejado pelo capital. Em consequência, o capitalista aprende desde o início a tirar vantagem desse aspecto da força de trabalho humana, e a quebrar a unidade do processo de trabalho (BRAVERMAN, 1981, p.104).

Assim, essa divisão entre trabalho manual e intelectual aprofunda-se quando o aspecto subjetivo do processo de trabalho é tomado do trabalhador e incorporado

⁴⁷ “A profissão de engenheiro é um fato relativamente recente. Antes dele, as funções conceptuais e de projeto eram de competência do profissional do ofício, do mesmo modo como as funções de estimular as artes industriais mediante inovação” (BRAVERMAN, 1981, p.118).

pela gerência. Essa inovação gerencial⁴⁸ na qual as gerências assumem e apoderam-se de todo o processo de trabalho visa a maior exploração da mais-valia, destituindo do trabalhador a possibilidade de qualquer domínio do processo de trabalho.

O fator subjetivo do processo de trabalho é transferido para um lugar entre seus fatores objetivos inanimados. Aos materiais e instrumentos da produção acrescenta-se uma “força de trabalho”, outro “fator de produção”, e o processo é daí por diante executado pela gerência como o exclusivo elemento subjetivo. Este é o alvo a que tende a gerência, e na busca do qual ela emprega e adapta toda inovação produtiva proporcionada pela ciência (BRAVERMAN, 1981, p. 150).

A disciplina imposta aos trabalhadores na fábrica, através da gerência, era realizada por trabalhadores, técnicos, inseridos nas indústrias para exercerem as funções de planificação e organização do processo de trabalho e ao mesmo tempo uma função ideológica. Nesta última, os técnicos reproduzem a estrutura hierárquica, fragmentada da empresa e perpetuam relações de mando/ de submissão, o que justifica expandir o trabalho intelectual/ improdutivo para atuar no controle dos trabalhadores. A dimensão coercitiva do controle se faz presente nesse contexto histórico. E como as relações sociais sob o capitalismo são constituídas por relações antagônicas de classe, “[...] a organização hierárquica e o controle do trabalho aparecem sempre para o capital como a condição de toda produção e como um fim em si” (GORZ, 1996, p. 235). Mesmo estando presente na produção capitalista já nas suas formas iniciais de organização, a presença de atividades e trabalhadores improdutivos aparecia ainda de forma restrita. A partir da Revolução Industrial, com a introdução de máquinas e a substituição de parte da força de trabalho por maquinaria, o incremento na exploração dos trabalhadores e a produção e consumo em larga escala, fez-se fundamental a presença de um corpo de trabalhadores para além de planejar, pensar e conceber o processo de produção, controlar os que realizavam o trabalho manual. Decerto, a partir da produção taylorista-fordista evidencia-se essa ampliação do trabalho intelectual/ improdutivo que ocupa espaço dentro das indústrias e fábricas (mas também fora delas).

⁴⁸ Nesse sentido, “também coube à gerência exercer o poder de convencimento sobre o trabalho, para que se atacasse a modernização da atividade produtiva” (SOUZA, 2011, p.56).

A necessidade da função da gerência advém das novas relações sociais que permeiam o processo produtivo, com a dissolução da unidade entre concepção e execução, estabelecendo o antagonismo entre os que executam o processo e os que se beneficiam e administram, extraindo a vantagem máxima dessa força de trabalho para o capitalista. Com isso, moderniza-se a divisão social do trabalho e consolida-se a separação hierárquica entre trabalho intelectual e trabalho manual no capitalismo. Para fundamentar nossas afirmações:

*É por isso que todos os que, acobertados pela competência técnica, são chamados a supervisionar o desenvolvimento da produção, trabalham de fato para a perpetuação da divisão hierárquica do trabalho e das relações de produção capitalistas. Isso é válido para os técnicos subalternos (cronometristas, verificadores, etc.) como para os engenheiros, técnicos superiores e outros dirigentes investidos de funções de comando e de controle. Seu papel, nas indústrias de mão-de-obra, é fazer com que mantenha a subordinação do trabalho vivo aos processos mecânicos (trabalho morto) e portanto ao capital. São eles aí os únicos detentores da qualificação técnica e intelectual que o processo de trabalho exige. Monopolizam essa qualificação e, assim, *proíbem-na aos operários*. São portanto os agentes da desqualificação e da opressão do trabalho manual reduzido a ser apenas manual. Representam aos olhos do operário o conjunto de conhecimentos e de saber técnicos dos quais ele está privado, a separação entre o trabalho intelectual e manual, entre concepção e execução. Gozam de importantes privilégios financeiros, sociais e culturais. São o inimigo mais próximo do operário. Na construção mecânica, cada técnico admitido pode representar a desqualificação de dez a vinte operários profissionais para operários especializados (se, ao mesmo tempo, forem introduzidas máquinas semi-automáticas, é claro) (GORZ, 1996, p.235-236, grifo do autor).*

Isto posto, podemos afirmar que os trabalhadores da ciência e da tecnologia exercem com sua função técnico-científica formas de dominação do capital sobre o trabalho. Além das funções mais diretamente ligadas ao processo produtivo, o desenvolvimento e a inovação tecnológica exigem que um grande número de trabalhadores se dedique à pesquisa, atrelada ao processo produtivo. E tanto a pesquisa como a inovação técnico-científica, principalmente até o início da Segunda Guerra Mundial, tinham como objetivo principal alterar à baixa tendencial da taxa de lucro e alcançar uma “*redução dos custos de produção*” (GORZ, 1996, p. 219, grifo do autor).

A inovação da tecnologia era utilizada especialmente no processo de produção, pela introdução de maquinarias capazes de aumentar a produtividade do

trabalho, ocasionando a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, acelerando a circulação do capital, e produzindo a mesma quantidade de mercadorias com menos trabalho social. Nesse sentido, uma parte das forças produtivas estabelecidas pelo capitalismo, “[...] mais particularmente, uma parte apreciável dos conhecimentos, das competências e da pesquisa científica e técnica só são ‘produtivas’ e funcionais em relação às orientações e às prioridades particulares do crescimento monopolista” (GORZ, 1996, p.222).

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a divisão entre o trabalho manual e o intelectual, o aprimoramento da gerência científica e a desqualificação do trabalhador manual, constituem instrumentos que servem para explorar e precarizar o trabalho, por isto são funcionais a produção e a acumulação capitalista. “Em síntese: *a principal função da pesquisa e da inovação é impedir a tendência à baixa da taxa de lucro e criar novas ocasiões de investimento rentável*” como afirma Gorz (1989, p. 221, grifo do autor).

Deste modo, é a partir da fusão da teoria da gerência científica de Taylor com o modelo de organização industrial proposto por Henry Ford que se consolida o padrão fordista. Ford foi o responsável por desenvolver a gerência científica, tornando-se o chefe de um dos maiores monopólios da indústria automobilística no mundo, tendo como principal característica a racionalização do trabalho sob as características tayloristas, incorporando o trabalhador à máquina, padronizando suas tarefas e dissociando a atividade de planejamento da execução.

O fordismo consiste, especialmente, na produção barateada de veículos para um consumo “em massa”. Para isso, foi necessário os capitalistas concederem um aumento nos salários dos trabalhadores⁴⁹ como uma estratégia do capital para garantir o lucro e para superarem as resistências dos trabalhadores. Na medida em que aumenta a produção é imprescindível que se altere o mercado de consumidores para que as mercadorias também pudessem ser consumidas pelos trabalhadores.

⁴⁹ Para garantir esse aumento salarial, o trabalhador precisava apresentar boa conduta, como não beber e destinar seu dinheiro à família. Nesse sentido, para controlar os trabalhadores a empresa cria um serviço social. Cabe ressaltar essa importante afirmação sobre o contexto histórico da institucionalização do Serviço Social trazida por Gounet (1999).

“Aquilo que perde na produção de um veículo, recupera na massa de carros vendidos” (GOUNET, 1999, p.20).

As cinco transformações principais que sustentam a produção fordista são: a produção em massa, com a racionalização das atividades dos operários, combatendo o desperdício de tempo, reduzindo os custos de produção; o parcelamento das tarefas e a desqualificação do trabalhador; a criação da linha de montagem, permitindo aos operários, postos lado a lado, realizarem as suas operações; a padronização das peças e a integração vertical, controlando diretamente o processo de produção completo, reduzindo o trabalho do operário a gestos simples; e por fim, a automatização das fábricas, de acordo com Gounet (1999).

Logo, seguindo os princípios tayloristas, a primeira racionalização é aprimorar o parcelamento das tarefas, implicando na desqualificação do trabalhador que ao invés de fazer um veículo inteiro, faz apenas a mesma ação repetitivamente. O trabalho de cada um dos operários é regulado, mas para que haja uma ligação entre os diferentes trabalhos foi preciso criar uma linha de montagem ou esteira rolante, “permitindo aos operários, colocados um ao lado do outro, realizar operações que lhes cabem” (GOUNET, 1999, p.19). Não significa apenas desqualificar o trabalho, mas reduzir ao máximo o seu tempo de realização e para evitar o desperdício na montagem das peças no automóvel, por isso:

[...] Ford tem a idéia de padronizar as peças. Assim, um mesmo elemento é montado em um mesmo modelo. Mas para obter esse resultado e ter os componentes exatos, adaptáveis aos seus carros, Ford precisa comprar as firmas que fabricam as peças. É dessa maneira que o empresário se atira à integração vertical, ou seja, ao controle direto de um processo de produção, de cima a baixo (GOUNET, 1999, p.19).

Nessa direção, podemos afirmar que a disciplina imposta aos trabalhadores na fábrica, com a utilização da linha de montagem para combater desperdícios e racionalizar as operações é realizada pela gerência, que ao exercer o controle sobre o tempo de trabalho, a produção, e mesmo sobre o processo produtivo completo possibilita a maior extração de mais-valia, gerando mais lucros para o capitalista. A produção fordista, junto com as inovações tecnológicas, marca um período que houve uma intensa expansão da produção capitalista. Poucas empresas passam a

comandar e dominar ramos inteiros e as funções empreendidas pela gerência são largamente ampliadas e “[...] subdivididas entre departamentos funcionais, [...], planejamento, organização, pesquisa e desenvolvimento; planejamento; controle da produção; inspeção ou controle da qualidade; apuração de custos de fabricação [...]” (BRAVERMAN, 1981, p.223). Essas atividades auxiliam diretamente a reprodução do capital, internalizadas dentro da própria fábrica. Essas são, portanto, as características gerais do padrão fordista que, associado a outros fatores (como a intervenção estatal), garantiram o aumento da composição orgânica do capital, a redução nos impactos das crises, que nesse período foram breves e esporádicas.

A fase dos “anos dourados” do capitalismo representa o alargamento da economia vivenciada entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos sessenta. Entretanto, a partir desses anos, o capitalismo ingressa na sua fase contemporânea, marcada pelo esgotamento da expansão econômica e o declínio da taxa de lucro, desencadeados pelo “*colapso no ordenamento financeiro mundial [...] e o choque do petróleo*” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 213, grifo do autor). Outro elemento, de ordem sociopolítica, que expressou a reação da sociedade à crise que vinha se destacando foi o movimento dos trabalhadores, que reivindicavam aumento salarial e contestavam a organização taylorista-fordista.

Diante do exposto, podemos afirmar que a própria natureza da produção capitalista reclama um controle de caráter despótico e coercitivo do processo de trabalho. Entretanto, a partir dos modelos gerenciais taylorista-fordista e do fortalecimento da esfera estatal e sua sistemática intervenção nos processos de reprodução da força de trabalho, via garantia de direitos sociais, a produção capitalista passa a exigir um controle que além de coercitivo seja de caráter consentido para responder a exigência de legitimidade do capital. Assim, a organização do trabalho baseada neste padrão caracteriza-se pela rigidez da atividade produtiva, apresentando como aspecto principal o traço coercitivo do controle fabril. Mas, essa forma de organização, com as transformações da ordem capitalista, suscitou o uso da persuasão para a manutenção desse controle.

E ainda no mesmo processo em que a concentração dos operários ampliou a produção da riqueza capitalista, possibilitou uma maior organização dos trabalhadores, requerendo do capital a articulação entre coerção e consenso para

amenizar os conflitos sociais e garantir o controle sobre a força de trabalho. Tal articulação favoreceu a adaptação do trabalhador à produção fordista, cujo grau de exploração físico e mental é elevado. Por isso, o controle na produção taylorista-fordista se diferencia, em certa medida, do controle presente nos processos de produção anteriores que apresentava traços apenas despóticos.

Nesse sentido, esse controle de traço coercitivo e consensual é necessário ao projeto fordista e a expansão do capitalismo é funcional para conter o acirramento das lutas de classe. Através do consenso, fragmenta-se o movimento de resistência ao capital e amplia-se a exploração do trabalho, tanto no aspecto técnico, pois o taylorismo-fordismo levou ao limite o desenvolvimento da mais-valia relativa através da exploração da componente muscular da força de trabalho, que separou rigorosamente o trabalho manual do intelectual e destituiu o operário de qualquer participação da organização do processo de trabalho, como ideologicamente pela ideia da conquista dos direitos sociais e pelo aumento salarial.

É nesse contexto, como ressaltamos, que se complexifica a divisão do trabalho e a tendência de ampliação do trabalho intelectual/ improdutivo, pois esse trabalho passa a exercer, através da gerência científica o controle do processo produtivo e dos trabalhadores inseridos diretamente na produção (ou seja, os trabalhadores manuais), com vistas a manter e expandir a acumulação capitalista, tornando-se, assim, indispensáveis para o sistema.

3.3 Reestruturação capitalista atual e a expansão dos trabalhos improdutivos

Conforme exposto, a produção capitalista requereu desde seu início um grupo de trabalhadores para exercer a função de controle, supervisão e direção. Essas atividades materializam o trabalho intelectual/ improdutivo oposto ao trabalho manual produtivo. Nas formas originárias da produção capitalista, especialmente na cooperação e manufatura, a divisão entre o trabalho manual e intelectual é ainda incipiente, ganhando maior destaque a partir da grande indústria. Nesses processos, o controle exercido caracterizava-se pela predominância quase que exclusiva do caráter despótico e da disciplina rígida do trabalho. A partir da produção baseada no binômio taylorista-fordista, a função controle é exercida através da gerência

científica, que congrega várias atividades especializadas como os engenheiros, administradores, contadores e cientistas. O controle durante essa fase vai apresentar um caráter coercitivo, garantindo a ampliação da exploração do trabalho, através da exploração da componente muscular da força de trabalho, da separação entre trabalho manual e intelectual e do afastamento do operário da participação na organização do processo de trabalho.

No capitalismo contemporâneo ocorre a expansão dos trabalhos improdutivos/ intelectuais que ganharão maior destaque a partir da implementação do modelo de produção flexível, toyotista. Nesse contexto, além da exploração da componente muscular, o capitalismo vai se apoderar da componente intelectual do trabalho. Essa exploração foi possibilitada pela introdução das inovações tecnológicas nos processos produtivos, o que acarretou na redução do trabalho vivo/ trabalho manual. Por isso, nesse contexto, surgem diferentes profissões que auxiliam na reprodução do capital, redimensionando a função de controle e expandindo o trabalho improdutivo. Além disso, essa fase contemporânea do capital favorece a expansão e diversificação do chamado setor terciário (ou de serviços) composto por atividades improdutivas.

Nos anos 1970, o tripé formado pelo *Welfare State*, fordismo e keynesianismo não conseguiu evitar a tendência à queda da taxa de lucro, desencadeando uma crise estrutural⁵⁰ no capitalismo monopolista contemporâneo. Os traços mais evidentes da crise, afora a queda da taxa de lucro, foi o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista devido a sua incapacidade de responder a retração do consumo, causada pelo início do desemprego estrutural e a crise do *Welfare State*, com a conseqüente retração dos gastos públicos e transferências de recursos para a rede privada. Até os dias atuais, a fase de expansão econômica é substituída por uma recessão, cujo resultado é a retomada de crises constantes, que se configura

⁵⁰ Salientamos que as crises são inelimináveis do modo de produção capitalista, revelando seu caráter contraditório e instável. “Assim, não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p.785, grifo do autor). Essas crises não põem em xeque a sobrevivência do modo de produção capitalista, pois afetam apenas partes do complexo em questão. Essas crises diferenciam-se da crise estrutural desencadeada a partir de 1970, que além de apresentar aspectos diferenciados e mais agressivos em relação a uma crise não estrutural, afetam a totalidade do sistema capitalista.

numa crise estrutural, pois é a: “[...] representação de um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa*, *endêmica*, mais ou menos *permanente* e *crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 697, grifo do autor).

Na sua análise sobre a crise estrutural do capital, Mészáros (2011) destaca quatro aspectos principais que compõem a novidade histórica trazida por essa crise, a saber: “*seu caráter é universal*; seu *alcance é verdadeiramente global*; sua *escala de tempo é extensa*, contínua, se preferir, *permanente*; seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*”. Disso resulta a gravidade dessa crise estrutural, pois afeta a totalidade do sistema do capital, “[...] a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2011, p.796-797, grifo do autor). Logo, colocando em xeque a própria existência desse complexo global envolvido.

Para se entender a crise estrutural é necessário perceber que ela “reside dentro e emana das três dimensões internas” do capital, a saber: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Logo, “significa simplesmente que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exige perturbações cada vez maiores”. Nessa direção, a crise estrutural “[...] não apenas tende a romper o processo normal de crescimento mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p.798-799).

Cabe ressaltar que as transformações que o capitalismo contemporâneo vem sofrendo não eliminam, mas apenas intensificam ainda mais a contradição capital-trabalho. Ao contrário de muitos teóricos que afirmam que estamos vivendo o fim da sociedade do trabalho (Habermas 1987; Offe, 1989), atualmente assistimos a sua mais completa desqualificação, aprofundando a alienação dos trabalhadores e o enfraquecimento generalizado das suas organizações. Assim:

[...] a reprodução de nossa sociedade, incorporou a crise como se ela fosse um dado natural. O resultado dificilmente poderia ser outro: aos poucos nos tornamos insensíveis às suas consequências mais cruéis, à crescente perdularidade do sistema, a destruição voraz do

planeta e ao embotamento da vida cotidiana de todos e de cada um de nós. (LESSA apud BARROS, 2009, p.75).

Mesmo a instalação de uma crise estrutural, não impede que o capitalismo continue a dominação e exploração da força de trabalho. Atualmente as estratégias para o enfrentamento dessa crise acarretam precarização das relações de trabalho, com a proliferação de atividades informais, barateando o valor da força de trabalho e um crescimento do desemprego. Ao lado disso, a ciência e a tecnologia continuam sendo usadas para desqualificar a força de trabalho e diminuir o tempo de trabalho necessário para a produção de dada mercadoria. Isso mostra que o capitalismo, em resposta à sua crise, demandou um conjunto integrado de respostas, um processo de reorganização política e ideológica. Mas, [...] “tais respostas não alteraram o perfil da onda longa recessiva: o crescimento permanece reduzido e as crises se amiudaram; entretanto, as taxas de lucro foram restauradas” (NETTO; BRAZ, 2009, p.214, grifo do autor), e especialmente sob esse aspecto a resposta alcançou resultados. A configuração dessas respostas é a reestruturação produtiva, que almejava dotar o capital de instrumentos necessários para retomada de altos padrões de expansão.

Contraopondo-se a rigidez do padrão taylorista-fordista determinado pela produção em série, começam a se propor mudanças nos processos produtivos a partir da acumulação flexível, demarcando a terceira fase do estágio imperialista do capitalismo. [...] “as mudanças em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (ANTUNES, 2002, p.50). Logo, a produção flexível/ o toyotismo apresenta-se como uma alternativa à crise estrutural do capital por responder melhor as novas exigências de acumulação. Outros fatores convergem para a implantação da nova organização do trabalho, quais sejam: a necessidade das empresas japonesas tornarem-se tão competitivas quanto as americanas para não desaparecerem e a obrigação de aplicar o fordismo no Japão. Ademais, a luta e a resistência dos trabalhadores ao modelo taylorista-fordista mostrou aos administradores das empresas a necessidade de fragmentar e dispersar a força de trabalho, ao invés de mantê-la concentrada em grandes unidades produtivas como no fordismo, que permitia os trabalhadores organizarem suas próprias lutas e reivindicações, na era toyotista esses mesmos trabalhadores poderiam usar a

própria inteligência⁵¹ para gerir o processo produtivo, como se tivessem alcançado uma autonomia. Com isso, podemos afirmar que:

⁵¹ “Foi o tema da conquista da gestão, ou pelo menos da participação na gestão, que mobilizou os trabalhadores nos movimentos autônomos das décadas de 1960 e 1970, deixando historicamente ultrapassado o tema da estatização da propriedade e atribuindo um lugar secundário à mera reivindicação salarial. Nos inúmeros casos em que a amplificação das lutas deu lugar a ocupações de fábricas e de estabelecimentos comerciais e em que os trabalhadores, em vez de se limitarem a tomar conta das instalações, fizeram-nas funcionar, muitas vezes durante períodos prolongados, os capitalistas perceberam em quem sabia usar a inteligência para lutar sabia usá-la também para gerir. Esta capacidade administrativa dos trabalhadores comuns era tanto mais notória quanto, contrariamente ao que havia sucedido na Itália após a primeira guerra mundial, os movimentos de ocupação e de autogestão efetuados um pouco por todo o mundo durante as décadas de 1960 e 1970 não só não tinham o apoio dos sindicatos como deparavam-se com a hostilidade declarada dos dirigentes sindicais” (BERNARDO, 2004, p.80).

O toyotismo - empregado aqui o termo numa acepção muito genérica - resultou desta dupla tomada de consciência por parte dos capitalistas, de que era necessário explorar a componente intelectual do trabalho e que era necessário fragmentar ou mesmo dispersar os trabalhadores. Os capitalistas conseguiram assim ultrapassar os bloqueios sociais que haviam dado origem à crise de 1974 e puderam encetar um novo período de acumulação acelerada do capital, obrigando a classe trabalhadora a lutar num terreno novo, para o qual ela está muito longe ainda de ter encontrado as formas de contestação adequadas (BERNARDO, 2004, p.80).

Esses processos de produção atual tornam possível a cooperação entre os trabalhadores, sem que os mesmos estejam aglomerados num mesmo local⁵² e mais, sem manter com parte deles uma nítida relação de compra e venda da força de trabalho, ocasionando um encurtamento do excedente do tempo de produção sobre o tempo de trabalho, diminuindo os espaços vazios “que se constituíam em *faux frais*”. Há, portanto, uma diminuição do tempo de circulação da mais-valia, “[...] como é o caso de alguns bens duráveis, que são vendidos antes mesmo de serem produzidos”. Assim, os vendedores não se transformam em trabalhadores produtivos, “[...] mas imobiliza-se menos tempo na função que realiza a mais-valia, permitindo ao movimento que as partes do capital descrevem sucessivamente realizar-se com maior velocidade” (TAVARES, 2004, p.76).

Dessa forma, as características fundamentais do toyotismo podem assim ser assinaladas, como esclarece Gounet (1999): a produção é puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo, dessa forma toda a produção é condicionada pelo consumo; ocorre o combate ao desperdício e o melhor aproveitamento do tempo através do princípio do *just in time*; a flexibilização da organização do trabalho e a polivalência do trabalhador que passará a operar várias máquinas diferentes; a instalação do sistema de *kanban* - placa de comando que avisa quando é necessário repor peças.

⁵² “Ao invés da centralização do período fordista, a descentralização produtiva responde aos propósitos da flexibilização, constituindo-se no meio adequado à exploração da força de trabalho. Assim, o capital pode dispor da força de trabalho onde ela existe em maior quantidade e está, obviamente, muito mais vulnerável, portanto, sem nenhum poder de barganha. E, para que o capital possa movimentar-se sem constrangimentos, as instituições públicas promovem os ajustes necessários, traduzidos em leis também ‘flexíveis’. Com isso, criam-se condições efetivas para se reduzir os custos variáveis da produção capitalista mediante a utilização de trabalhadores cooperados, domiciliares, ou de qualquer outra forma que atenda ao fim capitalista” (TAVARES, 2004, p.142-143).

O modelo toyotista implica flexibilidade da produção, determinando a flexibilidade nas relações de trabalho e intensa exploração do trabalho, tanto pelo aumento da quantidade de máquinas operadas pelo mesmo trabalhador, como exigindo polivalência e ritmo acelerado. “De modo que, similarmente ao fordismo [...], mas seguindo um receituário diferenciado, o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia” (ANTUNES, 2002, p. 56). Decerto:

A flexibilidade promove essa forma de cooperação que é determinante hoje, tanto na administração dos processos de trabalho, como na maquinaria, que não se constitui mais num sistema de articulação fechado, adequando-se, é óbvio, ao atual modelo de acumulação, que mantém as atividades nucleares na esfera da mais-valia relativa, enquanto as demais são externalizadas, para serem executadas, na sua maior parte, em regime de mais-valia absoluta (TAVARES, 2004, p.76).

A flexibilidade nas relações trabalhistas não decorre imediatamente do processo de reestruturação capitalista, ela é anterior a esse processo. O que se apresenta como nova é a intensificação das formas flexíveis de contratação sob as bases da legalidade. A lógica flexibilizadora e seus mecanismos para obtenção de mais sobre trabalho impulsionam uma gigante informalização do trabalho, seja produtivo ou improdutivo, cujos nexos se articulam com a acumulação do capital. Logo, partes do processo para execução de um produto podem ser realizadas fora/externas as fábricas, no chamado trabalho domiciliar. “Essa possibilidade de explorar a custos mais baixos a força de trabalho promove a reemergência do trabalho domiciliar como uma forma adequada ao padrão flexível de acumulação” (TAVARES, 2004, p.77). Muitos dos trabalhos realizados em domicílio efetivam a mesma função desempenhada na fábrica, embora com condições e relações de trabalho diferenciadas, pois traduzem uma superexploração do trabalho da mulher; na incorporação do trabalho infantil; na ampliação das jornadas de trabalho; na ausência de proteção social; no aviltamento do trabalho provocado pela figura do intermediário. Esse, por sua vez, assume funções do capital. Ou seja, é o próprio trabalhador explorando outro trabalhador. Para nós, o intermediário realiza atividades de natureza improdutivo. Vejamos o porquê:

Ele retira as peças da fábrica, faz a distribuição pelos domicílios, recolhe-as e paga-as semanalmente, encarregando-se de manter a distância necessária entre capital e trabalho. O intermediário entre a

empresa e a trabalhadora - grande parte do trabalho domiciliar é realizado por mulheres - controla o uso da matéria-prima exigindo o máximo de economia, e contribui para o aviltamento do salário de quem executa o trabalho. Como um primeiro intermediário pode repassar para um segundo, e este para um terceiro, a cada repasse o pagamento por aquela operação é reduzido. Quanto mais intermediários, menor o salário do trabalhador, pois o rendimento do intermediário é retirado do valor que a empresa paga por cada par de peças trabalhadas. Com isso, vai sendo criada uma cadeia de exploração, na qual um trabalhador vai diminuindo a remuneração do outro (TAVARES, 2004, p.177).

Essa presença dos intermediários entre o capital e o trabalho, apesar de negar o sistema salarial, não altera em nada o seu conteúdo, na medida em que o trabalhador continua subordinado às regulações do trabalho assalariado. Logo, “essa ocultação do assalariamento suscita a figura de mediadores para efetivarem a subordinação do trabalho ao capital por formas que diferem do contrato de trabalho regulamentado, cancelando obrigações fiscais e trabalhistas” (TAVARES, 2004, p.161).

As pequenas empresas, a partir da acumulação flexível, foram expandidas e atualizadas para atender as demandas do mercado e as exigências atuais da acumulação capitalista, constituindo-se um dos principais segmentos do setor informal. O trabalho executado na pequena empresa compreende tanto uma dimensão improdutiva, quando relacionado aos serviços (como limpeza, segurança) ou a dimensão produtiva quando relacionado diretamente as indústrias (têxtil, calçados, confecções). Logo, “[...] o incentivo às pequenas empresas tem como fim último deixar a cargo do trabalhador a tarefa de explorar a si e a outrem para o capital” (TAVARES, 2004, p. 186).

Além do trabalho domiciliar e das pequenas empresas, emergem como alternativa a crise, as cooperativas, cujo objetivo é explorar determinada atividade econômica em prol dos seus sócios, “além de ser o de garantir a reprodução dos trabalhadores, é criar um capital social, fruto do trabalho, mas isso nem de longe está orientado à superação do modo de produção capitalista” (TAVARES, 2004, p.155). Em essência, a cooperativa representa um mecanismo de intensificação da exploração do trabalho, pois quem dirige o trabalho da cooperativa, determinando o que é e como é produzido, e se apropria da produção e da mais-valia produzida são as empresas. Assim, “a mais-valia que se cristaliza nessa forma de produção é

apropriada por um agente econômico, cujo volume de capital acumulado o torna apto a enfrentar o mercado, numa condição privilegiada, e este, certamente, não é a cooperativa” (TAVARES, 2004, p.169). As cooperativas têm sido empregadas de modo a cumprir tanto funções produtivas como improdutivas ao capital.

Nesse sentido, a externalização do trabalho é apresentada como trabalho domiciliar, pequenas empresas, cooperativas, atribuindo-lhes características de organização livre e não como trabalho subordinado à divisão social do trabalho e a produção capitalista. O objetivo é negar a produtividade de trabalhos realizados sob a informalidade, mas diretamente vinculados à produção capitalista. Os postos de trabalho informal são requeridos pelas empresas tanto dos setores produtivos como dos improdutivos. Além disso, a produtividade expande o crescimento dos trabalhadores improdutivos, sobretudo nas diferentes redes de venda⁵³, cujo objetivo maior é imprimir mais velocidade ao processo de circulação das mercadorias.

Além disso, devido ao desenvolvimento das forças produtivas e aos avanços técnicos e científicos, ocorre no toyotismo uma intensiva incorporação destes à produção de tecnologias, reduzindo a demanda por trabalho vivo. [...] “a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos vem alterando os processos de trabalho e afetando fortemente o contingente de trabalhadores ligados à produção” (NETTO; BRAZ, 2009, p.216). A microeletrônica, por exemplo, desempenha um papel central com a finalidade de explorar a

⁵³ “No que se refere aos vendedores a jusante e a montante da indústria, observa-se que muitas mercadorias, inclusive marcas conhecidas, algumas facilmente encontráveis em qualquer grande loja de departamentos, estão se utilizando de uma força de trabalho que faz o papel do comerciante de forma mais flexível, pois em lugar de esperar que o cliente procure a mercadoria, leva-a até ele. Peças íntimas, cosméticos, perfumes, bijuterias, são algumas das mercadorias comercializadas. Há certos produtos que são vendidos unicamente pela via do trabalho informal. Defendemos que esses vendedores, embora não haja entre eles e o capitalista uma relação de compra e venda da força de trabalho, são trabalhadores improdutivos. Como podem ser trabalhadores improdutivos se não vendem força de trabalho? Aparentemente não o são. Contudo, mesmo em certos casos, em que até as informações sobre como realizar a atividade são feitas mediante catálogos, telefonemas ou *e-mails*, as pessoas envolvidas nessa atividade cumprem função semelhante à do comerciante, com responsabilidades muito maiores, pela distância que, objetiva e subjetivamente, há entre o vendedor e o capitalista comerciante.[...] Essa atividade suplementar, todavia, não encerra a discussão acerca dos vendedores, que entendemos serem trabalhadores improdutivos. Há muitas pessoas, hoje, cujo único trabalho é vender uma determinada marca. Alguns recebem treinamento e fazem parte de uma rede hierarquizada, que mediante cotas de vendas dimensiona a remuneração do vendedor. Este não é um simples revendedor. Ao contrário, há casos em que as mercadorias são vendidas antes de o vendedor tê-las à mão. Os trabalhadores que participam desse tipo de trabalho desempenham uma função significativa para o sistema, pois contribuem para que rapidamente o capital retorne novamente à produção, e assim, cumpra o seu incessante ciclo de reprodução” (TAVARES, 2004, p.161-162).

componente intelectual do trabalhador, pois a informática recolhe e guarda os resultados da inteligência prática dos trabalhadores e a automatização aplica esses resultados nas operações realizadas por máquinas e instrumentos. Os conhecimentos técnicos adquiridos pelos trabalhadores também são incorporados no processo de produção e os trabalhadores são estimulados a dar opiniões e sugestões a respeito das técnicas utilizadas na produção, ou seja, a própria administração das empresas passa a assimilar a totalidade dos conhecimentos técnicos dos trabalhadores incorporando-os aos processos de produção para aumentar a eficiência e a produtividade, o que contribui diretamente para as empresas tornarem-se mais competitivas, instaurando uma nova fase nos ciclos de desenvolvimento da mais-valia relativa.

As inovações tecnológicas e a terceirização, juntas, externalizaram muitas das atividades industriais, com o que é possível continuar utilizando, às vezes, a mesma força de trabalho como parte do trabalho coletivo, sem nenhum prejuízo para o produto final e com redução significativa dos custos variáveis. Em poucas palavras, a relação que era formal torna-se informal, significando um acréscimo nos ganhos do capital e mais perdas para o trabalho. Essa passagem origina as situações em que empregos informais estão a jusante e a montante da indústria. Na primeira situação, podemos tomar como referência trabalhos encomendados por indústrias do ramo de confecções, calçados e brinquedos, para as quais são desenvolvidas atividades de corte, costura, colagem de couro e de borracha, pintura de rostos de bonecas, e outros, a partir de material proveniente das fábricas, conformando trabalho produtivo. Na segunda, estão inúmeras formas de vendas realizadas por trabalhadores desempregados ou por subempregados, que têm nessa ocupação uma forma de complementar a sua renda, na condição de trabalhadores improdutivos (TAVARES, 2004, p.110).

Ademais, o toyotismo acentuou a divisão social da força de trabalho. Para uma parte da força de trabalho é exigida uma qualificação e uma capacidade para participar de diversas atividades, ou seja, uma força de trabalho qualificada e polivalente, geralmente estável. Ao lado desses, há os que desempenham as mesmas tarefas e possuem nível de qualificação equivalente, entretanto sem estabilidade, sendo contratados a prazo ou em tempo parcial. Paralelo a isso, há outras atividades que não exigem nenhum tipo de qualificação, podendo ser realizada por qualquer trabalhador. Logo, ocorre dentro do conjunto dos trabalhadores uma divisão entre os qualificados que, de forma geral, garantem uma

segurança no emprego e outros, que passam a trabalhar de forma precarizada⁵⁴.

Sobre tais afirmações:

De um lado existem os trabalhadores que sustentam a modalidade de mais-valia relativa inaugurada pelo toyotismo. Caracterizam-se por uma situação profissional estável e por salários bastaste elevados, mas são eles os mais explorados, porque a sua capacidade intelectual está plenamente ao serviço do capital. No outro extremo existem os trabalhadores mais mal pagos, contratados ao dia ou à hora e que alternam o trabalho com períodos de inatividade. Mas como são desprovidos de qualificação e é sobretudo força física que põem ao serviço do patrão, são os menos produtivos e por isso são os menos explorados. Entre estes dois extremos situam-se a hierarquia de qualificações e as múltiplas formas de conjugar o esforço físico e a capacidade intelectual, assim como se situam todas as variantes da precarização e as hierarquias de remunerações e de benefícios. A nova articulação entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta, iniciada pelo toyotismo, confere uma ordem a esta multiplicidade e permite dividir a força de trabalho dos nossos dias em grupos relativamente bem caracterizados (BERNARDO, 2004, p.136-137).

Outro elemento essencial que compõe o toyotismo, com relação ao controle do capital sobre o trabalho, é que para realizá-lo ao contrário das formas recorrentes do despotismo fabril presente na organização taylorista-fordista, apela-se para as ideias da participação e do envolvimento dos trabalhadores, enfatizando a comunicação e reduzindo as hierarquias com a utilização de equipas de trabalho responsáveis por organizar determinados aspectos da produção. Logo, é atribuída aos trabalhadores a função de fiscalizar o que eles próprios produzem, a qualidade do produto, dificultando a diminuição da produtividade e reforçando o discurso de que a empresa é a extensão das suas casas, da colaboração, cooperação.

O processo de reestruturação produtiva, com o advento do neoliberalismo e a acumulação flexível exige um trabalhador mais qualificado e polivalente, intensificando a exploração do trabalho manual, mas também da componente intelectual do trabalhador. **“A apropriação das atividades *intelectuais* do trabalho, que advém da**

⁵⁴ “As várias formas de precarização do emprego nos ramos tecnologicamente mais avançados introduzem uma componente de mais-valia absoluta na esfera que gera as modalidades mais evoluídas de mais-valia relativa. Aliás, como a força de trabalho precária não mantém relações duráveis com as mesmas empresas, ela não recebe a formação e o treinamento que conservam ou aumentam as qualificações da força de trabalho estável, o que condena a deteriorar as suas capacidades e portanto a conduzir para tipos de empregos piores. Em conclusão, no processo de exploração a que está sujeita essa força de trabalho, que embora precária era inicialmente qualificada, diminui a componente da mais-valia relativa e aumenta progressivamente a da mais-valia absoluta” (BERNARDO, 2004, p.131).

introdução de maquinaria automatizada e informatizada, aliada à intensificação do ritmo do processo de trabalho, configuraram um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada dos ciclos de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade” (ANTUNES, 2002, p. 56, grifo do autor). Com isso, o toyotismo demonstra que ao invés de romper com os princípios básicos do taylorismo, prolonga-os em relação à intensificação do trabalho, aplicando-os na exploração intelectual do trabalhador⁵⁵.

Apreende-se que a partir do processo de reestruturação do capital, o trabalho intelectual passa a ter um lugar central no modelo de produção, sendo um dos principais aspectos do toyotismo a exploração desse trabalho intelectual. Diante disso, “[...] quanto maior for a componente intelectual da atividade dos trabalhadores e quanto mais se desenvolver intelectualmente a força de trabalho tanto mais consideráveis serão as possibilidades de lucro para os capitalistas” afirma Bernardo (2004, p.107).

Nesse preciso sentido, qualificar⁵⁶ o trabalhador é torná-lo capaz de realizar mais tarefas requeridas pela tecnologia capitalista. Esta capacidade do trabalhador implica existência e combinação de componentes intelectuais e musculares, ambos combinados de formas distintas nas fases do capitalismo e nos diferentes tipos de processo de trabalho. Em suas fases iniciais, a qualificação do trabalhador relacionava-se diretamente à capacidade de realizar tarefas que exigiam demasiado esforço físico e habilidade manual. Concomitante, ao aperfeiçoamento muscular e manual, foram desenvolvidas qualificações destinadas aos componentes intelectuais e por isso mesmo, no toyotismo, não é uma característica dominante a desqualificação dos trabalhadores.

⁵⁵ É nos Estados Unidos onde se gerou o taylorismo e o fordismo que os capitalistas acederam a consciência da necessidade de explorar o componente intelectual do trabalho, destaca Bernardo (2004).

⁵⁶ “Também o lazer do trabalhador se modifica, pois seu tempo livre é cada vez mais utilizado em atividades que visam incrementar seus atributos qualificacionais e/ou reconstituí-los. Não só proliferam as academias de ginástica onde se busca exercitar o físico cada vez menos solicitado nos locais de trabalho, mas também enquadrá-lo dentro de um modelo estético padronizado, já que a aparência física é cada vez mais importante, especialmente para aquelas atividades relacionadas com o atendimento do público. Ao mesmo tempo, à medida que a classe trabalhadora apresenta qualificações mais complexas, a indústria do entretenimento sofisticada-se e hoje é comum a organização de grandes concertos de massa com pretensões eruditas que visam exatamente aos segmentos mais qualificados da classe trabalhadora” (BRUNO, 1996, p.96).

Atualmente, no contexto da reestruturação produtiva, em especial nos setores mais dinâmicos da economia, a componente intelectual passa a ser mais diretamente explorada, entretanto ressaltamos que o trabalho manual não desaparece nem tampouco deixou de ser explorado. Esse deslocamento é o elemento central do processo de reestruturação do capital, “encontrando viabilidade técnico-operacional na chamada Tecnologia de Informação (microeletrônica, informática e outras técnicas afins), que tem a virtude de possibilitar processos de trabalho mais integrados e flexíveis, e nas formas mais sistêmicas de organização do trabalho [...]” (BRUNO, 1996, p. 92).

Assim, é preciso explicitar os principais fatores impulsionadores desse deslocamento. O primeiro deles foi o desenvolvimento das lutas sociais, no contexto dos anos 1960-1970⁵⁷, quando o movimento dos trabalhadores, mostrando sua capacidade organizativa conduziu suas próprias lutas, dispensando as burocracias sindicais e partidárias. O segundo diz respeito ao aumento e concentração de pesquisas, inovações técnicas e científicas que permitiram a exploração de atividades mais complexas. Outro fator foi o aumento das qualificações genéricas demonstrada pelas sucessivas gerações de trabalhadores, favorecendo a adoção pelas empresas de tecnologias mais complexas.

Com o deslocamento da exploração do componente manual para o intelectual, mudam também as formas de disciplina e de controle da força de trabalho. Sendo o cérebro do trabalhador, ou seja, sua capacidade de raciocínio e sua estrutura psíquica, o elemento a ser explorado no processo de trabalho as técnicas de controle e disciplina convencionais que incidiam primordialmente sobre o corpo do trabalhador está sendo substituídas pelas técnicas gerenciais participativas. Tais técnicas apresentam grande carga simbólica que tem dupla função: a de se constituir em canais formais de apropriação da capacidade de raciocínio dos trabalhadores e a de controlar e disciplinar sua estrutura psíquica, já que responsabilidade, envolvimento, interesse pelo trabalho e capacidade de inovar são, hoje, importantes fatores da produção (BRUNO, 1996, p.96).

Todas essas modificações incidem diretamente na própria composição da classe trabalhadora, consubstanciando numa própria reestruturação interna, através da adoção de novos regimes de trabalho, novas formas de contratação, implicando

⁵⁷ Em todo mundo, nessas décadas, desenvolveu-se um grande movimento que contestava e se opunha a disciplina imposta nas empresas e que se processou fora das instituições reivindicativas.

trabalho precário, subcontratação, baixos salários e desemprego. A ameaça real ao desemprego aliada às novas formas de organização do trabalho que pressupõem qualificações mais complexas e intensidade do trabalho e a novas formas de controle que refletem na exploração do componente intelectual do trabalhador são decisivas para a sua aceitação a essas formas de exploração. Apenas [...] submetendo a um controle permanente tanto a formação intelectual da força de trabalho como a atividade intelectual dos trabalhadores é que se torna possível desenvolver a componente intelectual do trabalho e apelar para que os trabalhadores participem na gestão [...] (Bernardo, 2004, p.107).

As transformações, seja sob o aspecto econômico, social ou político, foram implementadas pelo capital com o intuito de reverter a queda da taxa de lucro e simultaneamente incrementar e inovar as formas de exploração da força de trabalho. Sem dúvida, são os trabalhadores que sofrem as consequências dessas mudanças, com a emergência das formas de trabalho precários, sem garantias de proteção social e baixos salários. A precarização⁵⁸ do trabalho é a expressão mais significativa da ofensiva do capital sobre o trabalho. A ideologia dominante passa a defender as formas precárias de emprego e o emprego em tempo parcial (que ou não garantem ou garantem apenas minimamente os direitos sociais) sob a retórica de que a flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho ampliam e expandem as oportunidades e o mercado de trabalho. Constata-se, com isso, que ao longo da sua história o capital exige modificações nas suas condições de acumulação visando e impulsionando lucros. A precarização do trabalho e a informalidade, que garante a flexibilidade que o capital busca, atingem tanto os trabalhadores produtivos como os improdutivos e ambas possuem nexos imprescindíveis para a acumulação do capital.

Com o processo de reestruturação produtiva, o mercado de trabalho no capitalismo contemporâneo é formado de um lado por um pequeno grupo de trabalhadores qualificados, polivalentes que dispõe dos direitos sociais e outros, que submetidos a processos de terceirização, com baixos salários, reduzida qualificação

⁵⁸ Segundo Tavares (2004, p.94), “[...] esse impulso capitalista de precarização do trabalho atinge diretamente as atividades secundárias que, sem nenhum prejuízo para o produto final, podem ser executadas por pequenas empresas subcontratadas, por cooperativas, e por trabalho domiciliar. As atividades centrais, mais qualificadas, e também mais produtivas, ainda permanecem, em muitos países, amparadas pela lei e cercadas de benefícios indiretos que a empresa oferece”.

e pouco ou nenhum acesso aos direitos sociais. Não obstante, o desemprego é transformado em fenômeno permanente, pois a quantidade de trabalhadores é maior do que as necessidades imediatas de valorização do capital, ocasionando sua desvalorização e a questão social ganha contornos ainda maiores e mais graves.

A precarização e a “informalidade” das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo) e ao final do século XX, ao cabo de vinte anos de ofensiva do capital, a massa trabalhadora não padece apenas nas periferias- também nos países centrais a lei geral da acumulação capitalista mostra o seu efeito implacável [...] (NETTO; BRAZ, 2009, p. 220-221).

Nesse sentido, o capitalismo contemporâneo tem como eixo central a destruição das regulamentações que envolvem o trabalho, com a supressão dos direitos sociais de alguns trabalhadores e em nome da flexibilização, o fim das garantias ao trabalho. A estratégia do capital é romper com toda e qualquer barreira sociopolítica que represente um entrave aos seus movimentos de expansão e acumulação. Para conferir legitimidade a essas estratégias, o capital requer um conjunto ideológico, nomeado de neoliberalismo, que justifique essas ações. Precisamente, uma ideologia que legitima o rompimento com as restrições sociopolíticas que frei a liberdade do capitalismo. Por isso, o Estado intervencionista é o primeiro alvo do neoliberalismo, que passa a defender a ideia que o Estado precisa ser reformado. Desse modo:

[...] pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido de ampliar direitos; *a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco **processo de contra-reforma(s)**, destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais* (NETTO; BRAZ, 2009, p.227).

A diminuição da intervenção estatal limita-se as funções que respondem a satisfação de direitos sociais, pois a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção do Estado, logo o grande capital monopolista continua demandando tal intervenção seja no campo da pesquisa e da investigação, nos mercados consumidores, na obtenção de incentivos fiscais. Além das desregulamentações e da flexibilização, o Estado entregou ao grande capital complexos industriais inteiros e serviços de primeira importância, para a exploração lucrativa, num intenso processo de privatização.

Identifica-se, portanto, que a partir da reestruturação produtiva, alicerçada sobre os processos de acumulação flexível são exigidos de um lado trabalhadores polivalentes, qualificados e participativos, do outro lado, trabalhadores sem nenhuma

qualificação, impulsionando uma divisão dentro da própria classe trabalhadora. Nesse cenário, o capital empenha-se em quebrar a consciência da classe trabalhadora, tornando-o trabalhador vigilante do seu próprio trabalho, aumentando a exploração. Além disso, mais do que a ameaça constante do desemprego, o que caracteriza atualmente parte da classe trabalhadora é a precarização do assalariamento e a consequente fragmentação da força de trabalho.

Como vimos, a componente intelectual do trabalho passou a ser mais diretamente explorada pelo capital, possibilitada principalmente pela introdução das inovações tecnológicas nos processos produtivos, reduzindo o trabalho vivo e o trabalho manual. Por isso, nesse contexto, surgem ou redimensionam-se profissões que auxiliam na reprodução do capital, reordenando a função controle e expandindo o trabalho improdutivo.

Nessa direção, “[...] quanto mais nos aproximamos dos estágios mais desenvolvidos do ‘capitalismo avançado’, mais pronunciada é a mudança na direção dos constituintes não produtivos e parasitários”. Pela posição privilegiada que ocupam na “*estrutura de comando do capital*”, seja “como ‘capitães de indústria’ ou como guardiões políticos do Estado burguês” podem se elevar ao “*status* de ‘criadores da riqueza’” e se apropriar de uma porção do produto social para a qual não contribuem com nenhuma substância (MÉSZÁROS, 2011, p.616, grifo do autor).

Os constituintes não produtivos e parasitários, nesse sentido:

[...] pertencem àqueles “falsos custos e despesas inúteis da produção” que são, apesar de tudo, absolutamente vitais para a sobrevivência do sistema: uma determinação contraditória da qual ele não pode se livrar. [...] Como resultado, o funcionamento dos constituintes genuinamente produtivos se torna cada vez mais dependente da manutenção e do crescimento posterior dos setores *parasitários* – dos quais um número crescente de pessoas depende para seu sustento, enquanto outros dependem destes na qualidade de consumidores dos seus produtos –, desse modo aumentando paradoxalmente as contradições do complexo global [...] (MÉSZÁROS, 2011, p.618, grifo do autor).

Assim, a própria exploração da componente intelectual do trabalho, ao determinar, por exemplo, o crescimento do ramo da informática, determinou a

expansão dos serviços⁵⁹, composto por atividades improdutivas, influenciado também pela complexificação da divisão do trabalho e pelas necessidades impostas pelo processo de acumulação do capital.

Nessa perspectiva, o que se concebe como a moderna organização do trabalho consubstancia um sofisticado arranjo entre os dois pólos da relação-capital, mediante formas que dissimulam a exploração, e que são indicativas da generalização do trabalho informal. A disseminação da pequena empresa, da cooperativa, do trabalho domiciliar e de outras práticas utilizadas pela terceirização, além de, objetivamente, maximizar a exploração, ainda cumpre a função ideológica de alterar a realidade em prol das políticas que respondem aos interesses dominantes (TAVARES, 2004, p.116).

A expansão e hipertrofia do setor de serviços (ou terciário) é uma característica que aparece primeiramente na fase dos “anos dourados” do capitalismo, mas ganha novos relevos e destaque na contemporaneidade. Essa hipertrofia é um dos fenômenos mais típicos do capitalismo monopolista e expressa um traço próprio do modo de produção capitalista: “a tendência a *mercantilizar* todas as atividades humanas, submetendo-as à lógica do capital- com efeito, mediante os ‘serviços’, tomam caráter de mercadoria o trato de educação, da saúde, da cultura, do lazer e os cuidados pessoais (a enfermos, idosos, etc.)” (NETTO; BRAZ, 2009, p.202). Esse setor que abarca trabalhos improdutivos é composto por inúmeras atividades, desde financeiras, publicitárias, a turísticas e de lazer, onde se encontram trabalhadores muito diferenciados entre si (tanto com nível universitário, como alguns sem nenhuma qualificação). Conforme Netto e Braz (2009, p. 201-202):

ademais de atividades socialmente úteis, como as referidas à educação e à saúde – muitas das quais fomentadas pelas políticas sociais - nesse setor se inscrevem negócios e organizações claramente parasitários, alguns limítrofes até da ilicitude, e que operam como mecanismo de “desova” ou “queima” do fabuloso excedente produzido no estágio imperialista.

Essa fase atual do desenvolvimento capitalista se caracteriza pelo alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, em que ocorre uma crescente divisão do

⁵⁹ “Ora, no período de 1978 a 1985, segundo os cálculos de Lester Thurow, o número de operários despedidos atingiu 1,9 milhões, enquanto a produção industrial aumentou 18%, e ao mesmo tempo o número de trabalhadores dos serviços aumentou 10 milhões. Esta dupla tendência significa, segundo outros cálculos, que entre 1979 e 1989 o emprego no setor fabril caiu consoante uma média anual de 0,4% e o emprego no setor de serviços subiu anualmente a uma média de 3,2%” (BERNARDO, 2004, p.103).

trabalho, com a diferenciação cada vez menor das atividades, ou seja, inúmeros profissionais no setor de serviços ampliam o contingente de trabalhadores que servem para manter a regularidade do sistema do capital. O trabalho improdutivo passa a englobar um maior leque de serviços, abarcando mais assalariados do que o trabalho produtivo, ao contrário do início do modo de produção capitalista, em que o trabalho nas fábricas, o trabalho produtivo, se sobrepunha ao improdutivo. Além de sujeitar-se à opressão e às más condições de trabalho que caracterizavam somente os trabalhadores produtivos, os assalariados do setor improdutivo compartilham agora de condições semelhantes à dos exércitos de trabalho organizados na produção. Uma parcela cada vez mais crescente de força de trabalho utilizada pelo capitalismo realiza trabalhos improdutivos ou mesmo parasitários.

Nesse mesmo sentido:

[...] é o *parasitismo* que se instaura na vida social em razão do desenvolvimento do monopólio. Trata-se de um parasitismo que deve ser tomado por dois ângulos. Por um, ao engendrar a oligarquia financeira e ao divorciar a propriedade da gestão dos grupos monopolistas, o capitalismo monopolista traz à tona a natureza parasitária da burguesia; por outro lado, e só parcialmente em relação à “queima” de excedente acima mencionada, a monopolização dá corpo a uma generalizada burocratização da vida social, multiplicando ao extremo não só as atividades improdutivas *stricto sensu*, mas todo um largo espectro de operações que, no “setor terciário”, tão somente vinculam-se a formas de conservação e/ou de legitimação do próprio monopólio (NETTO, 2011, p.21-22, grifo do autor).

É justamente sobre a expansão do setor de serviços, composto por atividades improdutivas, a partir da reestruturação do capital e o debate em torno da funcionalidade do trabalho improdutivo na esfera dos serviços que dedicaremos o último capítulo da nossa dissertação.

4 TRABALHO IMPRODUTIVO E O SETOR SERVIÇOS NA DINÂMICA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PÓS ANOS 1980

A partir do processo de reestruturação capitalista, com o modelo de acumulação flexível, intensifica-se o processo de exploração do trabalhador. A crise estrutural do capital revela-se uma crise do trabalho, com novas e velhas formas de precarização, exploração e degradação do trabalho. Nesse capítulo, nosso objetivo inicial é apreender como o setor serviços, principalmente no contexto contemporâneo, é incorporado à dinâmica capitalista e como se expressa o trabalho improdutivo nesse setor.

Em seguida, evidenciaremos que a expansão dos serviços e dos trabalhadores improdutivos é um dos argumentos utilizados por alguns autores para afirmar a necessidade de reformulações nas categorias marxistas relacionadas ao trabalho. Dessa forma, Antunes (2002) adota a expressão classe-que-vive-do-trabalho para garantir validade teórica e acompanhar as mudanças que as classes sociais sofreram especialmente nas últimas décadas. Já Braverman (1981) afirma que a necessidade do trabalho improdutivo posta pelo capital e as condições de trabalho compartilhadas com os trabalhadores produtivos, os tornaram uma “massa indiferenciada”, sendo irrelevante a anterior distinção entre ambos. Divergindo dessas afirmações, buscaremos no próprio Marx, argumentos contrários às essas postulações.

Por último, demonstraremos os próprios limites estruturais do trabalho improdutivo e sua positividade à reprodução do capital, cujo crescimento e expansão está vinculado ao trabalho produtivo e responde a determinações do desenvolvimento do capitalismo, principalmente no que se refere a função controle. Explicitaremos que o trabalhador improdutivo é um trabalhador porque é explorado pelo capital e precisa vender sua força de trabalho para sobreviver. Assim, quanto menor seu salário maior os lucros para o capitalista que os emprega.

4.1 Diversidade das expressões do trabalho improdutivo no setor serviços

Durante o século XX evidenciou-se um processo de incorporação das atividades de serviços à forma capitalista de produção, demonstrando a expansão e diversificação desse setor. Isso reflete a dinâmica da atual recomposição do capital

que define novas características ao trabalho nos setores industrial, financeiro, comercial e de serviços. Decerto, os serviços ampliam sua participação na dinâmica da acumulação capitalista com o processo de reestruturação produtiva e globalização da economia.

A rigor, a esfera dos serviços passa a se constituir em uma fronteira móvel, passível de redefinições em função das necessidades do processo de acumulação do capital, que modificam as relações entre os diversos capitais, entre as esferas da produção, distribuição e circulação e os requerimentos e mecanismos necessários à reprodução da força de trabalho (COSTA, 2000, p. 98).

É com a emergência de novas atividades no setor de serviços, que se verifica a relação entre os serviços tradicionais com as novas formas de produção material, demonstrando a complexidade dessas relações. Exige-se, portanto, problematizar e qualificar as atividades realizadas no setor de serviços tanto no que se refere ao processo de valorização do capital como das formas contemporâneas de subordinação do trabalho ao capital. Nesse sentido, além do crescimento dos serviços que estão diretamente ligados ao processo produtivo, a incorporação pelo capital de parte das necessidades de reprodução da força de trabalho determinou a expansão da mercantilização de serviços sociais, indispensáveis ao processo de reprodução da força de trabalho e do capital, pois exercem a função de controle político, social e ideológico de parte da classe trabalhadora.

Conforme exposto no primeiro capítulo, para Marx, os serviços representam um valor de uso particular do trabalho, ele considera apenas seu valor útil, numa relação entre o produtor e o consumidor. Essa explicação, realizada quando os serviços correspondiam apenas aos serviços pessoais, é de extrema atualidade, visto que a maioria dos serviços, destacando os voltados para a reprodução material da força de trabalho, como os da saúde e educação, conserva a característica de atender uma necessidade. Sendo assim, podemos afirmar que mesmo os serviços se expandindo e se diversificando, seu caráter de atividade que realiza um valor de uso é mantido na organização capitalista de produção.

O setor terciário corresponde ao chamado setor de serviços e Oliveira destaca (1979) que para compreender seu papel na divisão social do trabalho, principalmente a partir do capitalismo contemporâneo na sua fase monopolista, é

preciso apreendê-lo enquanto esfera particular da circulação do capital. Essa divisão do trabalho é marcada por novas condições de acumulação do capital, por mudanças nas esferas da produção, circulação e consumo e pelo crescimento do trabalho improdutivo que compõe em grande medida o setor de serviços. Destaca-se, portanto, que o setor terciário é composto das atividades relacionadas à circulação, à distribuição e ao consumo, cuja atuação e funcionalidade conectam-se diretamente à esfera produtiva. Sobre isso:

[...] o Terciário é o setor dos serviços, uma classe de produção incorpórea, é que nele se concentram todas as atividades *não-produtivas strictu-sensu*; isto não quer dizer que boa parte dos serviços não seja produtivo [...]. Com isso se quer dizer que o Terciário engloba as atividades que estão nas esferas da circulação, da distribuição e do consumo. Esse simples reconhecimento põe de pé também outra questão: o Terciário *não* é simplesmente aquilo que não cabe nos outros setores, [...]; ele pode ser entendido se se entender a circulação, a distribuição e o consumo, e as relações que, por via dessas funções, guarda e estabelece com os setores ditos produtivos *strictu-sensu*, primário e secundário (OLIVEIRA, 1979, p.144-145, grifo do autor).

Indispensável ao desenvolvimento e acumulação capitalista e impulsionado pela consolidação da industrialização que alterou a divisão social do trabalho, provocando um processo de urbanização, a expansão dos serviços e a utilização de força de trabalho neles “responde a uma necessidade do processo de acumulação nesta etapa: a de não competir com os fundos de acumulação destinados à atividade principal, contribuindo para afastar o espectro da queda tendencial da taxa de lucro” (OLIVEIRA, 1979, p. 147). Nesse sentido:

Do ponto de vista das relações com o Terciário, a industrialização exigirá fortes contingentes de mão-de-obra, que ela sugará do Primário, que, mantidas intocadas as velhas estruturas agrárias, continuará produzindo excedentes populacionais *strictu-sensu* (do ponto de vista das necessidades do latifúndio), e as empregará seja como força de trabalho industrial, seja como força de trabalho na expansão horizontal do Terciário, cuja absoluta necessidade outra vez entra em conflito com a primazia da necessidade de capitalizar a indústria: assiste-se, então, ao que se chamou, até muito recentemente, à “explosão demográfica”, em países cujas economias, pelas antigas características de subordinação colonial, já eram – contradição assaz complexa – muito urbanos: por sobre o antigo Terciário destinado a sustentar as funções de circulação e distribuição dos bens exportadores, cria-se agora um Terciário cuja função é sustentar a expressão urbana dos processos de industrialização (OLIVEIRA, 1979, p.148, grifo do autor).

A expansão dos serviços na esfera da circulação pode ser percebida através do inchaço nos chamados serviços de interdição financeira, “que compreendem os bancos, as companhias financeiras, as de seguro, enfim, todo o aparato de *circulação* do capital”. Já devido aos movimentos imanentes de concentração e centralização do capital verifica-se a redução no número de agentes e em contrapartida “se amplia o controle do chamado capital financeiro sobre o conjunto da economia, o que responde pela ampliação dos serviços que cuidam exatamente do controle do capital financeiro”. Sob a ótica da distribuição e circulação de mercadorias evidencia-se a funcionalidade dos serviços para a expansão do capital “quando se assiste à substituição da cissiparidade dos pequenos estabelecimentos pela concentração nos supermercados, lojas de departamentos etc”. (OLIVEIRA, 1979, p.145-146, grifo do autor).

Ademais, outro fenômeno advindo da expansão dos serviços é a urbanização. Como as indústrias, os serviços são atividades que geralmente estão localizadas e concentradas em espaços urbanos. Essa urbanização é necessária e decorrente do processo de industrialização, que ao mesmo tempo também impulsionou o surgimento de um enorme “complexo de serviços”. Decerto, “[...] o gigantismo urbano, que se manifesta sob a forma de ‘megalópolis’ que se multiplicam tanto nos países industrializados como nos não-desenvolvidos, é de certo modo fruto da ‘terceirização’ da economia e da sociedade” (SINGER, 1979, p.129). Desse modo:

Suprimir do urbano os serviços equivale quase a suprimir o urbano, como se o urbano não fosse a soma das determinações emanadas dos setores produtivos que, espacialmente, representa, na verdade, o *locus* por excelência de uma divisão social do trabalho, que expropriou os proprietários, separou trabalhadores dos meios de produção, produziu um mercado de força de trabalho, e, nessa progressão, expandiu a divisão social do trabalho nas esferas da circulação, distribuição e consumo (OLIVEIRA, 1979, p.147, grifo do autor).

Além disso, por ser um sistema de dominação conforme já demonstrado, o capitalismo requer funções e profissões nos serviços que realizem funções de controle social sobre os trabalhadores. Dessa forma, “[...] quando as relações técnicas e o chamado avanço tecnológico apontam no sentido da eliminação de funções, ocupações e profissões assiste-se à persistência delas, cumprindo papéis de controle social sobre os trabalhadores da base técnica e produtiva propriamente

dita” (OLIVEIRA, 1979, p. 142). Nesse sentido, a expansão do terciário ocorreu especialmente devido a ampliação crescente dos chamados serviços de controle⁶⁰. Atualmente, os centros metropolitanos são compostos por um conjunto de serviços de controle desde atividades políticas (executivas, legislativas, judiciais), financeiras, sindicais, de informática, fiscais, até as religiosas. Há também outros serviços de controle que se ampliaram na medida em que o capital se concentra e centraliza-se formando os grandes monopólios. São, por exemplos, “os serviços de compras, vendas, ‘marketing’, finanças, contabilidade etc. É provável que todo o pessoal administrativo e de vendas das indústrias e das explorações agrícolas e extrativas exerçam, na maior parte de seu tempo, funções de controle” (SINGER, 1979, p.135).

Ao lado desses serviços, emergem e se organizam outros serviços, cuja função principal é o atendimento de parte das necessidades da população, como cinemas, centros de cultura, escolas e hospitais. Decerto:

[...] não é difícil provar que grande parte dos serviços de saúde (sobretudo mas não exclusivamente na área da chamada saúde mental) exerce de fato funções de controle social. Da mesma forma, a escola, ao mesmo tempo que transmite conhecimento e cria aptidões, atendendo necessidades dos alunos, transmite valores e plasma atitudes que correspondem a uma espécie de controle antecipado de comportamentos considerados inconvenientes para a ordem social constituída. No caso destes dois serviços (e há outros) as funções de satisfação de necessidades de consumo e de controle são aspectos apenas analiticamente distintos de uma mesma atividade. Os serviços escolares e de saúde só têm eficácia enquanto manipuladores e/ou repressores de contradições sociais na medida em que a população os procura para satisfação de suas necessidades (SINGER, 1979, p.134-135).

⁶⁰ De acordo com Singer (1979, p.132), “um dos fatores que mais contribuíram para a expansão dos serviços foi a ampliação do público que eles atendem. Há algumas gerações, os bancos, as companhias de seguro, as escolas de nível superior ou a medicina universitária serviam apenas à fração mais rica da população. Os demais recorriam a agiotas e a curandeiros. A elevação da renda monetária de uma parcela ponderável da população fez com que a demanda por estes serviços se expandisse marcadamente, o mesmo se dando com o volume de mão-de-obra por eles absorvida. Entretanto é importante ressaltar que “apesar de profissionalizados e manejados por especialistas devidamente habilitados, nem sempre os serviços de controle são capazes de cumprir adequadamente seu papel, ou seja, de controlar e menos ainda de resolver as contradições que justificam a sua existência. Este *fracasso* implica na *expansão* dos referidos serviços. Os efetivos policiais crescem no mesmo ritmo que a criminalidade. A difusão do uso de tóxicos multiplica os centros de reabilitação. O aumento da incidência de doenças mentais e crônico-degenerativas acarreta a expansão dos serviços de saúde [...]” (SINGER, 1979, p.133).

Assim, esses serviços de controle decorrem em grande medida da forma como a sociedade capitalista contemporânea trata das suas contradições sociais, pois:

Antigamente eram as classes dominantes que tinham a incumbência de manipular contradições, mediante o exercício do poder, do comando militar, da magistratura e do sacerdócio. Mas estas atividades estavam acima e fora da divisão social do trabalho. No capitalismo monopolista a tendência é profissionalizar estas atividades – criam-se aparelhos burocráticos e organizações econômicas que prestam serviços de controle. E, na medida em que na sociedade capitalista moderna as contradições não são meramente resolvidas ou suprimidas, mas basicamente manipuladas e “absorvidas”, é natural que o seu controle requeira atividades remuneradas que, em sua aparência, se confundem com o resto da atividade econômica e passam a ocupar uma parcela crescente da população ativa (SINGER, 1979, p.135).

A ampliação dos serviços, incluindo os serviços sociais justifica-se pela necessidade do capital controlar e amenizar os conflitos sociais, as refrações da questão social decorrentes das próprias contradições do capitalismo e garantir em certa medida a reprodução da força de trabalho. A função de controle político, social e econômico da classe trabalhadora evidencia a natureza improdutiva dessas atividades, pois não geram mais-valia, mas atuam no sentido de garantir o funcionamento adequado do capitalismo. Algumas dessas atividades são realizadas por profissionais especializados e habilitados, a exemplo dos assistentes sociais⁶¹.

⁶¹ Iamamoto (1991) destaca que entender o significado dos serviços sociais mantidos pelo Estado ou pelas instituições privadas é uma condição para se apreender o significado da atividade profissional do assistente social, do ponto de vista da reprodução das condições de sobrevivência da classe trabalhadora. E ressalta: “isto porque a atuação profissional é, geralmente, mediatizada pelos serviços sociais prestados através de aparatos institucionais aos quais se vincula o profissional por meio de um contrato de trabalho, enquanto um dos participantes de implementação de políticas sociais e do planejamento e execução de atividades por elas previstas. Assim, as reflexões efetuadas a partir dos serviços sociais são extensivas à profissão, à medida que aqueles constituem a retaguarda de recursos ou suporte material para o exercício profissional” (idem, p. 99). Com isso, podemos afirmar que a profissão interfere na criação de condições que favorecem a reprodução da força de trabalho por intermédio dos serviços sociais, respondendo a necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora. Pois, no exercício de suas atividades o assistente social realiza planejamento, operacionalização e viabilização dos serviços sociais programados pelo Estado (em sua maioria) para a população alvo. No mesmo processo, a profissão é um dos mecanismos que garantem legitimidade ao exercício do poder da classe dominante, que reproduz e reforça as contradições próprias da ordem burguesa, ou seja, a exploração de uma classe pela outra. É por isso, uma “atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante junto à classe trabalhadora” (IAMAMOTO, 1991, p. 94, grifo da autora). De outro modo, Costa (2000, p.104) explica que o Serviço Social atua como profissão no controle social dos trabalhadores e na difusão da ideologia dominante. Apreende o Serviço Social como posição teleológica secundária e não como trabalho, visto que a finalidade principal dos complexos sociais

Os serviços sociais são destinados àquela parte da população que necessita desses serviços para auxiliar na sua sobrevivência. Os serviços sociais, em sua essência, representam parte do produto criado pelos próprios trabalhadores, expropriados pelo Estado e pela classe dominante. Assim, consubstanciam “*uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade (e em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) sob a forma transmutada de serviços sociais*” (IAMAMOTO, 1991, p.92, grifo da autora). A rigor, os serviços sociais são uma devolução, a parte da classe que produz a riqueza, de uma pequena parcela do produto que a mesma cria e que não se apropria, mas que são repassados sob a forma de benefícios sociais pelo Estado. Por outro lado, os serviços sociais são reflexos de conquistas da classe trabalhadora, pois suprem algumas das suas necessidades básicas que garantem sua sobrevivência. Dessa forma, tais serviços tornam-se instrumento político para revigorar o poder do Estado e da classe burguesa na sociedade capitalista. Nesse sentido:

Torna-se um meio de não só manter a força de trabalho em condições de ser explorada produtivamente, evitando alterações substanciais na política salarial que afetam a lucratividade dos empresários, como, e principalmente, um instrumento de controlar e prevenir possíveis insubordinações dos trabalhadores que escapem ao domínio do capital. (IAMAMOTO, 1991, p.93-94).

Os serviços sociais participam do processo de acumulação e reprodução do capital quando são mercantilizados, guiados pela lógica do neoliberalismo, a exemplo da saúde, que se tornou um grande mercado explorado pelo capital e expandiu os planos de saúde, com a sua privatização. E mais, os serviços sociais ao auxiliar a reprodução de uma parte da classe trabalhadora que não está inserida no mercado de trabalho, qual seja o exército industrial de reserva⁶², garante e permite aos capitalistas uma abundância e permanente oferta de força de trabalho com

que fazem parte das posições teleológicas secundárias “é agir sobre a consciência dos homens, consciência entendida no sentido concreto, como aquela que regula as ações práticas do indivíduo na vida cotidiana”.

⁶² Marx (1985, p.200) afirma: “Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional”.

custo rebaixado. Na vida dos trabalhadores empregados, os serviços exercem a função de complementar as suas rendas auxiliando na satisfação das necessidades básicas de reprodução. Já para os que compõem o exército industrial de reserva, esses serviços são imprescindíveis para a sua própria sobrevivência, pois não possuem outra forma de obter renda. Com isso:

[...] os serviços sociais têm para os *capitalistas um caráter complementar* à reprodução da força de trabalho a menor custo, para os *trabalhadores assalariados tais serviços são também complementares na sua reprodução física, intelectual e espiritual e de sua família*, já que a base de sua sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho (IAMAMOTO, 1991, p.103, grifo da autora).

Do exposto acima se apreende que o setor terciário ou de serviços se transformou na atualidade um importante setor de investimentos para o capital, tanto no que se refere aos serviços que mais diretamente exercem funções de controle de parte da classe trabalhadora como os serviços mais vinculados e articulados com a indústria, que impulsionam em larga medida a acumulação do capital. Dessa forma, a determinação do trabalho produtivo e do improdutivo no setor de serviços também pressupõe necessariamente o assalariamento dos trabalhadores. Isto porque a produção capitalista sobrevive da exploração do trabalho assalariado, no entanto essa condição em nada dilui as diferenças essenciais e concretas entre o trabalho produtivo e o improdutivo. O trabalho produtivo, na relação entre comprador e vendedor da força de trabalho, representa sempre um meio de acrescentar, expandir o capital. O improdutivo, por sua vez, constitui-se daqueles trabalhadores que a força de trabalho é trocada por renda ou daqueles trabalhadores que quando trocadas por capital não criam mais-valia, implicando “custos” para o capital produtivo. Logo, verificam-se duas formas principais de assalariamento do prestador de serviço. Uma forma, é a compra da força de trabalho para uso direto de seu empregador. Na outra, a força de trabalho é comprada, geralmente pelo empresário capitalista, com o intuito de deslocar seu valor de uso para uma terceira pessoa. Na situação em que a força de trabalho é trocada por renda, a finalidade é o valor de uso por ela produzido, assim a mercadoria força de trabalho é comprada por dinheiro como meio de troca, não como capital. Tomemos o exemplo do alfaiate⁶³ do Marx: se ele é contratado por um capitalista para produzir uma calça que será consumida individualmente, é trabalho improdutivo. O trabalho do alfaiate, portanto, será trocado por renda ou por dinheiro como meio de troca. Mas se esse mesmo alfaiate produz a calça na fábrica do capitalista, a atividade passa a ser produtiva na medida em que é trocada por capital e gera mais-valia para o capitalista. O valor

⁶³ O alfaiate, como os exemplos clássicos da cantora e do mestre-escola, demonstra que um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo.

pago pela força de trabalho não foi consumido, mas será realizado quando a mercadoria for vendida, junto com o excedente que o valor criou.

Outra situação em que é preciso considerar as diferentes relações sociais é o trabalho de um operário cuja característica seja peculiar a de um serviço e o trabalho de um empregado doméstico, pois a atividade realizada pelo operário é produtora de mais-valia, enquanto a do empregado doméstico não. Nessa direção, “o operário presta um duplo serviço – primeiro ao ceder a seu patrão o valor de uso de sua força de trabalho e, segundo, ao valorizar o capital, sendo este último o principal “serviço” do ponto de vista do empresário capitalista” (NOGUEIRA, *mimeo*, p. 7). A produção do valor é a atividade específica e essencial que o capitalista precisa e espera obter da força de trabalho.

Ao obter um serviço, não se está comprando propriamente força de trabalho, mas um produto que é, por conseguinte seu efeito útil. Dessa forma, o serviço não é distinto das outras mercadorias compradas como valores de uso e consumidas individualmente. Mas, como já afirmamos, se a mesma atividade é consumida pelo capitalista com o objetivo de extrair mais-valor, a atividade consubstancia trabalho produtivo. Na esfera dos serviços, o trabalho improdutivo se expressa através dos funcionários públicos (do Estado), cuja força de trabalho é paga com renda, mediante os impostos, provenientes seja das deduções de renda individual ou dos rendimentos do capital. Logo, o trabalho demandado pelos diferentes serviços efetivados pelo Estado são improdutivos. Sobre isso, afirma Marx (1969, p.113-114, grifo do autor):

Se, por exemplo, todos os impostos *indiretos* se transformarem em *diretos*, nem por isso deixarão de ser pagos, porém já não constituirão um adiantamento do capital mas um *dispêndio do rendimento*. A possibilidade desta transmutação formal mostra claramente a sua exterioridade, a sua indiferença e a sua acidentalidade em relação ao processo capitalista de produção. Se, pelo contrário, mudasse a forma do trabalho produtivo deixariam de existir o rendimento do capital e o próprio capital.

Outras atividades improdutivas são aquelas que diretamente participam do ciclo de reprodução, mas implicam custos para o capital, na medida em que são trocadas por capital variável, pagas com mais-valia gerada e extraída do processo produtivo. Essas atividades são as que estão fora do trabalho coletivo da esfera da

produção (conforme apontamos nos capítulos anteriores) como o trabalho do supervisor e da contabilidade, exercendo a função controle no processo produtivo. Mesmo imprescindíveis ao processo de produção capitalista, pois garantem ao capital completar o seu ciclo de reprodução, não produzem mais-valia, mas a força de trabalho empregada precisa ter seu valor repostado, representando, portanto, custos para o capital.

É preciso ainda explicar o trabalho improdutivo na esfera da circulação do capital, que Marx (1983) nomeia de “custos da circulação”. Os trabalhos improdutivos nessa esfera restringem-se as atividades de circulação pura ou de valor, que derivam somente da mudança de uma forma para outra (forma-mercadoria para a forma-dinheiro), mas não produzem valor. Desse modo, a atividade de circulação do capital consiste no comércio ou na operação de troca (da compra e da venda). A função do trabalho do comércio, necessário à realização do capital, ao seu ciclo de reprodução, é de transmutar a forma do valor para realizá-lo. Ou seja, é preciso a conversão contínua do valor de uma forma a outra, da própria mercadoria em dinheiro e do dinheiro em meios de produção, num movimento incessante e garantidor da reprodução e expansão do capital, mas que em si mesmo não agrega valor. A circulação do capital ou o tempo de circulação do capital compõe uma parte fundamental de seu tempo de reprodução, “assim também o tempo durante o qual o capitalista compra e vende, ainda pelo mercado, é uma parte necessária de seu tempo funcional como capitalista, isto é, como capital personificado. Constitui uma parte do tempo que dedica aos negócios” (MARX, 1983, p. 95).

Para o capitalista, detentor de força de trabalho que realiza atividades para ele, a compra e venda são funções essenciais, pois ao se apropriar em escala crescente os produtos de muitos trabalhadores necessita vendê-los na mesma proporção para em seguida investir o dinheiro em meios, elementos de produção. Para Marx (1983), esse tempo de compra e venda não cria valor. Vejamos a situação do comerciante mais de perto.

Um comerciante (aqui como mero agente da transmutação formal das mercadorias, visto como um mero comprador e vendedor) pode encurtar, mediante suas operações, o tempo de compra e de venda de muitos produtores. Ele deve ser considerado então como uma máquina que diminui o dispêndio inútil de energia ou que ajuda a liberar tempo de produção. Para simplificar a coisa [...], vamos

admitir que esse agente de compra e venda seja um homem que vende seu trabalho. Ele despense sua força de trabalho e seu tempo de trabalho nessas operações $M - D$ e $D - M$. Vive disso, como, por exemplo, outro de fiar ou fazer pílulas. Executa uma função necessária, pois o próprio processo de reprodução implica funções improdutivoas. Trabalha tão bem quanto outro, mas o conteúdo de seu trabalho não gera valor nem produto. Ele mesmo pertence aos faux frais da produção. Sua utilidade não consiste em transformar uma função improdutivoa em produtiva, ou trabalho improdutivo em produtivo. [...] Sua utilidade consiste muito mais em que uma parte menor da força de trabalho e do tempo de trabalho da sociedade seja imobilizada nessa função improdutivoa.

Assim, seja o produtor capitalista de mercadorias apenas um agente de circulação, que se distingue do produtor direto de mercadorias apenas pelo fato de vender e comprar em escala maior ou quando este mesmo produtor capitalista contrata agentes de circulação como assalariados não há mudança no conteúdo da atividade, ou seja, ambas, em qualquer circunstância representam custo de circulação que não agrega mais-valor. Tanto tempo de trabalho como força de trabalho são despendidos no processo de circulação para a realização da transformação de forma. Como parte do capital variável é investida na compra dessas forças de trabalho que não geram produto e nem valor, isso representa gasto adicional de capital.

Marx (1983) vai destacar, que além das atividades diretamente comerciais, outras como a contabilidade⁶⁴ que tem por objetivo à transmutação formal do valor, não agregam nem aumentam valor. Na função da contabilidade tem se gasto tanto para comprar a força de trabalho que executa a atividade como com os meios de trabalho (caneta, tinta, papel). Entretanto, é uma função especialmente requerida para a produção capitalista na medida em que efetiva uma racionalização e um controle do processo produtivo. Sobre isso, Marx (1983, p. 98) afirma que:

⁶⁴ “Há, no entanto, certa diferença entre os custos derivados da contabilidade, respectivamente do gasto improdutivo de tempo de trabalho, e os custos derivados do mero tempo gasto em compra e venda. Os últimos se originam apenas da forma social determinada do processo de produção, do fato de ser processo de produção de mercadorias. A contabilidade como controle e síntese ideal do processo torna-se tanto mais necessária quanto mais o processo transcorre em escala social e perde seu caráter puramente individual; é portanto, mais necessária na produção capitalista do que na produção dispersa do empreendimento artesão e camponês, mais necessária na produção comunitária do que na capitalista. Mas os custos da contabilidade se reduzem com a concentração da produção e quanto mais se transforma em contabilidade social” (MARX, 1983, p.99).

Como unidade dentro de seus ciclos, como valor em processo, seja dentro da esfera da produção, seja dentro das duas fases da esfera da circulação, o capital só existe idealmente na figura da moeda de conta, inicialmente na cabeça do produtor de mercadorias, respectivamente, do produtor capitalista de mercadorias. Por meio da contabilidade, que também compreende a determinação de preços ou o cálculo dos preços das mercadorias (cálculo de preço), esse movimento é fixado e controlado. O movimento da produção, e sobretudo o da valorização – em que as mercadorias só figuram como portadoras de valor, como nomes de coisas, cuja existência ideal de valor está fixada em moeda de conta -, recebe assim uma imagem simbólica na representação. Enquanto o produtor individual de mercadorias apenas contabiliza em sua cabeça [...] ou só contabiliza de modo acessório, fora de seu tempo de produção, seus gastos, receitas, prazos de pagamento etc., é evidente que essa sua função e os meios de trabalho que ele por acaso gasta nela, como papel etc., representam um gasto adicional de tempo de trabalho e meios de trabalho, gasto que é necessário, mas que constitui uma dedução tanto do tempo que ele pode gastar produtivamente, como dos meios de trabalho que funcionam no processo real de produção e que entram na formação do produto e do valor.

Nessa direção, Marx (1983) esclarece que não é preciso entrar em todos os detalhes dos custos de circulação (embalagem, classificação), mas basta esclarecer que se trata do caráter geral dos custos de circulação que se originam na transmutação formal. Ou seja, ao representar custos para o capital e não adicionar valor está explicitada, portanto, a natureza improdutiva desses serviços.

*A lei geral é que todos os custos de circulação que só se originam da transformação formal da mercadoria não lhe agregam valor. São apenas custos para a realização do valor ou para sua conversão de uma forma em outra. O capital despendido nesses custos (inclusive o trabalho por ele comandado) pertence aos *faux frais* da produção capitalista. (MARX, 1983, p.108).*

A expansão do setor de serviços, especialmente no contexto da reestruturação capitalista, responde a uma determinação do desenvolvimento do capital. Além de representar um setor de investimentos, atua de forma articulada a produção industrial, proporcionando a acumulação capitalista. Ademais, os serviços em sua maioria exercem funções de controle sobre parte da classe trabalhadora, como os serviços realizados pelo Estado e por serem comprados pela ação ou efeito dos seus valores de uso (aqueles geralmente trocados por renda), não adicionam valor ao capital, ocasionando custos. São essas características que permitem a afirmação da improdutividade desses trabalhos na esfera dos serviços. Assim, nem o assalariamento desses trabalhadores dos serviços nem o caráter necessário

dessa atividade para o capital interferem na caracterização e determinação do trabalho como produtivo ou improdutivo e tão pouco cancela a distinção ontológica entre eles. Entretanto, essas afirmações não são consensuais entre autores contemporâneos, como veremos a seguir.

4.2 Debate na produção acadêmica sobre trabalho improdutivo – atualidade do pensamento marxiano

É consenso na literatura crítica na área do trabalho que as transformações mais recentes nas relações de trabalho a partir da crise estrutural dos anos 1970 que atinge a sociedade capitalista tem provocado um intenso processo de exploração dos trabalhadores, que ampliam as formas de terceirização, a precarização das condições de trabalho e a expansão do setor de serviços. Os impactos da reestruturação produtiva e o do neoliberalismo afetam, desse modo, as relações de trabalho e suas formas de organização e dotam o capital de maior controle sobre a força de trabalho.

A crise estrutural do capital possui determinações complexas, mas, as respostas encontradas procuram enfrentá-la nas suas dimensões apenas fenomênicas, não modificando nenhuma das bases sobre as quais o capitalismo se sustenta. Tratou-se tão somente “[...] de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio *taylorismo e fordismo*, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se (...) de *novos e velhos mecanismos de acumulação*” (ANTUNES, 2002, p.36, grifo do autor). Garantindo sua hegemonia e conservando-se nos limites da ordem burguesa, o capital entrou num processo de reestruturação do seu ciclo reprodutivo, cuja máxima flexibilidade do modelo flexível (toyotista) tornou-se a forma ideal de organização produtiva, alternativo ao padrão rígido do fordismo, como já demonstrado anteriormente.

As mudanças nas relações de trabalho afetam diretamente a classe trabalhadora que, ao longo das últimas décadas, vem sofrendo profundas transformações, como a própria diminuição dos trabalhadores no espaço fabril e industrial, e a conseqüente ampliação dos assalariados no setor de serviços e com isso, portanto, é posto em cena o debate acerca do trabalho intelectual envolvendo

aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos. Há autores⁶⁵ que asseveram que com a introdução de novas tecnologias (microeletrônica e informática), o trabalho fragmentado, parcializado, brutalizado daria lugar a um trabalho mais especializado, garantindo ao trabalhador um maior controle sobre o processo produtivo. Nessa direção, a fusão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual seria possível pelo incremento dessas novas tecnologias. Entretanto, as mudanças nas relações de produção respondem a um objetivo do capital: recuperar o padrão de desenvolvimento e aumentar o controle sobre a força de trabalho para garantir maior extração do trabalho excedente através da inovação tecnológica e das novas formas de gestão do trabalho.

Em relação à alegação dos autores de que a reestruturação produtiva é a causa das mudanças nas relações de produção, e por consequência das transformações das e nas classes sociais, Lessa (2011, p. 59) argumenta que:

Quase todos farão referência ao fato de que, nas novas condições, o trabalhador adentrará a empresa também com sua alma, além de sua força de trabalho; que as novas tecnologias e estratégias gerenciais exigirão que o trabalhador tome iniciativas e interfira no processo de trabalho. Não bastam mais as suas forças de trabalho no sentido mais estrito do termo, é agora preciso que estejam convictos da identidade de interesses e de propósitos entre eles e a empresa. Os CCQs da vida, em suas mais variadas versões, estão entre as grandes novidades do período quando se trata da gerência da mão de obra.

No debate contemporâneo, destacamos dentre os autores investigados a respeito do objeto de estudo Ricardo Antunes (2002). O autor dá prioridade a dimensão técnica para analisar as transformações mais recentes, afirmando que as novas tecnologias teriam alterado a essência das classes sociais. E “para conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora”, Antunes (2002, p.101) adota a expressão “classe-que-vive-do-trabalho”⁶⁶. Essa designação utilizada dá sentido a forma de ser atual da classe trabalhadora. Na sua abordagem, o autor deixa claro que se contrapõe a ideia de que a reestruturação produtiva, através do incremento das novas tecnologias, possibilitou maior qualificação e

⁶⁵ Alguns deles são: Piore e Sabel, 1984 e Adam Shaff, 1985.

⁶⁶ É preciso mencionar que o autor “[...] tem sido importante na divulgação das teses contrárias ao fim do emprego, do trabalho e das classes sociais” (LESSA, 2011, p.81).

participação do trabalhador. No entanto, explica que as alterações nas relações de classe sob os impactos da reestruturação produtiva exigem uma apreensão mais ampla que aquela dada por Marx no que se refere à distinção entre proletariado e assalariados, por isso adota a expressão “classe-que-vive-do-trabalho”. Nessa direção, afirma:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de um salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado do Mc Donalds, os trabalhadores hifenizados [...]* os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas [...]* os trabalhadores *assalariados* da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural* (ANTUNES, 2002, p.103-104, grifo do autor).

Assim, a noção ampliada da classe trabalhadora abarca todos os assalariados que vendem sua força de trabalho em troca de um salário para sobreviver, “[...] tendo como núcleo *central* os trabalhadores *produtivos* (no sentido dado por Marx, especialmente no *Capítulo VI, Inédito*)” (ANTUNES, 2002, p.102, grifo do autor). O trabalho produtivo, que produz mais-valia e participa do processo de valorização, ocupa o papel central dentro da classe trabalhadora, tendo no proletariado industrial (trabalhador produtivo) o seu núcleo principal. Segundo o autor, o trabalho produtivo para Marx engloba o proletariado, não se restringe ao trabalho manual, tendo nele apenas seu núcleo central, englobando outras formas de trabalho produtivo, mas não manuais. Além dos trabalhadores produtivos, a “classe-que-vive-do-trabalho” abrange os trabalhadores improdutivos, cujo trabalho é consumido como valor de uso. Um grande número de assalariados compõe o trabalho improdutivo, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio e os que realizam atividades nas fábricas, mas não produzem valor. Suas formas de trabalho são utilizadas como serviço, “seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como

elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia” (ANTUNES, 2002, p.102).

Sobre os assalariados nos serviços, Antunes (2002) os nomeia de o novo “proletariado de serviço”, composto em sua maioria por trabalhadores precarizados e terceirizados. Afirma ainda que a subordinação desse setor a racionalidade burguesa e as modificações sofridas com o processo de reestruturação produtiva, como “o caso da intensa diminuição do trabalho bancário ou da monumental privatização dos serviços públicos” gerou uma “imbricação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços” e, conseqüentemente do assalariamento dos trabalhadores nesse setor a lógica e racionalidade do mundo produtivo, “gerando uma *interpenetração recíproca* entre eles, entre *trabalho produtivo e improdutivo*” (ANTUNES, 2002, p.111-112, grifo do autor). Para o autor a noção ampliada da classe trabalhadora expressa, na atualidade, a crescente imbricação entre o trabalho produtivo e o improdutivo na contemporaneidade. Isto porque a classe trabalhadora congrega essas duas dimensões do trabalho sob o capitalismo. Entretanto, há os que estão excluídos, naturalmente, da classe trabalhadora:

[...] *os gestores do capital, seus altos funcionários*, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. *Exclui* também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural *proprietária* (ANTUNES, 2002, p.104, grifo do autor).

Nos seus estudos, ao se contrapor a análise de Antunes e explicar as contradições de suas colocações, Lessa (2011, p.293) argumenta que “Antunes define, como improdutivo, os serviços, como produtivo, o proletariado, e afirma a existência de um ‘proletariado de serviços’ além de ser forçado ao pantanoso terreno de distinguir entre os assalariados que são trabalhadores e aqueles que não o seriam pelo valor do contracheque [...]”, quando, por exemplo, argumenta que os que recebem altos rendimentos estariam fora da “classe-que-vive-do-trabalho”.

A primeira dificuldade apontada por Lessa para a nova chave analítica proposta por Antunes é a carência de fundamento na afirmação do proletariado industrial como núcleo central da “classe-que-vive-do-trabalho”. Se esse argumento

é sustentado pelo fato do proletariado industrial produzir diretamente mais-valia e participar diretamente do processo de valorização do capital, um contrassenso está posto. Pois essa característica o proletariado industrial compartilha com todo e qualquer trabalhador produtivo. “Por isso, a tese de que o ‘proletariado industrial’ seria o ‘núcleo central’ da classe-que-vive-do-trabalho não pode ser justificada pelo fato de ser produtor de mais-valia e a afirmação termina sendo apenas uma manifestação da convicção pessoal do autor” (LESSA, 2011, p.87).

A afirmação da existência de um proletariado de serviços no interior da “classe-que-vive-do-trabalho” é uma segunda inconsistência apresentada por Lessa (2011). Antunes define o proletariado como núcleo dos trabalhadores produtivos e os trabalhadores dos serviços como trabalho improdutivo, “como seria concebível definir o proletariado como ‘núcleo central’ dos trabalhadores produtivos e, concomitantemente, afirmar-se a existência de um ‘proletariado de serviços’, sendo os serviços definidos como trabalho improdutivo?” (LESSA, 2011, p.88). Se o trabalho proletário é produtivo e os serviços improdutivos, essa definição proposta por Antunes de um proletariado de serviços é uma contradição. A expansão dos assalariados nos serviços responde tão somente a uma necessidade da reprodução e acumulação do capital. Conforme mencionamos, os funcionários públicos do Estado exercem uma função de controle sobre uma fração da classe trabalhadora. Já os serviços que auxiliam na circulação do capital, imprimem mais velocidade ao ciclo de reprodução do capital, impulsionando a expansão do capital. Esses trabalhadores, apesar de venderem sua força de trabalho em troca de um salário, como o proletariado, não realizam trabalho manual, tampouco transformam a natureza em meios de produção e subsistência e a maioria não produz mais-valia. Compõem, dessa forma, o trabalho intelectual oposto, inimigo ao trabalho manual como afirmou Marx.

Uma terceira inconsistência, apontada por Lessa, reside na afirmação que os gestores do capital, os funcionários, os executivos que recebem altos salários não fazem parte da classe trabalhadora. Lessa (2011, p.89) indaga, portanto, “como os salários apenas podem se diferenciar quantitativamente, teríamos que estabelecer qual o limite que, uma vez alcançado, faria com que um centavo a mais fizesse de quem o recebe um não-assalariado e, um centavo a menos, um membro da classe-

que-vive-do-trabalho”. E logo responde, seria uma tarefa impossível, pois, há recebedores de salários menores e que são personificações do capital, como a hierarquia nas fábricas, da construção civil e dos *agrobusiness*.

A nosso ver, tanto os funcionários que recebem altos salários quanto os que atuam como personificações do capital, a exemplo dos supervisores nas indústrias e fábricas, fazem parte da classe trabalhadora, mas não do proletariado. Assim, não é o salário o critério ontológico que define e distingue as classes sociais, mas a função social que exercem. Dentro da classe trabalhadora, somente o proletariado, aquela classe revolucionária por excelência, composto por trabalhadores manuais, vive somente do que ela mesma produz. É mediante a extração de sua mais-valia que são pagos os salários do restante dos assalariados.

Em relação à afirmação de Antunes da imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo, Lessa (2011) explica que o fato do proletariado exercer atualmente além das tarefas de produção, tarefas de supervisão, vigilância, inspeção é uma necessidade imposta pelo capitalista, para cortar custos e ampliar a extração da mais-valia. Isto não significa que haja “incorporação”- ou “imbricação”- do trabalho improdutivo ao produtivo. “O fato de um operário ser obrigado a cumprir tarefas produtivas e improdutivas não as faz idênticas, nem muito menos significa que uma incorpore a outra. Significa apenas que o trabalhador está sendo mais intensamente explorado” (LESSA, 2011, p. 82). Decerto, o capital, especialmente no contexto contemporâneo, aperfeiçoa e complexifica as estratégias de extração da mais-valia, seja pela via da terceirização/precarização do trabalho, seja colocando novas roupagens em velhos conhecidos como o trabalho domiciliar. Nesse sentido, para atingir seu fim específico, *faz-se necessário mudar as condições de acumulação, o que torna o campo do trabalho produtivo e improdutivo uma zona cada vez mais sombria* (TAVARES, 2004 p. 89, grifo nosso).

Reafirmamos: a definição do trabalho produtivo e improdutivo relaciona-se com a produção ou não da mais-valia, e isso resulta na função social que esses trabalhadores assalariados exercem. Dessa forma, há os trabalhadores de fábricas e indústrias que transformam a natureza por meio de uma atividade manual e aqueles que inseridos no setor de serviços podem produzir mais-valia. Basta recordar os

exemplos usados ao longo do nosso texto: o mestre-escola, a cantora e o alfaiate, baseado em Marx. Outro grupo são os que no interior das fábricas e indústrias exercem as atividades de controle, supervisão dos trabalhadores manuais. Esses trabalhadores – engenheiros, administradores, supervisores- compõem o despotismo do capital sobre o trabalho, funcionando como personificação do capital sobre o trabalho, apesar de serem trabalhadores assalariados. Nesse grupo, ainda estão incluídos os trabalhadores dos serviços que não produzem mais-valia, como os empregados domésticos, cujo trabalho é trocado por renda, os funcionários do Estado, além dos trabalhadores do comércio. Esses trabalhadores compartilham da condição de assalariamento, entretanto são radicalmente diferentes na sua função social: não produzem mais-valia, não adicionam valor ao capital, representando custos para o capital.

A partir do capitalismo monopolista, esses trabalhadores improdutivos tornaram-se uma massa mais numerosa e heterogênea dos que os trabalhadores produtivos. Isso se deve especialmente pela ampliação do setor terciário ou de serviços, composto em grande medida por trabalhos improdutivos. É justamente dessa expansão, que surgem afirmações da imbricação do trabalho produtivo e do improdutivo como a de Antunes (2002) ou mesmo a existência de um suposto “proletariado dos serviços”. Nessa mesma direção, Braverman (1981) defende o argumento de que por serem necessários e funcionais à reprodução do capital (tal qual o trabalho produtivo), não haveria mais distinção (ou não teria mais relevância a distinção) entre o trabalho produtivo e o improdutivo.

Braverman (1981) destaca inicialmente que somente a partir do capitalismo monopolista, com a criação de mercado mundial e a transformação de toda atividade humana em mercadoria, os serviços se expandiram de forma significativa e tornaram-se interessantes para os capitalistas, “quando ele começou a pagar pessoas para efetuar serviços como atividade lucrativa, como parte de seu negócio, como forma de produção no modo capitalista” (BRAVERMAN, 1981, p.306). Só, atualmente, uma parcela dos serviços se constituiu uma parte “produtiva” ou *lucrativa* em decorrência dos processos de reestruturação do capital, quando os serviços passam a participar da dinâmica da acumulação capitalista. Mesmo assim,

os serviços consubstancia-se em atividades de natureza improdutivo, como àquelas ligadas a circulação do capital.

No capitalismo monopolista, entendemos que a expansão dos serviços improdutivos responde a uma determinação do capital, seja na esfera da circulação, consumo ou distribuição. E não apenas na esfera dos serviços, pois os trabalhadores improdutivos dentro das indústrias e das fábricas trabalham para o capital, personificando-o e agem como os dirigentes da indústria. Entre esses, encontram-se os chefes de engenharia que planejam e projetam o processo de produção, realizando um trabalho de cunho intelectual. Pela função social de controle da população trabalhadora e por não participarem diretamente do processo produtivo, essas atividades compõem o trabalho improdutivo, o que em hipótese alguma modifica a situação de exploração (pela venda da força de trabalho) que se encontram. Sobre isso, Braverman afirma (1981, p. 353) que:

As funções improdutivas, tendo evoluído de ocupações especiais e privilegiadas intimamente associadas com o capital nas divisões da atividade empresarial ou mesmo nas “indústrias” capitalistas distintas e completas em si mesmas, produziram agora seus exércitos de assalariados cujas condições são em geral semelhantes às daqueles exércitos de trabalho organizado na produção.

Para o autor, a expansão das atividades improdutivas e conseqüentemente dos trabalhadores improdutivos os equipararam em grau de exploração aos trabalhadores produtivos. Pois mesmo sendo assalariados, os trabalhadores improdutivos “eram de fato sócios na exploração dos trabalhadores produtivos [...] (BRAVERMAN, 1981, p.353). Mediante esses argumentos, e ressaltando que na contemporaneidade o trabalho improdutivo é tão necessário e imprescindível quanto o produtivo para a expansão e acumulação do capital, que o autor descaracteriza a distinção entre ambos, alegando que:

[...] as enormes quantidades de trabalho socialmente inútil que entram nesta circulação, estão nas mentes dos modernos ideólogos do capital misturadas com os processos gerais do trabalho, assim como estão misturadas nas mentes dos administradores. Todos os processos de trabalho são considerados igualmente úteis – inclusive aqueles que produzem, concretizam ou desviam o excedente. As formas de trabalho produtivo e improdutivo estão confundidas, nas firmas individuais e na Economia como um todo, em igual nível. *E a organização do trabalho nos aspectos improdutivos da atividade empresarial segue as diretrizes lançadas no setor produtivo; o*

trabalho de ambos os setores torna-se, cada vez mais, uma massa indiferenciada (BRAVERMAN, 1981, p.352, grifo nosso).

Reafirmando tal posicionamento, o autor demonstra que o aumento dos serviços e em especial dos assalariados do comércio, os quais nomeiam de “proletariado comercial”, os fez semelhantes aos trabalhadores produtivos, pois [...] “quando eram poucos, diferiam dos produtivos e tendo se tornado muitos passaram a ser semelhantes aos produtivos” (BRAVERMAN, 1981, p.357). Nessa direção:

Os poucos assalariados no comércio, que intrigavam Marx como um cientista consciencioso tornaram-se uma vasta e complicada estrutura de ocupações características do trabalho improdutivo no capitalismo moderno. Mas ao assim se transformar eles perderam muitas das últimas características que os distinguiam dos trabalhadores da produção. [...] Embora o trabalho produtivo e o improdutivo sejam tecnicamente distintos, embora o produtivo tenha tendido a decrescer na razão do aumento da sua produtividade, enquanto o improdutivo tenha aumentado *apenas como consequência do aumento dos excedentes jorrados pelo trabalho produtivo* – a despeito dessas distinções, as duas massas de trabalho não estão absolutamente em flagrante contraste e não precisam ser contrapostas uma à outra. Elas constituem uma massa contínua de emprego que, atualmente e diferentemente da situação nos dias de Marx, têm tudo em comum (BRAVERMAN, 1981, p.357, grifo do autor).

Nas suas afirmações, Braverman (1981) cancela a distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo. Essa distinção não se radica no fato de serem necessários e funcionais ao capital, pois ambos o são, como já vimos, mas sim nas distintas funções sociais que exercem: o primeiro produz mais-valia, o segundo não (Marx, 1983). Nem tampouco na condição de exploração e opressão em que se encontram, haja vista que tanto trabalhadores produtivos como improdutivos vendem sua força de trabalho para sobreviver. Além da função social que os distingue, o trabalhador improdutivo tem seu salário pago mediante a exploração do trabalhador produtivo, por intermédio da mais-valia que esse produz, mas isso não os torna capitalistas. Apesar da ampliação dos trabalhadores improdutivos, o capitalismo tem sua razão de ser na produção da mais-valia, dessa forma, é preciso explicitar que “o trabalho produtivo continua sendo central, mas subordinado aos seus imperativos cresce o circuito dos improdutivos” (TAVARES, 2004, p. 86). Logo:

O trabalho produtivo, produtor de mais-valia, é, sem dúvida, o segmento interno fundamental e nuclear da reprodução do capital. Assim, o simples obscurecimento do processo que extrai mais-valia

não altera em nada a essência da relação. Graças à terceirização, já vimos, muitos assalariados diretos são transformados em prestadores de serviços, trabalhadores autônomos ou pequenos empresários, o que pode lhes dar a ilusão de ter mudado de classe, especialmente quando a sua atividade cria algum posto de trabalho, com o que o indivíduo passa de empregado a empregador. Contudo, tal qual um assalariado, o produto de seu trabalho é enlaçado pela lógica do capital e está sempre em oposição à sua capacidade viva do trabalho (TAVARES, 2004, p.105).

Nessa lógica, a generalização do trabalho improdutivo pela transmutação de empregos em serviços ou pela própria necessidade do capital torna-se uma simples tentativa de negar a mais-valia. Essa generalização apenas ressalta a sua necessária coexistência com o trabalho produtivo. Sendo o trabalho produtivo nuclear e central para a produção do capital, negá-lo significaria a negação do próprio sistema. Além disso, o aumento dos trabalhadores improdutivos implica maior exploração do trabalho produtivo, pois os trabalhadores improdutivos subsistem da redistribuição dos rendimentos criados pelo trabalho produtivo. Decerto, o processo de reprodução do capital requer ambos os trabalhos - produtivo e improdutivo -, cada um cumprindo sua função particular, num processo contínuo e ininterrupto, “porque a mais-valia gerada na produção precisa ser rapidamente transformada em dinheiro para novamente retornar à produção. Visto por essa ótica, produtivo e improdutivo compõem uma unidade” (TAVARES, 2004, p.107). Disso resulta, que o aumento da produtividade do capital torna a improdutividade necessária e mais funcional, apesar desta representar de imediatos custos e consumo, considerando as mediações existentes, a mais-valia produzida.

No último item deste trabalho, damos continuidade a exposição discutindo os limites do trabalho improdutivo e sua importância para a reprodução do capital.

4.3 Limites estruturais do trabalho improdutivo e sua positividade à reprodução do capital

Como explicitado, a produção capitalista é especialmente produção de mais-valia. Sob essa lógica, não é a produção de valores de uso que interessa, mas os lucros que essa produção pode originar. Para a reprodução do capital, apenas o valor de uso da mercadoria não é o suficiente, por isso a necessidade de produzir valor de troca. Isso “[...] significa que uma mercadoria pode variar de um extremo a

outro, isto é, desde ter seu valor de uso realizado, num extremo da escala, até jamais ser usada, no outro extremo, sem por isso deixar de ter, para o capital, a sua utilidade expansionista e reprodutiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.17). Além disso, no capitalismo contemporâneo há um “[...] aprofundamento da separação entre, de um lado, a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades e, de outro, as necessidades de autorreprodução” (MÉSZÁROS, 2011, p.18).

São por essas condições próprias do capitalismo, que o trabalho concreto, produtor de valor de uso é subsumido ao trabalho abstrato, cuja finalidade imediata é a produção de mais-valia. Enquanto o trabalho concreto objetiva a transformação da natureza em objetos necessários à reprodução da sociedade, o trabalho abstrato visa a formação de valores de troca, a reprodução do capital. Essa reprodução do capital requer, necessariamente, a existência de um trabalhador produtivo de mais-valia e de um trabalhador improdutivo de mais-valia.

Cabe destacar que se a finalidade basilar da produção capitalista é a mais-valia, o trabalho improdutivo tem sua expansão e função social determinada pelo trabalho produtivo, núcleo central e essencial para a produção do capital. Portanto, o trabalho improdutivo possui um intrínseco limite quanto a sua participação na formação do valor, pois esse trabalho em nada acrescenta a produção do valor, bem ao contrário, na maioria das situações representa custos a produção. Entretanto, a produção capitalista não pode prescindir ao trabalho improdutivo. Vejamos o porquê.

Como a produção capitalista não tem como objetivo atender às reais necessidades do produtor ou do conjunto da sociedade, mas aos interesses particulares dos que possuem meios de produção, é preciso que haja o controle sobre os trabalhadores manuais. Esse controle é realizado pelo trabalhador intelectual/ improdutivo. Conforme destacado ao longo do nosso texto, esses trabalhadores representam a personificação/dominação do capital sobre o trabalho.

Esses trabalhadores improdutivos são aqueles que dentro das fábricas, indústrias exercem as atividades relacionadas ao controle e vigilância dos outros trabalhadores, são os engenheiros, os executivos, os administradores, ou seja, aqueles que planejam, concebem o que será produzido e exercem de forma despótica o domínio do capital sobre o trabalho, ainda que mascarado pela gestão

participativa do trabalho, implementada com a adoção da produção flexível (no contexto contemporâneo). É inegável a presença dos trabalhadores improdutivos no âmbito da produção. Esses trabalhadores improdutivos encarregados das funções de vigilância, supervisão e controle dos operários impõem cotidianamente na produção o domínio, a hierarquia do capital sobre o trabalho.

Além desses, Marx (1988) destaca a atividade do trabalhador do comércio. Primeiramente, esse trabalhador comercial é definido como trabalhador pela não propriedade dos meios de produção. Sua força de trabalho é empregada na realização da mais-valia gerada no processo produtivo. A atividade desses trabalhadores improdutivos na esfera da circulação não produz diretamente valor, mas permite valorização através da apropriação do lucro. Vejamos a análise da função social do trabalhador improdutivo comercial:

O trabalhador comercial não produz diretamente mais-valia. Mas o preço de seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho, portanto por seus custos de produção, enquanto o exército dessa força de trabalho enquanto tensão, dispêndio de força e desgaste, como no caso de qualquer outro trabalhador assalariado, não é de modo algum limitado pelo valor de sua força de trabalho. Seu salário não guarda portanto nenhuma relação necessária com a massa do lucro que ele ajuda o capitalista a realizar. O que custa ao capitalista e o que lhe rende são grandezas diferentes. Rende-lhe não por produzir diretamente mais-valia, mas ao ajudá-lo a diminuir os custos de realização de mais-valia, à medida que ele executa trabalho em parte não pago (MARX, 1988, p. 214).

As atividades comerciais compõem o processo de reprodução do capital e existem somente ao lado do trabalho produtivo. Assim fica explícito que entre o trabalho produtivo e o improdutivo se estabelece uma coexistência necessária, ou seja, “[...] duas formas que se complementam, a primeira na esfera da produção, e a segunda na esfera da circulação”. Juntas, descrevem o processo de reprodução do capital, num movimento que precisa ser permanente e contínuo. Apenas a produção de mais-valia não seria suficiente para o capital, por isso é necessário sua realização no mercado. “A fórmula geral Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (D-M-D’), que garante a valorização do capital, é um movimento que deve ser incessantemente renovado. Quanto maior for a velocidade do processo, maior a produtividade do capital [...]” (TAVARES, 2004, p. 99).

É o desenvolvimento do capitalismo que torna mais lucrativo ao industrial ceder a venda de seus produtos aos comerciantes do que ele próprio vendê-los. Como a mercadoria é vendida pelo seu valor, o comércio apenas se encarregara da sua venda se uma parte de mais-valia produzida na indústria for a ele transferido. “Para tanto, o comerciante compra do industrial por oito unidades uma mercadoria cujo valor é, digamos, 10 unidades. Ao vendê-la, em seguida, por 10, se apropria de duas unidades que correspondem à mais-valia expropriada do trabalho proletário pelo industrial e transferida ao comerciante” (LESSA, 2009, p. 451). Isso ocorre também com o pagamento de juros aos bancos. Esses trabalhadores, portanto, não produzem mais-valia e por isso são trabalhadores improdutivos.

Para demonstrar a expansão das atividades improdutivas e parasitárias e sua funcionalidade no capitalismo avançado, Mészáros (2011) toma como exemplo uma padaria hipotética utilizada por Baran. Tal padaria é composta por oitenta trabalhadores produtivos e vinte não produtivos. Os trabalhadores improdutivos são assim empregados:

cinco são comissionados para mudar continuamente a fôrma dos pães; a um homem é dada a tarefa de misturar à farinha uma substância química que acelera a perecibilidade do pão; quatro homens são contratados para fazer novas embalagens para o pão; cinco homens são empregados para compor propagandas para o pão e distribuí-las para mídia disponível; um homem é designado para vigiar com cuidado as atividades de outras padarias; dois homens devem se manter em dia com os desenvolvimentos legais da área antitruste; e finalmente a dois homens é dada a responsabilidade das relações públicas da corporação à qual pertence a padaria (BARAN apud MÉSZÁROS, 2011, p. 616).

Como a produção sob o capitalismo não está voltada para satisfazer as necessidades humanas, a ampliação dessas atividades improdutivas evidencia que, nessas condições, a utilidade está igualada à antinecessidade. “Ao mesmo tempo, os constituintes improdutivos e parasitários do sistema podem atuar sem controle, na ausência de todo e qualquer padrão objetivo para avaliar a contribuição ou não contribuição de tais constituintes à produção da riqueza social” (MÉSZÁROS, 2011, p.616). Dessa forma, continuando com o exemplo, esses trabalhadores improdutivos empregados na padaria em nada contribuem para a produção da riqueza material, mas se apropriam de parte importante do produto social criado por outros trabalhadores. Além disso, o funcionamento das constituintes produtivas torna-se

ainda mais dependente do crescimento dos setores parasitários, pois estes exercem atividades que auxiliam a produção.

Afora os trabalhadores comerciais e os trabalhadores improdutivos utilizados no exemplo da padaria, temos os funcionários públicos, também trabalhadores improdutivos, empregados no Estado (que é sempre um instrumento de dominação da classe proprietária sobre a classe trabalhadora). Esses funcionários públicos exercem atividades de controle político, social e ideológico sobre a classe trabalhadora (IAMAMOTO, 1991). Também na esfera dos serviços, podemos usar como exemplo os empregados domésticos, trabalhadores improdutivos cujo trabalho é pago por renda.

Mesmo exercendo uma função social diferente da do trabalhador produtivo e por vezes realizando o controle sobre parte da classe trabalhadora, os trabalhadores improdutivos compartilham a condição de assalariamento com os trabalhadores produtivos, sendo, portanto também explorados pelo capital.

Como explicitado, o salário de qualquer trabalhador, seja produtivo ou improdutivo, define-se pelo valor da força de trabalho. Assim como toda mercadoria, o valor da força de trabalho é constituído da soma dos valores de uso necessários à subsistência, manutenção e perpetuação do trabalhador em determinada condição. Além disso, como praticamente toda a produção de valores de uso se realiza sob o domínio do capital, o trabalho produtivo é a atividade que gera todo o capital e suas formas de valorização. Nesse sentido, o resultado do trabalho produtivo é também substância do salário do trabalhador improdutivo. O salário do trabalhador improdutivo se constitui de uma parcela do valor excedente gerado pelo trabalhador produtivo.

Essa condição não anula o fato do trabalhador improdutivo partilhar a condição de assalariamento com todos os outros trabalhadores. Ele é obrigado a vender como mercadoria a sua força de trabalho em troca de um salário e quanto menor o salário for maior o lucro do empresário que os emprega. Esse lucro tanto pode ser gerado da apropriação direta da mais-valia pelo capitalista dos trabalhadores produtivos ou pela redução dos custos da produção. No caso dos

funcionários públicos, seus salários são pagos com renda, através dos impostos, oriundo das deduções de renda individual ou dos rendimentos do capital

Dessa forma, o trabalhador improdutivo é explorado pelo capital. Essa afirmação não cancela as diferenças entre as classes sociais que compõem os trabalhadores (como já vimos, o proletariado é a única classe antagônica ao capital e que vive somente do que ela mesma produz). Assim, todos os trabalhadores, de maneira e proporções diferentes, são explorados pelo capital.

Marx exemplifica, na passagem abaixo, que o trabalhador improdutivo é explorado pelo capital. Em relação ao trabalhador do comércio afirma:

De um lado, tal trabalhador comercial é um trabalhador assalariado como qualquer outro. Primeiro, à medida que o trabalho é comprado com o capital variável do comerciante e não com o dinheiro gasto como rendimento, sendo, portanto, somente comprado não para o serviço privado, mas para fins de autovalorização do capital adiantado nisso. Segundo, à medida que o valor de sua força de trabalho, e portanto de seu salário, é determinado, como no caso dos demais trabalhadores assalariados, pelos custos de produção e de reprodução de sua força de trabalho específica, não pelo produto de seu trabalho (MARX, 1988, p.209).

Além disso, a esfera da circulação mostrou ainda mais funcional ao capital quando esse conseguiu fragmentar e terceirizar as relações de trabalho nessa esfera.

O indivíduo, por exemplo, que sem nenhum vínculo empregatício torna-se vendedor de determinadas mercadorias para um capitalista que ele ignora quem seja, certamente engendrará entre os dois algo mais que a simples distância de classe. A relação do trabalho com o capital se opera através da marca do produto comercializado, algumas vezes fabricado em outro país, sem que o trabalhador tenha a menor noção de quem é a figura que personifica o outro pólo da relação. Mas essa distância entre indivíduos não elimina a integração subordinada do trabalho ao processo de reprodução capitalista, porque cada uma das vendas realizadas, por menor que seja, contribui para que, mais rapidamente, o capital cumpra o seu ciclo (TAVARES, 2004, p.143).

Logo, a exploração do trabalhador pela sua condição de assalariamento atinge tantos os trabalhadores produtivos como os improdutivos. O assalariamento do trabalhador produtivo tem uma relação direta com a mais-valia, pois este serve para ocultar o processo de produção desta durante parte da jornada de trabalho que

não é paga ao trabalhador. Já para o trabalhador improdutivo, que não produz mais-valia e não há uma relação direta entre salário e mais-valia, o assalariamento é “eficiente para manter o trabalhador sob controle e regular o valor da força de trabalho, conservando-o livre dos meios de produção e de subsistência, que para o capitalista ‘caiu como uma luva’ poder contar com um sistema que mantém toda e qualquer espécie de trabalhador sob tal domínio” (SILVA, 2011, p. 94). Nesse sentido, o trabalhador improdutivo torna-se um trabalhador assalariado que contribui fundamentalmente para garantir o bom funcionamento do sistema, mesmo sem produzir diretamente mais-valia.

Todos esses trabalhadores improdutivos compartilham a condição de assalariados, de não produzirem mais-valia e implicarem custos necessários ao capital. Dessa forma, o capitalismo para se reproduzir continuamente necessita de trabalhadores que não produzem mais-valia, mesmo sendo pela mais-valia que o capital se valoriza. Por ser um sistema perdulário em sua essência, o capitalismo:

[...] precisa de um sistema de controle hierárquico sobre o trabalho que é um gigantesco desperdício: desde as carteiras de identidade e passaportes, até o controle minucioso das ações dos operários no interior das fábricas, a sociedade burguesa vai se desenvolvendo em um enorme mecanismo de controle da sociedade. Essa perdularidade é o que torna imprescindível a gênese, o crescimento e hipertrofia do setor improdutivo. A perdularidade essencial ao sistema do capital torna o trabalho improdutivo indispensável à sua reprodução (LESSA, 2009, p.447-448).

Mesmo sendo incontestável a funcionalidade do trabalho improdutivo à reprodução do capital, especialmente daqueles trabalhadores cuja função é controlar parte da classe trabalhadora, dentro ou fora do espaço fabril e industrial, a produção capitalista só é possível pela mediação da mais-valia, cuja produção advém do trabalho produtivo. A subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca é o traço essencial e determinante de toda a história do capitalismo. Dessa forma, todo o crescimento e expansão das atividades improdutivas e, por conseguinte dos trabalhadores improdutivos é determinada e subordinada pelo próprio trabalho produtivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar o objetivo proposto nessa dissertação, qual seja apreender e explicitar a funcionalidade do trabalho improdutivo para a reprodução do sistema capitalista, a investigação iniciou-se pela categoria trabalho, em seu sentido ontológico, concreto e universal, presente em toda e qualquer formação social. Foi possível apreender que através do trabalho concreto o homem transforma/ modifica a natureza em bens necessários a reprodução social, por isso é necessariamente trabalho manual. Nesse sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens, elemento decisivo e determinante na passagem da esfera orgânica para o ser social.

O trabalho constitui-se através da mediação do homem com a natureza, uma atividade completamente distinta da reprodução biológica. Tão somente o trabalho possui como sua essência ontológica um caráter intermediário: “ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica [utensílio, matéria-prima, objeto de trabalho, etc.] como orgânica, interrelação que [...] assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (LUKÁCS, 1981, p. 02).

Dando continuidade a pesquisa, buscamos refletir/ explicitar os elementos centrais e determinantes da sociabilidade burguesa, ordem social que generaliza o trabalho abstrato, alienado. O trabalho abstrato especifica-se pela produção de mercadorias e como a própria força de trabalho é transformada em mercadoria, vendida em troca de um salário, todas as atividades assalariadas são trabalho abstrato. Logo, o trabalho abstrato é uma necessidade para a reprodução do capital. Isso não significa que o trabalho concreto tenha desaparecido nem que haja uma identidade com o trabalho abstrato, mas tão somente que no capitalismo o trabalho concreto está subsumido ao trabalho abstrato.

O trabalho produtivo e o trabalho improdutivo são expressões do trabalho abstrato. O trabalho produtivo e improdutivo são categorias objetivas que se particularizam pela função social que exercem: o primeiro produz mais-valia e o segundo não. Mas como a produção capitalista é essencialmente produção de mais-valia, o trabalho improdutivo existe somente numa determinação reflexiva com o trabalho produtivo, ou seja, entre ambos existe uma coexistência necessária.

Para entender qual a funcionalidade do trabalho improdutivo, resgatamos os processos históricos da produção capitalista, desde a manufatura até a fase monopolista do capital. Verificamos que no momento em que o capitalista é libertado do trabalho manual quando a produção torna-se verdadeiramente capitalista, ele transfere as funções de supervisão e gerência para um grupo especial de trabalhadores, que passam a exercer o controle sobre outros trabalhadores, num contexto de oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Esse controle, inerente à produção capitalista, surge da necessidade de garantir a apropriação do trabalho excedente através da exploração da força de trabalho. Apreende-se, desse modo, que essa função controle constitui o trabalho improdutivo. Embora o trabalho improdutivo não esteja restrito à função controle, nossa pesquisa restringiu-se a reflexão das atividades improdutivas que peculiarizam tal função.

Explicitamos que, na manufatura, a divisão entre trabalho manual e intelectual encontra-se num estágio inicial, mas a introdução dos supervisores no processo da produção capitalista evidencia o domínio do trabalho intelectual/improdutivo sobre os trabalhadores que exercem atividades manuais, num intuito de aumentar a exploração, possibilitando maior expansão e crescimento do capital. Com o impulso advindo da produção manufatureira e a introdução da maquinaria na grande indústria, amplia-se a separação, a oposição entre trabalho manual e intelectual, provocando a complexificação da função controle do trabalho improdutivo.

Assim, a partir da grande indústria ocorre o aprofundamento da divisão do trabalho e as funções de supervisão e gerência ganham mais evidencia, ampliando o conjunto dos trabalhadores improdutivos que exercem o controle. Além dos supervisores, há os engenheiros e mecânicos que participam do planejamento de equipamentos capazes de extrair mais sobretrabalho, gerando maior produtividade para o capital. Nesse sentido, apreendemos que esses trabalhadores intelectuais/improdutivos se diferenciam dos trabalhadores manuais na função social que exercem. Os trabalhadores intelectuais cumprem a função de colaborar com o capitalista na medida em que potencializa a exploração dos trabalhadores manuais, autovalorizando o capital.

Na produção taylorista-fordista, marcada pela disciplina/ rigidez imposta aos trabalhadores na fábrica, através da gerência científica, há a expansão do trabalho intelectual/ improdutivo. Por realizarem o controle do processo produtivo e dos trabalhadores inseridos diretamente na produção (os trabalhadores manuais), com o intuito de manter e expandir a acumulação capitalista, o trabalho intelectual/ improdutivo torna-se indispensável e fundamental para o sistema. Já na fase mais contemporânea do capital, caracterizada pela crise estrutural do capital e o consequente processo de reestruturação produtiva com a implementação do modelo de produção flexível, o capitalismo passa a explorar mais diretamente a componente intelectual do trabalhador. Constatamos que essa exploração foi possível pela introdução das inovações tecnológicas nos processos produtivos, acarretando redução do trabalho vivo/ trabalho manual. Surgem, nessa direção, decorrente dos processos de terceirização, diversas atividades improdutivas para auxiliar a reprodução do capital. Além disso, velhas e novas formas de exploração voltam à tona, como o trabalho domiciliar e as pequenas empresas. Tudo isso num contexto de intensa precarização do trabalho que atinge tanto os trabalhadores produtivos como os trabalhadores improdutivos.

Saindo do contexto eminentemente fabril e industrial, o último capítulo dessa dissertação foi dedicado para explicitar o chamado setor de serviços (ou terciário), cuja expansão e diversificação é um fenômeno originário do capitalismo contemporâneo. Verificamos que o setor serviços responde a uma determinação do desenvolvimento do capital, como os serviços diretamente relacionados à esfera da circulação, que imprimem maior velocidade ao processo de reprodução do capital. Além destes, há os serviços que exercem funções de controle sobre parte da classe trabalhadora, como os serviços realizados pelo Estado. Esses serviços não adicionam valor ao capital, representando custos, entretanto, auxiliam o desenvolvimento do capitalismo. Foram essas características que nos permitiram afirmar a improdutividade desses trabalhos na esfera dos serviços.

Discutimos também como alguns autores (Braverman, 1981 e Antunes, 2002) utilizam a condição de assalariamento própria dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho, a necessidade e expansão das atividades improdutivas (sejam serviços ou não) para cancelar a distinção ontológica entre trabalho produtivo e

improdutivo. Discordando de tais argumentos, afirmamos que não é o assalariamento que determina a existência das classes sociais nem tampouco a expansão dos trabalhos improdutivos equipara os trabalhadores improdutivos aos produtivos. A generalização do trabalho improdutivo evidencia a sua necessária coexistência com o trabalho produtivo e esse aumento implica maior exploração do trabalho produtivo, na medida em que os trabalhadores improdutivos subsistem da redistribuição dos rendimentos criados pelo trabalho produtivo. Mas o trabalhador improdutivo é também explorado pelo capitalismo. Ele vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário e quanto menor seu salário maior os lucros para o capitalista que os emprega. Reafirmamos, nesse sentido, que a hipertrofia e crescimento dos trabalhos improdutivos responde as determinações do desenvolvimento do capitalismo.

Por fim, algumas considerações se fazem imprescindíveis, apesar de já estarem presentes no corpo do nosso texto. O trabalho proletário é a fonte de toda a riqueza capitalista, é o produtor do conteúdo material da riqueza social das sociedades. É do intercâmbio orgânico com a natureza que emerge a riqueza social. Por isso, afirmamos a centralidade do trabalho no mundo dos homens, ou seja, o trabalho como único meio de produzir a riqueza social e o proletariado como a classe revolucionária por excelência. Assim, o que distingue o proletariado dos demais assalariados é sua função social, qual seja a de converter a natureza em meios de produção e de subsistência para garantir a reprodução de toda sociedade.

Os demais assalariados podem ser trabalhadores produtivos, que produzem mais-valia (sem, contudo ser trabalho proletário) ou trabalhadores improdutivos, que não a produzem. A distinção entre ambos se faz pela função social que exercem: produzir ou não mais-valia. Dessa forma, “aproximar, fundir ou ‘imbricar’ o trabalho produtivo ao improdutivo é uma operação teórica indispensável para o velamento da peculiaridade de classe do proletariado” (LESSA, 2011, p.247). Ambos representam uma necessidade para a expansão e reprodução do sistema capitalista e, portanto peculiares a esse modo de produção.

A articulação entre o trabalho e o trabalho abstrato se encontra no fato de que sob a regência do capital, o trabalho é subsumido ao trabalho abstrato, embora o inverso não seja verdadeiro: nem todo o trabalho abstrato produz meios de

subsistência e de produção como o faz o trabalho. O trabalho abstrato é aquele tem como função principal a produção de mais-valia. Como a mais-valia pode ser produzida não apenas no intercâmbio orgânico com a natureza, mas também na prestação de inúmeras atividades, há uma generalização do trabalho abstrato.

O trabalho, por sua vez, é a conversão da natureza nos bens indispensáveis à reprodução da sociedade, inclusive da sociedade capitalista. É categoria fundante do mundo dos homens, está presente em qualquer formação social e define a produção da riqueza material. Logo, cancelar ou desconsiderar a centralidade do trabalho e do proletariado como classe revolucionária por excelência significa também abandonar a possibilidade de uma revolução proletária.

Nesse sentido, o entendimento da universalidade do trabalho (enquanto necessidade eterna da humanidade de transformar a natureza) e a particularidade do trabalho abstrato, próprio ao capitalismo, bem como a distinção e a articulação entre o proletariado e os assalariados em geral, produtivos e improdutivos, é imprescindível e determinante para a crítica revolucionária da ordem do capital, no sentido da sua radical superação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BARROS, Albani de. **Para além de prometeu?**: crítica às teorias da superação do trabalho pela tecnologia no contexto da acumulação destrutiva. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa. São Paulo: Cortez, 2004.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRUNO, Lúcia. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, Lúcia (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**: leituras selecionadas. São Paulo: Atlas, 1996. p. 91-123.

COSTA, Maria Dalva Horácio. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, Ana E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 97-113.

DIAS, Cristina Maria Nogueira Parahyba. **Trabalho produtivo e trabalho improdutivo**: de Marx à polêmica marxista (Napoleoni, Rubin e Mandel). 2006. 323 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: M. Fontes, 2001.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo**: na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esforço de uma interpretação histórico-metodológica. 8. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1991.

LESSA, Sérgio. **Marx, Lukács, trabalhadores e proletariado**. 2008. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/CapLivro08/mrx_lkcs_classes_2008.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

_____. **O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade**. 1999. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/producao_reproduca0_1999.pdf>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora da Unijuí, 2007.

_____. Trabalho produtivo e improdutivo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 445-453.

_____. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, Georg. L' reproducción in: **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Tradução de Sergio Lessa. Roma: Riuniti, 1981.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro primeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. t. 1. (Os Economistas).

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro primeiro**. São Paulo: Nova Cultural. 1988. t. 1.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro primeiro**. São Paulo: Nova Cultural. 1985. t. 2. (Os Economistas).

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro segundo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro terceiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. T. 1. (Os Economistas).

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1969.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NAPOLEONI, Claudio. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. O terciário e a divisão social do trabalho. **Novos Estudos CEBRAP**, Rio de Janeiro, n. 24, p.139-168, 1979. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/o_terciario_e_a_divisao_social.pdf>. Acesso em: 02 out. 2013.

SILVA, Jaqueline Lima da. **O Assalariamento dos trabalhadores improdutivos nos serviços**: fundamentos para compreender a condição de assalariamento. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

SINGER, Paul I. A economia dos serviços. **Novos Estudos CEBRAP**, Rio de Janeiro, n. 24, p.129-135, 1979. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_economia_dos_servicos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

SOUZA, Reivan Marinho de. **Controle capitalista e reestruturação produtiva**: programa brasileiro de qualidade e produtividade. Maceió: Edufal, 2011.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: Princípios de Economia Política Marxista. Tradução de Waltensir Dutra 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.